



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**LEIA ESTA DISSERTAÇÃO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE IMPERATIVOS NA INTERFACE
SINTAXE, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA**

SÃO CARLOS
2019



Universidade Federal de São Carlos

YAN MASETTO NICOLAI

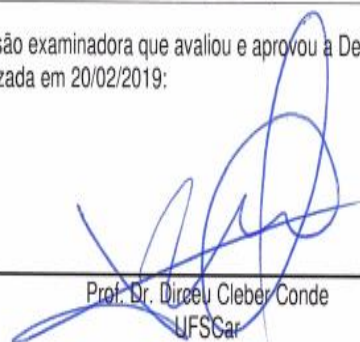


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

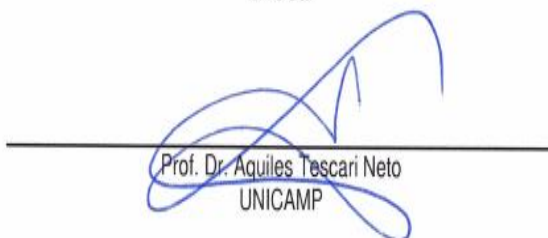
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Yan Masetto Nicolai, realizada em 20/02/2019:



Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde
UFSCar



Profa. Dra. Marília Blundi Onofre
UFSCar



Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto
UNICAMP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

**LEIA ESTA DISSERTAÇÃO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE IMPERATIVOS NA INTERFACE
SINTAXE, SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA**

YAN MASETTO NICOLAI

Bolsista: CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof(a). Dr(a). Dirceu Cléber Conde

São Carlos - São Paulo - Brasil

2019

Masetto, Yan

Leia esta dissertação: descrição e análise de imperativos na interface Sintaxe, Semântica e Pragmática / Yan Masetto Nicolai. -- 2019.

185 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Campus São Carlos, São Carlos - SP

Orientador: Dirceu Cléber Conde

Banca examinadora: Aquiles Tescari Neto,
Marília Blundi Onofre Bibliografia

1. Imperativos. 2. Âncora de realidade. 3. Engajamento de Ad. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por toda a força de encarar todos os desafios que me foram propostos – e que cobrei de mim mesmo.

À minha amada e carinhosa esposa Fernada Lazzarini, que durante tantas noites e tantos dias suportou meus comentários sobre imperativos, impregnados de perguntas e questionamentos que a causavam forte tédio.

A meu orientador Cléber que, sem ele, não haveria nenhum tipo de autonomia e liberdade para desenvolver o trabalho e a mim mesmo, oferecendo-me o que há de mais precioso: o sentimento de ser tratado como outro ser humano.

Ao professor Renato Miguel Basso, que se dispôs a responder tantos e-mails, além de contribuir com apontamentos e questionamentos enriquecedores que geraram o produto final aqui escrito.

Aos membros da banca professor Aquiles Tescari Neto e professora Marília Blundi Onofre, que se dispuseram a ler, comentar e arguir este trabalho com maestria, fazendo com que ele crescesse e evoluísse.

A todos os membros do Grupo de Semântica Referencial – GESeR – que estiveram dispostos a me ajudar teórica e psicologicamente, encarando inúmeros exemplos levados por mim durante esses dois longos anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar que permitiu o melhor andamento para o período sob sua supervisão.

Por fim, à CAPES, por haver me oferecido subsídio material a fim de que pudesse realizar minha pesquisa científica durante o período de dois anos de meu mestrado.

“A jornada de mil quilômetros começa com o primeiro passo.”

(O Rei Leão)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo tratar através da interface sintático-semântico-pragmática do fenômeno dos imperativos em português brasileiro. Para que isso seja possível, apresentaremos e discutiremos algumas teorias que já trabalharam e propuseram algumas hipóteses. Através do campo da Sintaxe de cunho gerativista, traremos Han (2000) junto à argumentação de que os imperativos têm, na parte superior da hierarquia da estrutura sintática, um operador abstrato [IMP] que determina tanto sua força (diretiva), através de um operador [directive] e a noção de ação não realizada dada por [irrealis], ambos operadores abstratos que fazem parte de [IMP]. Ainda no campo sintático, apresentaremos o comportamento dos imperativos quando em usados em conjunto com os advérbios modalizadores, como tratado por Tescari Neto (2008). Ainda com a Sintaxe, apresentaremos que não existe em português brasileiro apenas uma forma, tida como canônica, como dadas por gramáticas (CUNHA & CINTRA, 1985; ALMEIDA, 1995; BECHARA, 2009), mas sim há também locuções imperativas: *'Trata de'*, *'Deixa de'*, *'Para de'*, *'Pode'*, *'Nem pensa em'* e *'Nem me vem com (essa de)'*. A partir da perspectiva Semântica formal, especificamente dos estudos da intensionalidade, o trabalho lidará com aspectos já discutidos por Portner (2004), com sua Teoria das Propriedades; Condoradvi & Lauer (2012), com sua Teoria da Performatividade; e Kaufmann (2014), com sua Teoria Modal. Após essa incursão, apresentaremos nossa própria hipótese: os imperativos são, semanticamente, âncoras de realidade, tal qual defende Kratzer (2015), porém são, em verdade, âncoras de tempo, não de mundos possíveis, como os verbos modais. No campo semântico, após apresentação da formalização dos imperativos, vislumbraremos e discutiremos duas formas que são usadas em conjunto a eles: as ILCs (*imperative-like conditionals*) e ILUs (*imperative-like ultimatum*), como lidam Jary & Kissine (2014). Sob a perspectiva pragmática, apontaremos que os imperativos são sentenças que, através do Ato de Fala diretivo (OLIVEIRA, 1996), *engajam* seus ouvintes (ou *addressee – Ad*). Proporemos dois princípios para compreendê-los. Ao final, conectaremos todos os aspectos trazidos dentro dos três campos, discutindo as partes relevantes, as falhas e as formas de adequá-las à nossa proposta de interface teórica.

Palavras-chave: Imperativos; Âncora de realidade; *Engajamento de Ad*; Interface.

ABSTRACT

The present work aims to treat through the syntactic-semantic-pragmatic interface of the imperative phenomenon in Brazilian Portuguese. For this to be possible, we will present and discuss some theories that have already worked and proposed some hypotheses. Through the field of generative syntax, we will bring Han (2000) together with the argument that imperatives have, at the top of the hierarchy of syntactic structure, an abstract operator [IMP] that determines both its force (directive), through a [directive] and the notion of unrealized action given by [irrealis], both abstract operators that are part of [IMP]. Also in the syntactic field, we will present the behavior of the imperatives when used in conjunction with the modifying adverbs, as treated by Tescari Neto (2008). In addition to the syntax, we will show that there is only one form, canonical, as given by grammars (CUNHA & CINTRA, 1985; ALMEIDA, 1995; BECHARA, 2009), but there are also imperative phrases: 'Trata de', 'Deixa de', 'Para de', 'Pode', 'Nem pensa em' e 'Nem me vem com (essa de)'. From the formal Semantic perspective, specifically from the studies of intensionality, the work will deal with aspects already discussed by Portner (2004), with his Theory of Properties; Condoradvi & Lauer (2012), with its Theory of Performativity; and Kaufmann (2014), with his Modal Theory. After this incursion, we will present our own hypothesis: imperatives are, semantically, anchors of reality, as Kratzer (2015) argues, but they are indeed anchors of time, not of possible worlds, like modal verbs. In the semantic field, after presentation of the formalization of imperatives, From the pragmatic perspective, we will point out that the imperatives are sentences that, through the directive Speaking Act (OLIVEIRA, 1996), engage their listeners (or addressee - Ad). Let us proposing two principles to understand them. In the end, we will connect all the aspects brought within the three fields, discussing the relevant parts, the flaws and the ways of adapting them to our theoretical interface proposal. We will have a brief look and discuss two forms that are used in conjunction with them: imperative-like conditions (ILUs) and imperative-like ultimatums (ILUs), as discussed by Jary & Kissine (2014).

Keywords: Imperatives; Reality Anchors; *Ad's at-issuing*; Interface.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. SINTAXE	10
1.1 Han (2000) e o operador [IMP]	14
1.1.1 Locus em C^0 e posição de [IMP]	19
1.1.2 A presença dos advérbios ‘agora’, ‘nesse momento’ e ‘já’	23
1.1.3 Escopo de [IMP] e Negação	24
1.1.4 Os operadores de verbos [SUBJUNCTIVE] e [INFINITIVE]	26
1.1.5 Sujeitos de ϕ_{imp}	28
1.1.5.1 Zanuttini et al. (2012)	31
1.1.6 Forças Illocucionárias de ϕ_{imp}	35
1.1.7 Imperative-like Conditionals (ILCs)	37
1.1.8 Imperative-like Ultimatum (ILUs)	39
1.1.9 Conclusão	40
1.2 Tescari Neto (2008) e os advérbios modalizadores	43
1.2.1 As restrições dos advérbios com ϕ_{imp}	44
1.2.2 Conclusão	49
1.3 Ajustes	50
1.4 Locuções imperativas em português brasileiro	53
1.4.1 Trata de	55
1.4.2 Deixa de	58
1.4.3 Para de	61

1.4.4 <i>Pode</i>	62
1.4.5 <i>Nem pensa em</i>	66
1.4.6 <i>Nem me vem com (essa de)</i>	67
1.5 <i>Síntese do capítulo 1</i>	67
2. SEMÂNTICA	72
2.1 <i>A teoria dos mundos possíveis</i>	76
2.1.1 <i>As âncoras de realidade</i>	79
2.1.2 <i>Semântica Intensional</i>	82
2.2 <i>Teorias sobre imperativo</i>	86
2.2.1 <i>Teoria da Performatividade</i>	87
2.2.2 <i>Teoria Modal</i>	90
2.2.3 <i>Teoria da Propriedade</i>	94
2.2.4 <i>Síntese</i>	96
2.3 <i>Modal</i>	97
2.4 <i>Teoria da Ancoragem de Tempo dos imperativos</i>	101
2.4.1 <i>Formalização</i>	104
2.4.2 <i>Operador \mathcal{C}</i>	105
2.4.3 <i>Tipo semântico</i>	108
2.5 <i>Construções com imperativo</i>	109
2.5.1 <i>Imperative-like conditionals (ILC)</i>	109
2.5.2 <i>Imperative-like ultimatum (ILU)</i>	115
2.6 <i>Síntese do capítulo 2</i>	117
3. PRAGMÁTICA	121

3.1 Os atos de fala	122
3.2 Obrigatoriedade de ação	126
3.2.1 Força (Ilocucionária) Diretiva	128
3.3 O engajamento de Ad e o shift pragmático	131
3.4 Síntese do capítulo 3	135
4. ENTRELAÇAMENTOS	137
4.1 O girar das engrenagens	137
4.1.1 Do ponto de vista sintático	137
4.1.2 Do ponto de vista semântico	142
4.1.3 Do ponto de vista pragmático	144
4.2 Conclusão	148
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
APÊNDICE A - A HIERARQUIA DE CINQUE (1999)	153
APÊNDICE B - O PERCURSO DAS FORMALIZAÇÕES SEMÂNTICAS	160
APÊNDICE C - GOOD WISHES: SÃO IMPERATIVOS?	165
APÊNDICE D - O USO DE POR FAVOR	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	169

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvore sintática (197) sobre imperativos (HAN, 2000, p. 120)	19
Figura 2 – Árvore da sentença ‘Bill comprou Persuasão?’ (DAYAL, 2016, p. 10)	21
Figura 3 - Árvore de Negação e (domínio de IO sobre Neg0) (HAN, 2000, p. 42)	24
Figura 4 - Árvore sobre subjuntivo e infinitivo (HAN, 2000, p. 120)	27
Figura 5 - Cabeça Jussiva, indexicalizações e a restrição semântica (ZANUTTINI et al, 2012, p. 1264)	34
Figura 6 – Sentença ILC ‘Entre, se chover’ (2000, p. 165)	37
Figura 7 - ILC Se chover, entre (com movimento) (2000, p. 166)	38
Figura 8 - Formalização repetida de Han (2000, p.120)	50
Figura 9 - Árvore sintática revisada para a sentença Sai daqui	52
Figura 10 - Árvore sintática revisada da locução Trata de andar	57
Figura 11 - Árvore sintática revisada da locução Deixa de falar	60
Figura 12 - Árvore sintática revisada da locução Para de falar	62
Figura 13 - Árvore sintática revisada da locução Deixa de falar	65
Figura 14 - Esquema conversational background vs commonground	93
Figura 15 - Hipótese dos tipos na composição interpretativa	108
Figura 16 - Árvore sintática revisada para a sentença Sai daqui	138
Figura 17 – Árvore sintática <i>Which book Bill bought?</i> (DAYAL, 2016, p. 8)	141

ABREVIACOES E NOTACOES

- [] – Interpretação semantica
c – Parâmetro de interpretação de contexto
g – Parmetro de interpretação de ordenação de mundo possível ou tempo
t – Parmetro de interpretação de tempo
w – Parmetro de interpretação de mundo possível
* – Sentença agramatical
? – Inaceitabilidade semantica
– Inaceitabilidade pragmática
∧ – Conjuno
∨ – Disjuno
→ – Implicao material
↔ – Implicao Bi-condicional
¬ – Operador de negação
<C – Ordenação de tempos ou mundos a partir da relação de acessibilidade C
<R – Ordenação dos mundos a partir da relação de acessibilidade R
[IMP] – Operador abstrato sinttico de Imperativo
[directive] – Operador abstrato sinttico de força diretiva
[IF] – Proposição da sentença condicional
[irrealis] – Operador abstrato sinttico de ação no realizada
[INFINITIVE] – Operador abstrato sinttico de modo Infinitivo
[SUBJUNCTIVE] – Operador abstrato sintático de Subjuntivo
[ULT] – Proposição da sentença ultimato
[+Wh] – Operador abstrato sintático de sentença interrogativa
Φ_{imp} – Sentença imperativa
Φ_{IF} – Sentença condicional
Φ_{ULT} – Sentença de ultimato
□ – Operador modal de Necessidade
◇ – Operador modal de Possibilidade
C – Operador Semântico de Relação de Acessibilidade entre tempos
R – Operador Semântico de Relação de Acessibilidade entre mundos possíveis
2^a pessoa(s) – Equivalente a *você* ou *vocês*
Ad – *Addressee* (interlocutor)
Adv – Advérbio
AF – Ato de Fala
Ag – Agentividade ou agente da ação
AI – Ato (de fala) Ilocucionário
AL – Ato (de fala) Locucionário
AP – Ato (de fala) Perlocucionário
BM – Base modal

CB – *Conversational Background*
CG – *Commonground*
F – Falante
FD – Força diretiva
FH – *Functional head* ou Cabeça funcional
FI – Força Ilocucionária
FID – Força ilocucionária diretiva
FO – Fonte de ordenação
FUT – Tempo futuro
Futuridade – Projeção temporal necessária de uma sentença para o futuro
GW – *Good Wishes*
ILC – *imperative-like conditional* (condicional tipo-imperativo)
ILU – *imperative-like ultimatum* (ultimato tipo-imperativo)
JH – *Jussive head* ou Cabeça Jussiva
NEG – Escopo de negação
O – Ouvinte
 p ou $\neg p$ – Proposição e escopo de negação sobre a proposição
PB – Português brasileiro
PRO – Posição ocupada sem atribuição de Caso
 q – Proposição
 Sp – *Speaker* (= F)
 t^0 – Tempo inicial ou tempo do proferimento
 t – Tempo
 v – Mundo possível diferente de w
 w – Mundo possível
 $w^@$ – Mundo possível atual ou real
 $will(p)$ – Sentença com proposição de tempo futuro
 W – Conjunto de todos os mundos possíveis

INTRODUÇÃO

"Deus disse: 'Faça-se a luz!' E a luz foi feita." (Gênesis, v. 3)

Nos estudos linguísticos, a perspectiva adotada para se avaliar as línguas pelo mundo, além de suas realizações literárias, artísticas, entre outras, é crucial para que se possa obter uma parcela do que é cada um de seus sub-sistemas. De certo modo, lidar com elementos constitutivos equivale, analogicamente, ao processo de retirar um pedaço de um grande bolo: embora tenha partículas e sabores contidos no todo, talvez nunca experimentaremos seu sabor por completo.

A visão do bolo – ou mesma uma torta – advém de estudos do início do século XX, tendo como textos fundadores o Curso de Linguística Geral, por Ferdinand de Saussure, além de outros estudiosos, como J. Greimas, nos estudos da Semiótica, entre muitos outros.

A divisão também, já em águas mais profundas das teorias, principalmente as que lidam com o significado, mostra que, mais do que apenas uma torta, o sistema linguístico de uma língua está mais para a analogia de um grande *buffet*, que parecem, isoladamente, estarem bem postos e entendidos mas que, quando colocados juntamente, tem-se a formação de novos sentidos e interpretações.

Analogias à parte, quando se alcança os aspectos de estruturas consolidadas, é necessário que se tenha uma lente específica para visualizá-las, cada qual em sua especialidade. Assim, é possível dizer que em todas as línguas do mundo há três tipos de sentenças: as *declarativas*, as *interrogativas* (ou *inquisitivas*) e as *exclamativas* (na qual as *imperativas* estão alocadas).

As declarativas, por si, são aquelas que dizem sobre o mundo. Elas declaram, e não só, elas fazem referência aos aspectos e características do

mundo ou de algum mundo possível. São tratadas, normalmente, como sentenças que lidam com condições de verdade interpretáveis no mundo em que ocorreu o proferimento (podendo ser dito “mundo real”)¹.

As interrogativas, por sua vez, são aquelas sentenças que servem para questionar, para pedir informações, para se conquistar novos conhecimentos. É o tipo de sentença muito usual para as áreas científicas, além de que, diariamente, é aquela que serve como elemento de aquisição daquilo que não se sabe, levando a uma mudança epistêmica.

E, por fim, as imperativas são as sentenças que demandam a realização de ações de outras pessoas. Incrivelmente, a partir da linguagem, o ser humano é capacitado para ordenar, fora do sistema linguístico, outro ser humano se comporte de determinada maneira que não feita até então.

A partir do exposto, tratar-se-á destas sentenças em especial: as imperativas. E de antemão, fica a dúvida: como lidar com elas?

Inicialmente, é necessário pensar com o que se entende quando se profere ou escuta um imperativo. Existe uma necessidade de atuar, de agir após escutá-lo. Ou seja, imperativos têm como função a mudança comportamental da audiência do falante.

Por outro lado, há formas distintas para se estruturar uma sentença imperativa. No caso do português brasileiro (doravante, substituível por PB), há a marcação morfossintática muito restrita – o verbo *sair*, por exemplo, pode ser posto como *sai*, assim como temos uma variante *saia*. Este aspecto, aliás, adiantando alguns passos, não será vislumbrado como uma diferenciação que gera algum tipo de desvio de sentido ou entendimento.

Não somente há as formas em variação como supracitado: há também

¹ O mundo real, para a Semântica formal, é mais um dentre infinitos mundos. Por conta disso, o mundo real está entre aspas, pois todo e qualquer outro mundo pode vir a se tornar o mundo real (ou já ter sido).

locuções usuais que funcionam como imperativos, inclusive, com questões morfossintáticas equivalentes. Estas locuções são: *Trata de*, *Deixa de*, *Para de*, *Nem pensa em*, *Nem me vem com (essa de)* e *Pode*. Por qual motivo *Pode*? Encontra-se na fala cotidiana um desvio no uso deste verbo que, classicamente, é tratado como modal de possibilidade (\diamond), que dá à sentença uma forma de dúvida – *pode chover* não significa que vai chover – há tanto a possibilidade de haver chuva, da mesma forma que não. Entretanto, em um contexto de compras em um supermercado, é corriqueiro se escutar a atendente proferir *Pode inserir o cartão* ou até mesmo *Pode tirar o cartão*. Para o presente trabalho, esta forma é desviante e será interpretada como uma das locuções imperativas.

Após o apresentado, ainda está em aberto a pergunta: como lidar com as sentenças imperativas? Há algumas pistas.

A primeira delas, já apontada, é o fato de que qualquer imperativo tem uma *função*. Sua função é a de fazer com que o ouvinte desta sentença se sinta impelido a agir de acordo com o que fora proferido. Se o falante diz *Sai da sala*, ele não deseja que seu “alvo” não realize a ação e fique na sala, por exemplo. Os imperativos visam à mudança do estado em que o mundo está no momento de seu uso: aquela pessoa estava presente na sala e este estado não é mais desejável.

A segunda pista, também já apresentada, é o fato de as sentenças imperativas terem uma *forma*. Em PB, há uma morfologia própria para os imperativos seguirem. Mas não é somente na Morfologia que está a forma fundamental: sintaticamente, a aparição dos verbos à frente de todos os outros elementos constitui algo marcadamente obrigatório. A posição inicial dos verbos nas frases imperativas é imprescindível. Vários estudos, trazidos por Jary & Kissine (2014), apontam que este tipo de *forma* é uma característica interlinguística; os autores não lidam com PB, porém, é possível defender que ocorre o mesmo nesta língua.

Outra pista, dada a partir das duas anteriores, é o fato de que só existe imperativo se ambas forma e função estejam em co-ocorrência. Esta conjunção aponta que, embora usado uma sentença com a forma de imperativo, se não tiver sua função, sua interpretação não ocorre. Ao pensar em uma situação em que dois amigos estão caminhando à beira de um abismo, um deles empurra o outro e profere o imperativo *Voa*, é inviável que aquele que foi empurrado realize a ação, rompendo com as necessidades de execução da ordem.

Por outro lado, ainda temos uma forma de proferimento imperativa, porém, sem sua função: fazer com que o ouvinte da ordenação execute algo para modificar o estado epistêmico do mundo. Embora um exemplo, de certo modo, exagerado, fica claro como há como ter a forma sem função, a ser abordado melhor nos capítulos vindouros.

Após esta breve incursão, sabe-se que toda pesquisa – e todo texto – precisa de mais do que de uma pergunta geral: necessita-se de perguntas pontuais. Ei-las:

1. Se se sabe que existe uma forma e uma função, qual esta forma – ou quais?
2. A partir da função, como é que o falante consegue fazer com que seu ouvinte realize a ação?
3. É possível criar imperativos para pessoas fora do contexto comunicativo (para ele(s)/ela(s))?

E perguntas mais técnicas, como:

4. Qual a representação estrutural/sintática de sentenças imperativas?

5. Quais processos sintáticos permitem, a partir de uma única estrutura de base, derivar sentenças declarativas, interrogativas e imperativas – com suas diferenças?
6. Semanticamente, o que ocorre ao haver o proferimento de um imperativo?
7. Quais ferramentas intensionais são mobilizadas pelos imperativos?
8. Como aquele que escuta um imperativo proferido é capaz de entendê-lo para realizar a ação ordenada?
9. Que fatores pragmáticos existem por trás da interpretação desta pessoa que agirá?

Responder à pergunta mais geral, além das outras mais específicas, oferecendo um tratamento na interface sintaxe-semântica-pragmática, é o objetivo geral dessa dissertação.

Inclusive, todas estas perguntas surgiram a partir da leitura obra dos autores Jary & Kissine (2014) e suas ideias, e nortearão o caminho de apresentação e argumentativo do presente trabalho. Por fim, valer-nos-emos desta obra como base norteadora.

Inicialmente, os autores trazem uma analogia muito interessante: se a língua fosse uma caixa de ferramenta, o imperativo seria a forma de fazer o ouvinte fazer o que o falante quer. Dizem, ainda, que não é a única forma de gerar esta ação, mas é a mais direta, a mais óbvia. A partir da analogia, desenvolvem que existe uma forma prototípica, para tanto, daremos, neste trabalho, a alcunha de *canônicas*, por estarem conectadas a Gramáticas prescritivas.

Outro aspecto importante é que eles trazem um aspecto que defenderemos – e já apontamos anteriormente – que é a conexão entre *forma*

x *função*. É possível se ter uma forma imperativa e não ser um imperativo, pois sem sua função, não é cabível considerá-lo como tal. Parte da função comunicativa é a de exprimir a diretividade, ou a interpretação do ato ilocucionário ser diretivo. Porém, somente ter esta força, não é possível, também, de se ter um imperativo. A indissociação entre as duas partes criam uma estrutura mais robusta, até mais complexa.

E é a partir desta complexidade que nasce a necessidade de uma abordagem científica em relação aos imperativos. Se há a dicotomia citada pelos autores em sua obra, com a qual estamos de acordo, logo, precisamos entendê-la. Mas é impossível haver qualquer compreensão apenas por um campo ou outro. Dessa forma, propomos a seguinte abordagem: apresentar-se-á relevantes discussões e teorias da Sintaxe, de cunho gerativa; tópicos e discussões dentro da Semântica formal, principalmente a de estrutura intensional; e, por fim, lidar-se-á com elementos do ato comunicativo como falante e ouvinte, como se impele este a executar a ação ordenada por aquele, a partir da Pragmática e das questões da Teoria dos Atos de Fala.

A divisão foi pensada da mesma forma que em Jary & Kissine (2014). A fim de trabalhar, discutir e chegar a conclusões, pensou-se em três grandes blocos.

O capítulo 1 servirá para lidar com algumas hipóteses sintáticas sobre o operador abstrato [IMP] proposto por Han (2000) e seus desdobramentos, como a posição elevada na hierarquia da estrutura sintática, ficando em C^0 . Ainda no cap. 1, Zanuttini *et al.* (2012) terá um tópico específico, por lidar com a questão do sujeito dos imperativos, propondo que há uma cabeça funcional para alocação coindexalizada entre sujeito e, normalmente, um pronome do caso reto como *você*. Em meio a estas discussões, de forma a corroborar com a argumentação e para reforçar os aspectos sobre o operador [IMP] e sua posição, o trabalho de Tescari Neto (2008) sobre advérbios modalizadores terá papel fundamental para, quando colocados junto aos

imperativos, apontar as construções ficam estranhas² – e quais não ficam – e suas motivações.

Ainda no primeiro capítulo, aportaremos as locuções imperativas, seus comportamentos e restrições. *Trata de, Deixa de, Para de, Pode, Nem pensa em e Nem me vem com (essa de)* demonstram que, além da forma canônica prevista por gramáticas como Cunha & Cintra (1985), Almeida (1995) e Bechara (2009) – retirada do morfema -s na segunda pessoa do singular ou do plural, e o restante das pessoas busca-se as formas conjugadas do presente do subjuntivo. Os imperativos vão além com as locuções, e não só: o trabalho mostrará com o fato de que só existem imperativos com 2^a pessoas, e com nenhuma outra.

Seguindo para o segundo bloco, o capítulo 2 será o momento para trazer as teorias e trabalhos envolvendo imperativos e a Semântica formal. A divisão do capítulo será a de fazer uma incursão rápida pelo que é Semântica, seu desdobramento na Intensional, através de trabalhos de Kratzer (1977; 2012; 2015), de Kearns (2011) e von Stechow & Heim (2002), por terem elementos importantes para a descrição posterior. Adiante, trataremos os imperativos de forma que o consideraremos como *âncora de realidade*, a partir da proposta de Kratzer (2015), e mais especificamente, como *âncora de tempo*. Proporemos uma denotação específica, com as devidas justificativas, já que o trabalho apresentará o desdobramento de uma das teorias semânticas – a de relações de acessibilidade – em duas: a relação de mundos \mathcal{R} e a de tempos \mathcal{C} , nomeado *operador Cronos*. A utilização da letra “R” estilizada é advinda das obras de Kratzer (*idem*) e, principalmente, von Stechow & Heim (2002). O “C” estilizado, por sua vez, é uma escolha arbitrária nossa, em uma tentativa de, intuitivamente, por lidar com tempo, e nomeá-lo

² O adjetivo deve ser entendido como algo que falantes usariam da forma mais natural possível – seguindo a intuição –, sem apelar para contextualizações ou manobras contextuais para explicá-las.

Cronos, utilizar um símbolo que lembre a letra inicial do títilo do tempo.

Ainda no cap. 2, ter-se-á a discussão de construções *tipo-imperativo* (*imperative-like*), que Jary & Kissine (2014) trazem em seu texto: as ILCs (*imperative-like conditionals*) e as ILUs (*imperative-like ultimatum*). As primeiras são construções em que há uma frase condicional (*if-clause*) antecedendo um imperativo (Se chover, não saia de casa); no caso destas, ambas sentenças são unidas por uma disjunção *ou* (Fique quieto ou te mando para fora da sala). Os autores argumentam que tanto ILC, quanto ILU, não são imperativos “verdadeiros”. Defenderemos que em ambos os casos são imperativos.

Vale ressaltar, ainda, que nos valeremos de uma notação selecionada para o presente trabalho, sem motivações ou impacto direto no entendimento do fenômeno: para as sentenças imperativas de qualquer tipo, haverá a notação Φ_{imp} ; da mesma forma que as *if-clauses* serão Φ_{IF} , e as sentenças em uma ILU serão Φ_{ULT} . Serão permutados com o intuito de substituir “sentenças do tipo imperativo/condicional/ultimato”.

No capítulo seguinte, o campo abordado será o da Pragmática. Neste capítulo, apresentaremos as noções de Atos de Fala, seguindo as ideias de Austin e Searle presentes em Levinson (2007) e De Oliveira (1996). Após, a noção de força ilocucionária e força diretiva serão apresentadas. O próximo ponto lidará com o fato de que, por via da Pragmática, é possível *engajar* o ouvinte do ato comunicativo em que se profere o imperativo, de forma a ele ser impelido a executar a ação. A partir do *engajamento* desta pessoa referida diretamente (*addressee* ou *Ad*), dado através deste campo, fazer-se-á uma distinção válida sobre o motivo de verbos modais como *ter que* e *dever* também mobilizarem força diretiva, mas serem distintos em interpretação dos imperativos.

Na conclusão, concluiremos os aspectos de forma sintética, além de

apontar alguns aspectos ainda deixados de fora. É importante frisar, aliás, que o presente trabalho percorrerá exemplos e as propostas já disponibilizadas em outros textos, artigos e obras, além de acrescentarmos alguns quando necessários.

1. SINTAXE

“A linguística trata da factualidade na linguagem, não necessariamente no mundo real” (Narrog, 2005, p. 184)³

É muito comum encontrar em manuais de Sintaxe de base gerativa um introito texto sobre o que é a Gramática Gerativa, as postulações de Chomsky nas décadas de 50 e 60, assim como alguns termos caros sobre a teoria sintática gerativista, tais como a teoria dos princípios e parâmetros, a Gramática Universal, os movimentos de constituintes.

Além desses termos, há dois conceitos que, de certa forma, seriam necessários em trabalhos nas áreas de estudos linguísticos: *desempenho* e *competência*. Segundo Miotto *et al.*:

o que permite ao falante decidir, então, se uma sentença é gramatical ou não, é o conhecimento que ele tem e que tem o nome técnico de **competência**. Quando o falante põe em uso a competência para produzir as sentenças que ele fala, o resultado é o que chamamos tecnicamente de **performance** (ou **desempenho**) (2007, p. 21)

Nesta dissertação, consideraremos, sobretudo, as noções relacionadas à teoria gerativista – **desempenho** e **sentença gramatical** (ou **gramaticalidade**)⁴.

Desempenho se refere à capacidade que um usuário de uma língua

³ Livre tradução de: “The point is that in linguistics we are talking about things depicted as factual/actual/valid in language, not necessarily things factual in the ‘real world’”. (2005, p. 184)

⁴ Sentença (a)gramatical e (a)gramaticalidade serão usados de modo sinonímico neste texto.

qualquer possui para se expressar através das regras dadas por seu conhecimento interiorizado (competência) do sistema linguístico e o uso desse conhecimento é o que se tem contato através de sua fala, de sua escrita, de mensagens via celular, etc. O usuário da língua usa as regras específicas, e essas regras (de composição) estão na **gramática**, que por sua vez, não se refere às obras e que é aplicada na Educação brasileira: gramática é o sistema internalizado que cada ser humano possui e que, a partir dele, é capaz de desempenhar atos comunicativos valendo-se de uma língua em específico (os parâmetros de português, de espanhol, assim por diante), e, por conta disso, o que possibilita compreender que determinada construção ou sentença é de português e não de espanhol, se está bem formada, etc. Por exemplo, em português brasileiro é muito comum o modelo SVO (sujeito-verbo-objeto). Na sentença “o menino chutou a bola”, há uma regra de composição que segue esta ordenação.

Todavia, vale salientar que é possível modificar a ordem nas expressões linguísticas que compõem a sentença ‘*o menino chutou a bola*’ para veicular o mesmo sentido, mas normalmente, seja por meio da entonação (fala), seja por meio de pontuação (escrita), como em ‘*a bola, o menino chutou*’ (uma pausa ocorreria no local da vírgula). Apesar disso, verifica-se a marca de um deslocamento do padrão usual – e cabe a cada falante reconhecer se é possível estabelecer a comunicação a partir de determinada frase/construção linguística.

Quando ocorre estranhamento, ou mesmo ausência de compreensão, e o falante não reconhece a construção em seu sistema, deparamo-nos com o fator relacionado à **gramaticalidade**, que, por sua vez, diz respeito ao reconhecimento por parte de falante e ouvinte se a frase proferida está ou não bem formada, isto é, o conceito de gramaticalidade se refere à capacidade de identificar se determinada forma corresponde ao arcabouço de produções possíveis em sua língua nativa – ou língua-I – é cabível de uso, além de

respeitar as regras de formação daquela determinada língua-E (CHOMSKY, 2015, p. 20).

Considerada como válida para todos os estudos linguísticos, é cabível dizer que existem restrições dentro de uma gama de possibilidades, que pode até parecer infinita – como no caso de sufixos e suas relações morfêmicas (não se pode apenas encaixar posteriormente ao radical um que terá o resultado esperado, mas sim seguir as regras para esta composição). Através da ideia de Chomsky, a nosso ver, junto ao desempenho e gramaticalidade, é possível compreender os imperativos, e não só, como se comportam sintaticamente.

Diante disso, foquemo-nos no objeto de estudo deste trabalho. Porém, o que é um imperativo? É um tipo de sentença? É um tipo de sintagma? O que se tem, sintaticamente, que diferencia o imperativo de outros tipos de sentença? Há uma forma padrão? Para tentar responder essas perguntas, consideraremos os trabalhos dos autores que já se dedicaram ao estudo dos imperativos, como os de Han (2000) e Zanuttini *et al.* (2012), e mesmo o trabalho de Tesconi Neto (2008) que não lida com os imperativos, mas que permite fortalecer nossos argumentos a partir do entendimento e da permissão ou não dos advérbios em frases imperativas.

Mais do que isso, o próprio capítulo 1 propõe-se a servir para discutir sobre imperativos em português brasileiro, e não só, visa a avaliar algumas propostas teóricas sobre seu tratamento por via da Sintaxe.

Inicialmente, analisaremos a teoria de que há, em posições mais altas, um operador abstrato **[IMP]** que c-comanda outros dois operadores como base interpretativa: o operador **[directive/diretivo]**⁵, que codifica a *força ilocucionária diretiva* presente nos imperativos e que gera a interpretação de

⁵ Usaremos, para fins de economia, a forma em inglês por todo o texto, ao menos quando se tratar do operador em questão

que é uma ordem a ser seguida e realizada.

O outro operador é o [irrealis], que codifica a modalidade a um estado não realizado (um imperativo só é usado quando aquilo que se pretende ao usá-lo ainda não existe ou não foi realizado anteriormente). Já em sua tese, Han (2000) aborda estes pontos (e outros mais), que serão trazidos, apresentados e discutidos sob a luz do português brasileiro e os imperativos.

Ainda será discutido sobre o sujeito dos ϕ_{imp} em 1.1.5.1, teremos uma breve incursão sobre a noção de *núcleo jussivo* (*jussive head*) apresentada por Zanuttini *et al.* (2012). A incursão servirá para apontar alguns pontos fortes em relação à permissão apenas de pronomes que referenciam 2ª pessoa (singular ou plural), argumentando que há, sintaticamente, um nó funcional para alocar este sujeito específico dos imperativos. Isso será trabalhado a seguir, no tópico 1.1.

A partir do ponto de haver ou não o operador abstrato [IMP], importa esclarecer/afirmar que os advérbios podem ajudar a elucidar ainda mais o comportamento e a formação sintática dos imperativos. Para isso, valemo-nos do trabalho de Tescari Neto (2008), que lida com os advérbios de aspecto habitual como modalizadores. Seu texto é abrangente e está, em certa medida, bem afastado do objetivo desta dissertação; entretanto, é válido confrontá-lo para reforçar nossos argumentos – a permissibilidade e a restrição de quais advérbios geram agramaticalidade quando usados juntamente a um imperativo. O tópico reservado para esta discussão será 1.2.

Em 1.3, por sua vez, após todas as discussões, introduzir-se-á alguns ajustes e suas explicações – e motivações. Para isso, deixamos para este tópico as modificações em relação às propostas de Han (2000), Zanuttini *et al.* (2012), através das ideias de Kayne (2000; 2005) e a presença de nós funcionais para a formalização da estrutura arbórea de um imperativo.

O presente trabalho se volta, também, para formas não canônicas de

imperativo em PB. Isso se justifica pela reiteração desses usos pelos falantes como se fossem imperativos. Vários exemplos serão trazidos a partir do que chamaremos de *locuções imperativas*: ‘*Trata de*’; ‘*Deixa de*’; ‘*Para de*’; ‘*Pode*’; ‘*Nem pensa em*’; ‘*Nem me vem com*’ e ‘*Pode*’. O objetivo deste tópico é o de verificar os limites e o que pode ser pronunciado (como o sujeito deletado ou explícito), assim como um recurso sintático para corroborar os trabalhos apresentados em 1.1 e em 1.2. Cada locução será discutida em um subtópico específico, a partir de 1.4. Haverá, também, um tópico dedicado ao imperativo canônico.

Por fim, 1.5 servirá de síntese aos argumentos e às teorias, servindo como conclusão para o capítulo sobre Sintaxe.

1.1 Han (2000) e o operador [IMP]

Com base na teoria minimalista da Sintaxe Gerativa, Han (2000) analisa o imperativo, suas formas e sua função. Ela examina vários exemplos de um número considerável de línguas de troncos distintos, como o coreano e o inglês, além do espanhol e do italiano.

O livro da autora se divide em cinco capítulos, em que Han (2000) faz uma série de indagações e apresenta as hipóteses, que aqui serão adotadas, em sua maioria, como as propostas e argumentação feita por ela; nos pontos em que divergirmos de seu posicionamento, tentaremos expôr nossos motivos para isso.

No capítulo 1, ela percorre a variação linguística que existe e já aponta para o fato de que isso é consequência da interação entre princípios gerais e morfossintaxes particulares. Os imperativos (doravante, substituível por Φ_{imp}) são distintos de outros tipos de sentenças em todas as línguas, não havendo

problemas em tratá-lo como um universal linguístico⁶.

Para Han (2000), um imperativo Φ_{imp} é, de modo geral, qualquer tipo de sentença com *força diretiva* (FD). Este é um problema, pois, assim como o próprio processo variacionista linguístico nos permite saber, as línguas têm, normalmente, mais de uma forma para expressar o mesmo conteúdo. Sentenças que carregam a FD existem em um número razoável de formas. Essas formas e discussões, em específico, serão feitas no capítulo 3, em que se tratará da Pragmática e suas influências sobre imperativos – e os verbos modais aléticos de necessidade como ‘*ter que*’ e ‘*dever*’.

Entretanto, é impossível dizer que Φ_{imp} sejam facilmente confundidos com outros tipos de sentenças em seu uso. Um falante que utiliza esse tipo de construção/sentença sabe o que quer expressar, isto é, ele sabe que essa forma é bem direta em sua interpretação. Culturalmente, no Brasil, dependendo da situação comunicativa, a forma imperativa pode ser considerada muito rude em vez de uma forma indireta (uma pergunta como “você poderia fechar a porta?”, por inferência pragmática). Na Espanha, é comum alguém adentrar uma cafeteria e pedir, valendo-se de Φ_{imp} , sem que o atendente se sinta ofendido (cf. Apêndices B e C). Esse assunto demandaria estudos futuros, até mesmo interdisciplinares; todavia, como o objetivo deste trabalho é diagnosticar e rastrear especificamente os Φ_{imp} e seus comportamentos em diversas áreas, não aprofundaremos nessa discussão.

Retomando Han (2000), seu trabalho caminha para uma pressuposição recorrente em outros autores (cf. JARY & KISSINE, 2014; KAUFMANN, 2014; PORTNER, 2004): os imperativos só são considerados como tais se apresentarem *forma e função* distintas, porém atuantes simultaneamente.

No caso de PB, a forma está intimamente ligada à morfossintaxe:

⁶ Há outros dois tipos de sentenças nas línguas que também são consideradas universais: as declarativas e as inquisitivas.

coloca-se o verbo à frente dos outros elementos e conjuga-se especificamente – verbo ‘andar’ → ‘anda’. Diferentemente das gramáticas tradicionais de Cunha & Cintra (1985), Almeida (1995), e de Bechara (2009), acredita-se que só é possível realizar ϕ_{imp} quando nos referimos às segundas pessoas (singular ou plural).

Assim como é necessário haver uma forma, a função dos imperativos deve ser também muito precisa: um falante não proferirá um ϕ_{imp} sem um objetivo claro de efetuar uma mudança no estado de coisas do mundo através da ordem/sugestão/conselho⁷ feita a seu ouvinte. É contraintuitivo pensar em uso de ϕ_{imp} em que, claramente, o ouvinte não é capaz de executar a ação⁸. Independentemente disso, a função é o falante (F) proferir para que ouvinte (O) realize o ϕ_{imp} , que, por sua vez, não está realizado (se F quer que O feche a porta, a porta deve estar, por *default*, aberta – ou entreaberta -, mas não totalmente fechada).

A partir disso, Han (2000, p. 3) defende que, na verdade, além de uma questão semântica ou pragmática, os ϕ_{imp} são uma categoria gramatical:

Esta situação pode levar a concluir que o imperativo reflete uma função linguística e que sua análise é puramente um problema da Pragmática. Mas o fato é que a maioria das línguas têm formas morfossintáticas canônicas usadas para expressar diretividade, indicando que o IMPERATIVO é uma **categoria gramatical**⁹ (2000, p. 3, grifos nossos)

⁷ São colocadas três possibilidades, pois os imperativos não só servem para ordenar, mas também para aconselhar e sugerir. Esta distinção será retomada no cap. 3, quando se discutirão as forças ilocucionárias.

⁸ Há contextos em que os usos dos imperativos são possíveis mesmo quando se sabe que é impossível o ouvinte realizar a ação. Estas situações também serão discutidas no cap. 4, junto a seus efeitos.

⁹ A citação é uma livre tradução de “This situation might lead to the conclusion that the imperative reflects a function of language and that its analysis is purely a matter of pragmatics. But the fact is that most language have identifiable morphosyntactic forms

Ela faz uma breve incursão, mais adiante, sobre o fato de verbos em espanhol e em italiano, nos modos *subjuntivo* e *infinitivo*, serem capazes de expressar diretividade, isto é, a força tida como típica dos ϕ_{imp} , como (1)-(3) a seguir.

Trazendo para PB, faz sentido pensar nisso também, inclusive, expandindo a ideia também para os verbos em suas formas nominais, como demonstram os exemplos abaixo:

- (1) Atacar!
- (2) A estudar!
- (3) Parado!

Embora sejam formas não canônicas que, claramente, fazem a vez de um ϕ_{imp} , serão mais bem exploradas com as locuções imperativas (cf. 1.3 abaixo).

Em relação à expressão de imperativos com verbos no modo subjetivo e no infinitivo, trata-se de um ponto importante, pois está intimamente ligado ao que a autora vai defender que é a motivação para que haja a distinção entre ϕ_{imp} e outros tipos de sentenças: sintaticamente, em uma posição de C^0 mais elevada, há um operador que toma sob seu escopo todos os elementos. Esse operador abstrato é denominado [IMP]. Faremos uso, a partir de então, da mesma representação neste trabalho. Sempre que estiver entre colchetes simples e o escrito estiver em caixa alta, referiremo-nos a esse operador. Han (2000) não apresenta, a menos em seu trabalho, uma forma fonologicamente pronunciada deste operador abstrato. Propomos a forma ‘*EU ORDENO QUE P*’.

canonically used to express directives, indicating that the IMPERATIVE is a grammatical category”. (2000, p. 3)

Esse operador traz consigo dois outros operadores vinculados e, instantaneamente ao proferimento de um ϕ_{imp} , são também interpretados: são o operador [directive] e [irrealis]. Ambos estão presentes em [IMP]. Sabe-se que, segundo Kayne (2005), cada traço precisa de apenas uma projeção, e a proposta de Han (2000) romperia com esta máxima. Por se tratar de um tópico com o objetivo de apresentação, retornaremos a citá-las, juntamente à nova proposta sintática envolvendo [IMP] mais adiante.

O operador [directive] é responsável por codificar a *força ilocucionária diretiva* da sentença; o operador [irrealis], por sua vez, codifica a *modalidade* que contribui com a interpretação de que certo estado não fora realizado (*idem*, p. 3). Novamente, F profere ϕ_{imp} para que O execute o ato (diretividade), que ainda não fora realizado até aquele instante (irrealis). Zanuttini *et al.* (2012) argumentam sobre haver um nó sintático para sujeitos de sentenças denominadas *jussivas*, como imperativos e promissivos. O fato de haver esta conexão com situações ainda não efetuadas no mundo contribui fortemente para os argumentos que se desenvolverão no presente capítulo.

A partir do exposto, Han (2000) termina o capítulo introdutório apontando já para alguns caminhos: o *locus* de [IMP] é C^0 de CP estendido.

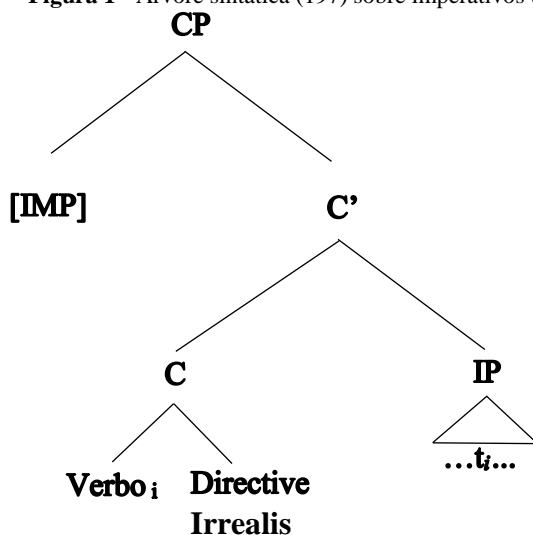
O comportamento sintático em PB está fortemente interligado à morfologia, inclusive aponta que o movimento sintático depende desta característica. Ademais, os ϕ_{imp} dependem de INFL que seleciona o operador [irrealis] (por isso a reiteração de ser um fenômeno morfossintático). Han (2000) termina o capítulo esclarecendo que a FD não é fruto de uma inferência pragmática, mas sim é codificada na forma lógica sintática. Não discordamos dessa afirmação, mas não concordamos com o fato de apenas a Sintaxe como promulgadora da interpretação dessa força. Pragmaticamente é que se define se a FD será entendida como ordem, conselho ou sugestão, como veremos no cap. 3.

1.1.1 Locus em C⁰ e posição de [IMP]

Han (2000) apresenta a árvore sintática em que se é possível visualizar o *locus* de [IMP] em C⁰, como em (A) abaixo. Entretanto, parece-nos mais proveitoso o processo lógico de apresentarmos-la antes, a fim de que a discussão venha posteriormente à árvore:

(A)

Figura 1 - Árvore sintática (197) sobre imperativos (HAN, 2000, p. 120)



Por conta da presença de [IMP], o verbo é atraído para o nó de C, juntamente ao processo de codificação do [directive] e [irrealis]. Cognitivamente, esse processo faz muito sentido: compreendemos que é um ϕ_{imp} ; ao percebermos que o verbo se instala como ϕ_{imp} , entendemos que, por ter essa forma e função, é necessário interpretá-lo com certa força, que é diretiva, que gera diretividade; a partir da interpelação que leva à diretividade, sabemos que aquela ação ainda não foi realizada, por isso utilizou-se o ϕ_{imp} .

A autora demonstra, por meio de exemplos, alguns levantamentos

importantes. Para ela, não existem ϕ_{imp} negativos (a que ela dá o nome de *proibitivos*). Estamos de acordo, pois acreditamos que a negação não afeta o operador [IMP]¹⁰, conforme o posicionamento da autora, mas também contribui para formar outro ϕ_{imp} . Se tivermos estes exemplos:

- (4) Saia daqui
- (5) Não saia daqui

A ação pretendida em (4) é totalmente diferente da de (5). Isso significa que o manejo dos mundos possíveis que projeta um ou outro são distintos. A fonte de ordenação dos mundos para (4) terá como mais relevantes aqueles em que O saiu do local em questão; para (5), os mundos mais salientes são aqueles em que O não saiu do local.

Ainda que brevemente, o argumento de não existir ϕ_{imp} negativos, aponta para o fim da dualidade imperativo afirmativo x imperativo negativo das gramáticas normativas tradicionais: o que há, portanto, é uma ação a ser realizada, mesmo que esta ação seja não realizar algo (sair x não sair). Adiante voltaremos a esse tema, trazendo também a árvore sobre a questão do escopo de negação e o operador abstrato [IMP].

Han (2000) argumenta que este C^0 também é *locus* do operador [+Wh] para as sentenças inquisitivas. É o mesmo argumento de Dayal (2016), um trabalho publicado dezesseis anos após a tese de C. Han. Para Dayal (*op cit*), o núcleo do operador para sentenças interrogativas – [+Wh] – está em C^0 , assim como [IMP] para a autora coreana.

Isso explicaria por que, nas línguas em geral, as perguntas remodelam a sintaxe das sentenças, exigindo que certos elementos estejam no início, ou

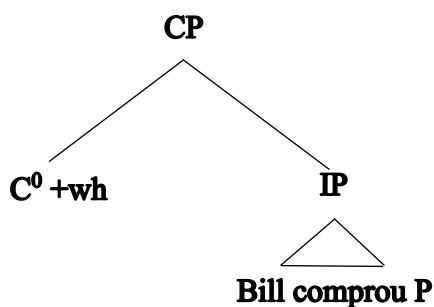
¹⁰ A nosso ver, ela impacta mais no campo semântico – para saber quais mundos possíveis devem ou não ser projetados = e pragmaticamente, que é um fator de distinção entre imperativos e modais de necessidade deônticos, como ‘*ter que*’ em PB.

permitindo outros (no caso, em PB, seria possível haver a presença de sintagmas como ‘*o que*’, ‘*quem*’, ‘*de quê*’, entre outros)¹¹, além de demonstrar o motivo de termos sentenças de um tipo e não de outro simultaneamente (uma sentença inquisitiva e uma imperativa dada por um proferimento).¹²

Reproduzimos abaixo a árvore da pergunta ‘*Bill comprou Persuasão?*’, de forma a servir como uma exemplificação da sistematização de Dayal e da proximidade com a proposta de Han:

(B)

Figura 2 – Árvore da sentença ‘*Bill comprou Persuasão?*’ (DAYAL, 2016, p. 10)¹³



Cada árvore a seu modo apresenta seus respectivos operadores, que fazem com que a sentença seja compreendida de tal modo ao tipo de sentença (interrogativa, imperativa, etc). Para nós, trazendo duas autoras de momentos distintos, que argumentam que a presença de um operador abstrato está em uma posição superior na estrutura profunda, nos oferece terreno para concluirmos que, sintaticamente, a mudança de declarativa para imperativo ou inquisitiva depende da presença, ou ausência, de um operador.

¹¹ Dayal não lida com o português brasileiro em sua obra. As considerações precisam de testes e pesquisas sobre PB.

¹² Descartamos, todavia, aqueles usos cujos objetivos sejam explorar as máximas conversacionais e gerar implicaturas conversacionais, como uma ordem do tipo “você pode me passar o sal?”, em que claramente o falante não quer saber da capacitação do ouvinte de passar o sal, mas sim de interpretá-la como uma ordem para entregá-lo o saleiro.

¹³ A questão está, originalmente, em inglês – “Did Bill buy Persuasion?”.

Diante disso, faz-se necessário outro apontamento: não há a possibilidade de haver a presença dos dois operadores simultaneamente, isto é, de uma sentença ser uma pergunta e uma ordem simultaneamente, ao menos em suas formas canônicas. A mesma construção, sendo uma forma interrogativa ou imperativa, modifica-se, drasticamente, a interpretação:

- (6) Saia daqui
- (7) Saia daqui?¹⁴

(6) e (7) são diferentes. As interpretações dependem, aqui, como já vimos, sobre qual operador está atuando no momento: a primeira frase está com [IMP]; para a segunda, [+Wh]. É por isso que se identifica que o primeiro é uma ordem, enquanto o outro é um questionamento. Vale ressaltar que não estamos considerando o próximo exemplo em (8):

- (8) Você pode fechar a porta, por favor?

Em (8), o falante quer que, ao proferir a pergunta, o ouvinte infira que F deseja que a porta seja fechada. O processo aqui é que há o operador de pergunta [+Wh], mas, por inferência pragmática, a interpretação é outra: O deve entender que não é para responder apenas se é capaz ou não de fechar a porta, mas sim de executar o fechamento desta.

Por fim, outro aspecto importante dos operadores [directive] e [irrealis]: necessariamente o primeiro seleciona o segundo. Esse ponto é

¹⁴ Há uma contestação sobre a aceitação do exemplo (7), por necessitar de um contexto específico e um turno de fala não inicial. Basso (comunicação pessoal), nos alerta de que serviria como uma pergunta retórica, puramente metalinguística, como após F ordenar O que saia do local em que estão, O questiona o uso do imperativo por parte de F. Para os objetivos do trabalho, todavia, ambas as sentenças apresentadas aqui servem para seu propósito distintivo, além de demonstrarem que não é possível a presença dos operadores simultaneamente.

muito significativo, pois como veremos no capítulo 4, com base na Semântica formal, a interpretação de uma sentença imperativa ocorre em passos – primeiro selecionar o mundo possível em que há O para realizar a ação; selecionar outro mundo possível, a partir do mundo com O selecionado, que será o da ação realizada por O. No caso, Sintaxe e Semântica estão intimamente ligadas para a interpretação do fenômeno.

1.1.2 A presença dos advérbios ‘*agora*’, ‘*nesse momento*’ e ‘*já*’

Prosseguindo sobre o texto de Han, ela traz outra discussão, que faremos, especialmente em 1.2, em que ela confronta esta teoria com advérbios, no caso, mais restrito que o trabalho de Tescari Neto (2008): Han (2000), primeiramente, cita que advérbios de tempo presente são modificados para uma interpretação de futuro quando na presença de um ϕ_{imp} .

O importante neste momento é que os advérbios ‘*simplesmente*’ e ‘*agora*’ não ocorrem antes do sujeito; ‘*agora*’, ‘*nesse momento*’ e ‘*já*’ são pospostos a ϕ_{imp} . Vejamos abaixo:

- (9) Saia já
- (10) Saia neste momento
- (11) Saia agora
- (12) * Agora saia
- (13) * Já saia
- (14) * Neste momento saia

Sem uma pausa, (12)-(14) causam ruídos, elas ficam estranhas, diferentemente de (9)-(11). Portanto, em português brasileiro, também, o argumento de Han (2000) se mantém válido: a interpretação de futuro, ainda que próximo, necessariamente ocorra com ϕ_{imp} . Sobre este aspecto, retornaremos com uma ampla discussão em 1.3, percorrendo o trabalho e os

argumentos de Tescari Neto (2008).

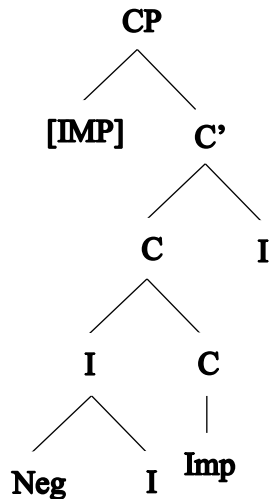
1.1.3 Escopo de [IMP] e Negação

Sobre a negação, Han (2000) comenta sobre esta não ter escopo sobre FD. Diz que, em algumas línguas, é possível negar esta força; entretanto, em sua obra, ela não esclarece sobre estas línguas em que a FD é negada por um elemento de negação.

Como estamos caminhando até então, apresentaremos a árvore sobre o fenômeno e discutiremos mais abaixo

(C)

Figura 3 - Árvore de Negação e (domínio de I0 sobre Neg0) (HAN, 2000, p. 42)



Han (2000) defende que, em geral, os imperativos não têm sua força diretiva negada, com exceção de algumas línguas de tronco eslavo, dos quais não discorre muito. Sem aprofundar muito, ela mesma diz que não há uma explicação, pelo menos até àquele momento, do motivo de haver a negação

da FD em umas e não na maioria das línguas citadas pelo texto.¹⁵

Não esperávamos que houvesse qualquer tipo de mudança em relação às línguas-parentes latinas, incluindo PB; de fato, não há: assim como espanhol ou italiano, PB também não pode ter esta negação de FD.

Han (2000) apenas apresenta a árvore, como expusemos em (C) acima, apresentando alguns exemplos, mas pouco trata de sua formalização. Em verdade, infere-se que seja uma forma de argumentar a seu favor, já que a negação estaria abaixo do núcleo C – que é o locus de [IMP] – e, portanto, ela não seria capaz de c-comandar o operador abstrato.

Deixemos alguns exemplos elucidarem melhor:

(15) Feche a porta

(16) Não feche a porta

Embora se pareçam, (15) e (16) são dois imperativos bem distintos: usar o que se convencionou chamar de *imperativo negativo* nada mais é do que a presença de um elemento como ‘*não*’ – ou qualquer outro *item de polaridade negativa* (NPI) – ‘*jamais*’, ‘*nunca*’, ‘*ninguém*’ – anterior ao verbo.

Para nós, seguindo a linha de Han (2000), não há o escopo [Neg [FD]], já que [directive] está em C⁰ superior; na verdade, o escopo possível para PB é [FD [Neg]], já que o elemento presente em [I [Neg]] faz com que haja outra ação requisitada, não a anulação da anterior. Em outras palavras, (16) não é a negação da ação de (15): cada uma requer um tipo de ação – uma é ter a porta fechada após o proferimento, a outra é de manter a porta aberta após o proferimento.

¹⁵ Han (2000) ainda comenta que a possibilidade da negação afetar a diretividade é muito idiossincrática, já que até o coreano não permite tal interpretação.

A modificação causada por 'não' é no campo semântico: a seleção de quais mundos possíveis são mais salientes para que O realize aquela ação 'p'. Defendemos que a alteração está dentro da Semântica e não das outras duas áreas tratadas nesta dissertação exatamente porque a negação mobiliza quais os mundos possíveis a serem interpretados pelo ouvinte são os mais relevantes para que se execute a ação (não executar uma ação, no caso de 'não feche a porta', é considerada uma ação a ser realçada).

Acreditamos que, mesmo havendo a resposta dada por Han (2000), com a qual estamos de acordo, mais pesquisas são necessárias, especificamente em o PB, sobre o estatuto da negação e sua relação com os imperativos.

No capítulo 2, especificamente sobre Semântica, quando considerarmos a teoria de Kratzer (2012), aprofundaremos mais tal discussão a fim de reforçar nosso ponto de vista.

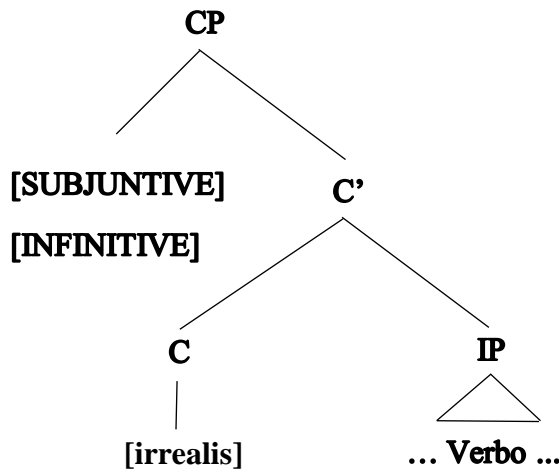
1.1.4 Os operadores de verbos [SUBJUNCTIVE] e [INFINITIVE]

Em relação aos usos de imperativos, Han (2000) também demonstra que, em algumas línguas, o modo subjuntivo e o infinitivo podem ser utilizados para se expressar uma ordem. Esse tipo de sentença já foi demonstrado em (1) e em (2), ainda que não estejam fora do escopo do presente trabalho.

Considerando o PB, algumas formas morfológicas do verbo Φ_{imp} dependem diretamente da conjugação no subjuntivo. Han (2000, p. 120) apresenta uma árvore, que replicamos abaixo, sobre o uso dos verbos em seu modo subjuntivo e infinitivo:

(D)

Figura 4 - Árvore sobre subjuntivo e infinitivo (HAN, 2000, p. 120)



Concordamos com a autora, no sentido de que é possível balizar essas informações em português brasileiro – ela argumenta que ambas as formas apresentam, do mesmo modo que o imperativo, um operador abstrato em C^0 ; e que esses operadores – [SUBJUNCTIVE] e [INFINITIVE] - codificam, diferentemente do ϕ_{imp} , apenas [irrealis], operador este que projeta ações não realizadas.

Replicamos (1) aqui, para fins argumentativos:

(1) Atacar! (repetido)

Avaliando (1), só é possível seu uso em casos em que o ataque ainda não aconteceu ou em condições específicas como em guerras (um ataque sucessivo a outro), ou mesmo como permissão para, com os alimentos todos à mesa, iniciar a refeição.

Resta uma dúvida sobre este tipo de construção: o que faz os falantes interpretarem (1) como imperativo? Consideramos que, mesmo em

construções com infinitivo, como veremos com as locuções imperativas em 1.4, o operador [IMP] é o que permanece acima dos [SUBJUNCTIVE] e [INFINITIVE]¹⁶.

De certo modo, ao termos [IMP] em C^0 , além do choque com outro operador qualquer, como [+Wh], já brevemente discutido em 1.1.3, [IMP] não vai permitir que haja codificação de [SUBJUNCTIVE] ou [INFINITIVE], como uma espécie de anulação de forças por parte de [IMP] e sua posição superior. Por ora, este questionamento fica em aberto.

1.1.5 Sujeitos de ϕ_{imp}

Algo muito específico dos ϕ_{imp} é o que se pode considerar sobre seus sujeitos. Diferentemente das gramáticas tradicionais, consideramos que apenas existam ϕ_{imp} que envolvam segundas pessoas, seja singular ou plural. Ainda é possível levar em consideração o uso da primeira pessoa do plural ‘*nós*’, porém, ainda que o falante esteja inserido no contexto da ordem, é necessário algum ouvinte (pelo menos um) além do proferidor, o que não modifica o argumento de que só existem imperativos envolvendo segundas pessoas – ouvintes diretos ou *addressees*, como veremos no capítulo 3, mais especificamente.

Todavia, baseamo-nos em Han (2000). Essa autora argumenta que, de modo geral, quando ocorre ϕ_{imp} com sujeito vazio é o mesmo, sintaticamente, que um INFL infinitivo, dando ao sujeito o *status* PRO. Este PRO seria possível, pois, como ϕ_{imp} tem, em seu cerne, a orientação para o futuro (futuridade), PRO é possível de se sustentar, e mais: é por conta de PRO que a referencialidade de 2ª pessoa pode ser usada e há permissão de pronomes (com referencialidade ou anaforicidade). Em PB é possível defender isso,

¹⁶ Han (2000) não apresenta os operadores entre colchetes como o imperativo. Inferimos que essas seriam suas formas – adotando, inclusive, a escrita em inglês.

pois:

(17) Feche a porta

(18) Feche **você** a porta

A presença do indexical ‘*você*’, intuitivamente, pode vir como marca prosódica de intensidade: em uma discussão, se A proferiu um ϕ_{imp} a B, e B contesta dizendo que, na verdade, quem deve executar a ação é A:

(19) A: Feche a porta

B: Feche *VO-CÊ* a porta

A separação da palavra e também a marcação especial mostram a pausa desta ênfase desejada.

No entanto, pode haver também usos de imperativo sem essa marca de sujeito – ou uma indexicalização clara para que aquele a quem se refere o imperativo é chamado diretamente: um PRO, isto é, um espaço vazio sintático.

Outro ponto que PRO realmente é válido, é que, segundo Han (2000), o operador [directive] objetiva sempre um *addressee (Ad)*, isto é, o ouvinte direto do contexto de ϕ_{imp} . Essa objetivação, que argumentaremos e chamaremos de *engajamento* no cap. 3, referente ao campo pragmático. Para nós, pelo contrário, Sintaxe e Semântica contribuem com essa referencialização de PRO; aliás, PRO que indexicaliza uma 2ª pessoa em ϕ_{imp} é determinada pela Sintaxe. Entretanto, argumentaremos que é por meio da Pragmática, por conta do *engajamento de Ad*: sua referência será sempre aquele a quem se destina no ato comunicativo, seja fonologicamente pronunciado (com marcas do tipo de pronomes indexicalizados, como ‘*você*’, ou em uma posição de vocativo). Por ora, a possibilidade de PRO em PB é

preferível, porém não a única forma (como vimos em (17) e (18)).

Outro ponto interessante é a possibilidade de mudança para quantificadores como *'todos'*, *'alguém'* ou *'ninguém'*. Ainda que se considere como terceira pessoa, os quantificadores, por meio implicatural, são selecionados e compreendidos sob um forte contexto: se estiver em uma sala de aula, com aquela totalidade de alunos, dizer *'Alguém feche a porta'* é referir-se a alguém que pode ser *Ad* ali, não alguém aleatoriamente dentre os mundos possíveis. Com os outros elementos também: se se utiliza *'Ninguém feche a porta'*, a referencialidade é a todos, uma segunda pessoa do plural (um *'vocês'*); com *'todos'*, a mesma coisa: *'Todos fiquem quietos'*, refere-se a todos os alunos presentes naquela sala de aula. Uma forma de avaliá-los como modificados à segunda pessoa (*Ad*), é o fato de, se colocar uma questão de reforço, como em inglês se tem as *tag questions*¹⁷, apareceria *'você'* ou *'vocês'*:

(20) **Ninguém** abre a boca, *vocês* entenderam?

(21) **Alguém** feche a porta, *vocês* entenderam?

(22) **Todos** façam a prova, *vocês* entenderam?

Essa é outra parte do objeto dos Φ_{imp} , que apresentamos muito brevemente, que poderá ser analisada em estudos futuros.

Por fim, e o que fica em aberto em relação ao PRO, em Han (2000), a questão é: esse elemento é um operador ou não? E por qual motivo ele faz com que seja selecionado? Ainda que seja típico de Φ_{imp} , como defende Jary & Kissine (2014), consideramos que a melhor explicação está no próximo tópico com Zanuttini *et al.* (2012).

¹⁷ A definição de *tag questions* seria interrogativas que são usadas para ratificar a informação da sentença anterior. No caso de (20)-(22), a de confirmar se a ordem será compreendida devidamente, dando-a ênfase.

1.1.5.1 Zanuttini *et al.* (2012)

Baseados na Sintaxe Gerativa e na relação com a Semântica formal, passando, em alguns momentos, pela Pragmática, Zanuttini, Pak e Portner (2008) demonstram os porquês de haver certos sujeitos em determinados tipos de sentenças. Em seu artigo, os autores não se focam apenas nos imperativos, mas nas sentenças jussivas: sentenças que lidam com ordens, promessas e, também, das proibições. Por motivos de escopo de trabalho, focar-nos-emos apenas no que se refere às ordens, a Φ_{imp} especificamente.

De acordo com esses autores, há um núcleo funcional (*functional head* ou *FH*¹⁸), chamada de *Núcleo Jussivo* (*Jussive Head - JH*), que faz com que os sujeitos de sentenças imperativas sejam trazidos para posições específicas, e mais, para que haja tanto sujeito nulo (*S_{nulo}*), quanto fonologicamente pronunciado. *JH* aloca um argumento¹⁹ com concordância funcional: existe uma relação local com o Sujeito e um *agreement* se inicia a partir deste locus.

No caso de PB, é possível haver, como já apresentado anteriormente, sentenças em que o uso imperativo pode ou não ter a marcação fonológica de um pronome de referência a *Ad*²⁰. A necessidade de haver um *Ad*, isto é, um ouvinte a quem se refere diretamente o uso do imperativo, mostra-nos uma restrição já dada pela *FH*: a de que Φ_{imp} permitem nesta cabeça jussiva apenas a primeira pessoa do plural e as segundas pessoas sob a tutela de um *agreement* em que há outra restrição – a de um traço [+ humano].

¹⁸ Intercalaremos a tradução ou a sigla em inglês – *FH*.

¹⁹ Esse termo se refere aos elementos de metalinguagem da Semântica formal.

²⁰ *Ad* e pronome são elementos distintos que podem ter o mesmo referente, mas não necessariamente o são. *Ad* é um elemento extralinguístico, obtido pelo ato comunicativo, pelo contexto; pronome é um elemento intralinguístico, normalmente vinculado à indexicalização de elementos extralinguísticos. *Ad* é condição para as sentenças imperativas, enquanto a efetivação fonológica do pronome coindexicalizando *Ad* é, para PB, facultativo, circunstancial – não necessário.

Para justificar seu argumento, baseiam-se no trabalho de Postdam (1998 *apud* Zanuttini *et al.*, 2012), que defende que *Ad* deve realizar um evento, e que a entidade que realiza esse evento precisa corresponder ao ‘*agente*’ (*Ag*) e que, normalmente, *Ag* é o sujeito. Isso faz sentido, porém, para eles argumentam que, apesar disso parecer muito produtivo, seu poder de explicação é baixo, uma vez que *Ad*, embora haja o núcleo jussivo sintaticamente, precisa de mais uma restrição, que será dada por meio da Pragmática e o *engajamento de Ad* (cf. 3.4).

Mais adiante no texto, segundo o que defendemos aqui, apresenta-nos um argumento de grande valia: quando feitas *tag questions*, em inglês, todas elas eram consideradas gramaticais **apenas** quando era utilizado ‘*you*’. Isso demonstra que é defensável que o sujeito pode apenas ser uma 2ª pessoa (singular ou plural), referenciada como *Ad*. Interessante que, mesmo quando se utilizam quantificadores como ‘*ninguém*’, ‘*alguém*’ ou ‘*todos*’, o uso de ‘*you/você(s)*’ será o único permitido. Confrontando em PB, é possível defender o mesmo

- (23) Saia daqui agora. Ué, **você** não vai sair?
- (24) Não fecha a porta, não. Por que **você** ia fechar?
- (25) Ninguém fecha a porta. Por que **vocês** iam fazer isso?
- (26) Todos fiquem quietos. Por que **vocês** não conseguem ficar quietos?

Han (2000), por sua vez, também faz um comentário e acrescenta que as *tag questions*, além de contribuírem para apreender *Ad*, também oferece bons argumentos para a **noção de futuridade**:

- (27) *Behave yourself, will you?*
- (28) Comporte-se. Você vai?²¹
- (29) *Behave yourself, won't you?*

²¹ A escolha pela forma ‘*vai*’ se dá porque, em PB, é mais corriqueiro a forma conjugada no presente do indicativo para indicar futuro, não o futuro do presente, como em ‘*irá*’.

(30) Comporte-se. Você vai, não vai?²² (p. 161)

Esses exemplos demonstram que *tag questions* com outros tempos causariam estranheza, até mesmo agramaticalidade:

(31) Sai daqui, *você não foi?

(32) Sai daqui, *você não iria?

Retomando o tema do *agreement*, os autores do artigo trazem a operação a ser feita, como Kratzer (2009 *apud* Zanuttini *et al.*, 2012, p. 1244) propôs: o tipo da sentença indexicaliza o núcleo α , que precisa do tipo da sentença e unifica com β , sendo β um elemento próximo a X-c-comando (noção funcional). A partir disso, α e β precisam ter o mesmo valor de *agreement*. Ao que entendemos, se há uma sentença imperativa, sua concordância será feita funcionalmente a obter qualquer elemento que seja compatível a Φ_{imp} , de modo que a regra de c-comando seja respeitada. Um Φ_{imp} exige um *Ad*, então o sujeito será compatível e deverá respeitar essa restrição pela sintaxe e pela semântica.

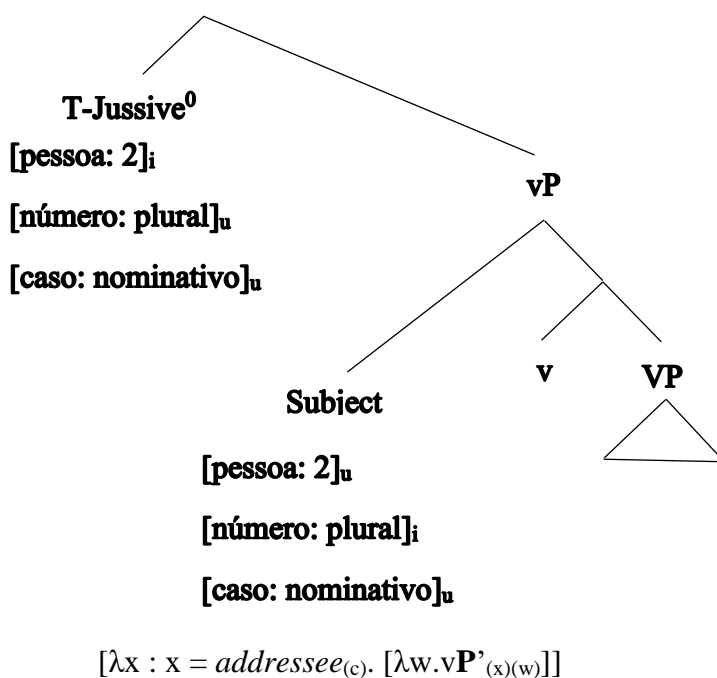
A *Cjussiva* faz com que os pronomes que ali se prenderem tenham, como medida restritiva, o traço [+ humano], apontando que todos os sujeitos de um Φ_{imp} precisam conter este traço. Isso faz sentido, pois, em tese, o uso de um imperativo sugere a modificação de um estado de coisas no mundo, e apenas os humanos teriam esta capacidade (de codificar o proferimento e de modificar o estado de coisas). Por mais que pareça óbvio, o passo é importante.

A seguir, apresenta-se a árvore de Zanuttini *et al.* (2012) com todas as indexicalizações:

²² Em PB, as formas mais usuais necessitariam uma pausa, principalmente com a forma negativa traduzida 'won't'.

(E)

Figura 5 - Cabeça Jussiva, indexicalizações e a restrição semântica (ZANUTTINI et al, 2012, p. 1264)



Esses autores definem que um núcleo jussivo é (a) um operador abstrato λ ; (b) há concordância do elemento em λ chamado de Sujeito; (c) traços de pessoas introduzem uma pressuposição.

A pressuposição, à frente, é apontada unida à formalização contida na árvore (E) acima: ' $x = addressee_{(c)}$ ', isto é, o argumento considerado o sujeito, deve ser o mesmo que *Ad* do contexto de uso do ϕ_{imp} . Esta coindexicalização entre o elemento extralinguístico (a pessoa, ouvinte no ato comunicativo, ontológica) e o intralinguístico que se refere ao elemento extralinguístico (pronomes de referência, 2ª pessoa) é determinante, já que ϕ_{imp} tem como exigência o *engajamento* de *Ad*, e sintaticamente, isto é, na composição estrutural, há o reflexo, o encaixe entre o fator pragmático (que chamaremos de *shift pragmático*) e a interpretação das regras do sistema são idênticas.

Retomaremos este ponto no capítulo 3, especificamente quando discutirmos sobre *engajamento*.

Acreditamos que, seguindo a proposta de Han (2000), o CP contendo [IMP] estaria logo acima, diretamente conectado ao núcleo funcional. Como os autores apresentam somente este trecho, inferimos ser possível alegar esta c-coordenação.

1.1.6 Forças Ilocucionárias de ϕ_{imp}

Após breve incursão sobre Zanuttini *et al.* (2012), retomamos a discussão dos pontos do texto de Han (2000), especificamente sobre a noção da força diretiva presente nos imperativos.

Concordamos com Han (2000) em relação ao fato de a FD expressa pelos ϕ_{imp} faz parte de sua característica principal: para que se interprete uma sentença imperativa como tal, é necessário que sua diretividade, e.g., sua força diretiva seja interpretada. Este é um ponto, inclusive, que se pode argumentar a favor de que sentenças como ‘*Good Wishes*’ não são imperativos, apesar da forma:

- (33) Melhora, viu?
- (34) Fique melhor rápido
- (35) Cola esse osso aí logo

Os exemplos (33)-(35) são formas usuais de desejar boas energias e melhoras para pessoas doentes, ou mesmo que não estejam bem de saúde, por isso o nome ‘*Good Wishes*’ (‘*Bons desejos*’, literalmente). De toda as formas, não é possível que o ouvinte destes proferimentos executem algo, ou ao menos, gerando um contexto quase que artificial, de que a pessoa tem o poder de se curar (ou tomar um remédio para a gripe, ou mesmo ficar na cama em

repouso para que o osso quebrado se regenere, etc), sendo impossível que a diretividade, que *engaja Ad* e dá a ele a *agentividade* da ação, não ocorrem, apontando para um norte em que sem FD, ϕ_{imp} não tem sua função.

Entretanto, existe uma variabilidade nos tipos de FD: há usos em que a força é de ordem; outros, de sugestão; e, em outros, de conselho. Todavia, é a partir de inferências, segundo Han (2000), que se modifica se ϕ_{imp} servirá para sugerir ou para ordenar, ou até mesmo para aconselhar. Embora se aproximem bastante, nossa saída será dada especificamente pela Pragmática, mas não por meio de inferências griceanas como a autora defende: a mudança acontece na interpretação da força ilocucionária, já que aceitamos que [directive] já está codificada pela Sintaxe dentro de [IMP], isto é, a FI será dada se servirá para sugerir, ordenar ou aconselhar (para mais, cf. cap. 3).

Outra questão interessante sobre força dos imperativos é que, para Han (2000), é o falante quem gera a interpretação que a FD terá: se houver um questionamento, não se questiona a força, mas se questiona o criador da força – ou melhor, o falante que proferiu aquela sentença com tal força

(36) F: Saia daqui agora

Ad: Não saio, você não manda em mim

Ad: Por que está mandando que eu saia?

Em que ambos os *Ad* de (36) não cancela a ordem, mas questionam as motivações do falante e seu uso de ϕ_{imp} . Sintaticamente, FD apenas é interpretada: para Han (2000), no operador [directive]; para nós, mais adiante, dentro de um novo nó funcional, no núcleo de SpeechActP (cf. cap. 4).

Sobre as forças dos imperativos, em específico, discutiremos no capítulo 3.

1.1.7 Imperative-like Conditionals (ILCs)

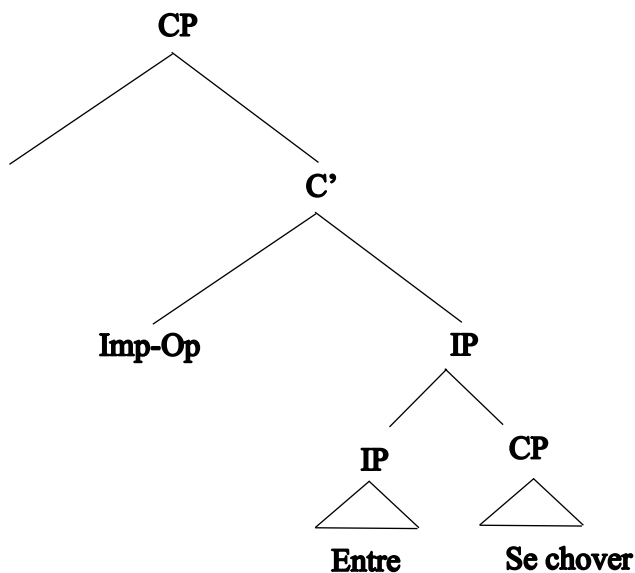
Um aspecto que se discute em Jary & Kissine (2014), e segundo os próprios autores, seria uma discussão em aberto ainda, é o fato de lidar com Φ_{imp} em construções mistas, como as sentenças denominadas ILCs (*imperative-like conditionals*) e as ILUs (*imperative-like ultimatum*).²³ O presente tópico discutirá aquelas, deixando para o subseqüente estas.

Han (2000) examina esse tipo de construção também. Seu posicionamento em relação a isso equivale ao que discutiremos em 2.5.1, ao vermos as ILCs pelo ponto de vista semântico.

Por fins argumentativos, trazemos a formalização sintática da sentença como '*Entre, se chover*':

(F)

Figura 6 – Sentença ILC '*Entre, se chover*' (2000, p. 165)

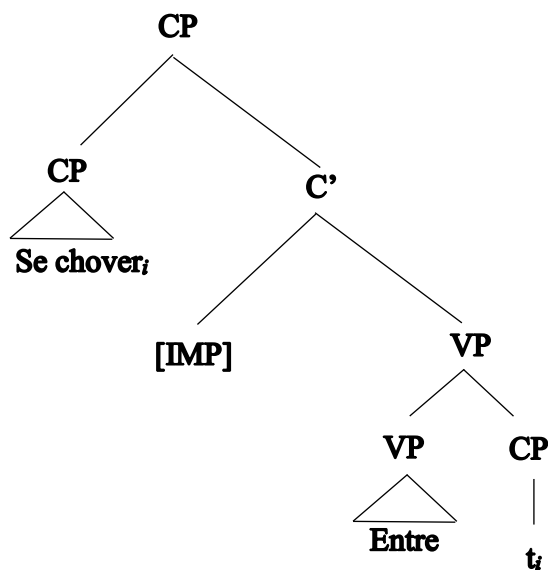


²³ O uso das siglas ILC e ILU seguirão suas formas em inglês, por não vermos necessidade na tradução delas, e mais, sua tradução nada afetaria o percurso argumentativo.

Ela argumenta, ainda, que *Entre, se chover* equivale a *Se chover, entre* ($\phi_{imp} \rightarrow IF^{24}$ ou $IF \rightarrow \phi_{imp}$), como demonstrado em (G), pois uma ILC, ainda que possa ser pronunciada em ambas as ordens, terá como interpretação o caminho $IF \rightarrow \phi_{imp}$:

(G)

Figura 7 - ILC *Se chover, entre* (com movimento) (2000, p. 166)



De antemão, há uma estranheza causada pelo fato de (F) e (G) terem alocações dos elementos em nós distintos: para aquele, ϕ_{imp} está em IP, enquanto para este, em VP. O paralelismo é desfeito, com o qual não concordamos. É possível imaginar uma representação em que, na verdade, um desdobramento de CP, um Spec múltiplo de CP, para alocar ‘*Se chover*’ e também [IMP].²⁵

Por ora, o que nos vale é o resumo do percurso: há a necessidade de

²⁴ O uso de IF é meramente uma seleção para facilitar a visualização, uma forma sintética.

²⁵ Esta proposta é uma modificação para manter o paralelismo entre as duas representações arbóreas.

realização da condicional, para aí sim, *Ad* compreender que a ação dada por Φ_{imp} é possível de se realizar.

No caso, quando começar chover, ou seja, quando o estado de coisas do mundo for ‘*está chovendo*’ em *w*’, e esta proposição for verdadeira, a partir disso *Ad* é capaz de entender em quais mundos ele agirá: serão os mundos projetados a partir de *w*’, em que são mais relevantes, isto é, a fonte de ordenação oferece como mais relevantes, que *Ad* será o *Ag* de *p* em *w*’ (ou outros²⁶).

O atual tópico, por fim, serve para mostrar que, sintaticamente, há uma explicação para sustentar o argumento e defender que é semanticamente que há restrições, e não só, que é a Semântica que oferece as melhores respostas para as ILCs (cf. 2.5.1).²⁷

1.1.8 Imperative-like Ultimatum (ILUs)

Ainda que Han (2000) não lide com as construções a partir desta alcunha, as *imperative-like ultimatum* (ILU) são as frases complexas em que há uma decisão clara entre seguir o Φ_{imp} ou uma consequência negativa será validada. Os exemplos mais prototípicos estão a seguir

- (37) Saia ou eu atiro
- (38) Faça a tarefa ou ficará de castigo
- (39) Não faça bagunça ou ficará de castigo

A autora examina vários tipos desta construção *imperative-like*, e dentre elas, ela considera a formalização ‘ $\neg p \rightarrow will(q)$ ’ (HAN, 2000, p.

²⁶ Colocar apenas um ou um conjunto de mundos possíveis é apenas uma forma de notação. Optaremos pela primeira forma quando for discutida (cap. 4) a noção de mundos possíveis e o impacto das seleções, relevâncias, fontes de ordenação, entre outros.

²⁷

187). Provavelmente, a formalização se refira a sentenças como (39), mais do que (37) ou (36), que acabam sendo consideradas por generalização, já que, para nós, a melhor formalização é *IMP* v *ULT*. Por enquanto, o necessário é apontar que, a partir deste ponto, temos um argumento a mais para dizer sobre a futuridade: a permissão de haver sentenças imperativas com sentenças que envolvem o futuro, mostram a própria projeção de futuro do imperativo, trazida por [irrealis] dentro de [IMP]. Assim, se tivermos

(40)*/??? Saia ou atirei

(41)*/??? Saia ou eu tivesse atirado

O que nos interessa é o fato de a autora discutir que qualquer tipo de construção (*imperative-like*) que traga a conjunção disjuntiva *ou* ou uma construção com futuro ($FUT_{(p)}$) faz com que a primeira sentença, a imperativa, tenha sua força diretiva garantida, enquanto a segunda sempre será interpretada como uma condicional. Isso nos é válido, como apresentaremos ao retornarmos em 2.5 com o tema, argumentando que as ILCs são condicionais positivas, enquanto as ILUs são condicionais negativas.

1.1.9 Conclusão

De acordo com as discussões apresentadas em relação aos imperativos, Han (2000) contribui muito com seu trabalho, sendo possível sua comprovação também em português brasileiro.

Ela nos oferece uma saída sintática muito válida com o operador abstrato [IMP], localizado no núcleo de CP elevado, no qual atrai o verbo que será codificado como imperativo até ele. Dentro desse operador há outros dois operadores que automaticamente atuam quando usada uma sentença

imperativa: o [directive] e o [irrealis]. O primeiro operador codifica a força diretiva da oração, enquanto o segundo operador oferece a modalidade com uma interpretação de ação (ainda) não realizada.

O *locus* do operador [IMP] equivale, inclusive, ao *locus* do operador [+Wh] (DAYAL, 2016), determinante para as sentenças interrogativas, ou seja, o operador que garante a força para que a interpretação da sentença seja uma pergunta. Por se tratarem de operadores abstratos que se alocam no mesmo nó, é impossível haver uma sentença com as duas forças simultaneamente (uma ordem e questionamento), como apontamos anteriormente. Confirma-se, desta forma, que além de uma ratificar o local dos operadores, e não só, da validade teórica que ambos carregam, ambas as autoras propuseram caminhos frutíferos a serem aprofundados.

No que tange aos advérbios, por sua vez, ϕ_{imp} faz suas exigências em relação ao tempo e à possibilidade de certos usos se dirigirem sempre ao futuro. Estamos em consonância aos argumentos de Han (2000), quando defende que advérbios como ‘*agora*’, ‘*neste momento*’ e ‘*já*’, embora aloquem o tempo ao presente, são interpretados, quando sob escopo de ϕ_{imp} , necessariamente como de referência futura. O tópico em que se discutiu isso foi breve, pois em 1.2, trataremos mais sobre imperativos e a tese de Tesconi Neto (2008) sobre os advérbios aspectuais.

Outro aspecto importante é a relação entre ϕ_{imp} e a negação, em que se é possível defender que não há negação da força diretiva originada em [directive] por falta de capacidade de escopo da negação. Esta ausência de escopo se daria, acima de tudo, por uma restrição sintática. Veremos em 1.4, que a restrição que é mais determinante é a semântica, além de apontarmos para uma reformulação da formalização sintática de C. Han e a presença dos operadores [directive] e [irrealis].

O preenchimento da posição de sujeito em uma construção imperativa também apontam que esse tipo de sentença faz restrições bem claras. Han

(2000) argumenta que [directive] objetiva sempre um *addressee*, um ouvinte direto no contexto de proferimento. Entretanto, achamos apenas esse argumento pouco elucidativo; por isso consideramos, também, os argumentos de Zanuttini *et al.* (2012) sobre um nó funcional – o núcleo jussivo.

Este nó funcional seria capaz de deslocar o sujeito ao núcleo de JussiveP em certas sentenças, como a imperativa, por exemplo, dando as restrições almejadas. No caso, o traço [+ humano] é a exigência juntamente ao *agreement* de segundas pessoas. O traço humano possibilita a interpretação agentiva do sujeito da ação a ser realizada. Outro aspecto que corrobora com o argumento dos autores, e com o qual concordamos para PB, é o fato de que o uso de *tag questions* captura esse tipo de restrição de 2ª pessoa com o traço. Mesmo quando os elementos são quantificadores, o uso de *you/você* não fica agramatical se o imperativo foi usado com *ninguém* ou até mesmo *todos* (claramente com verbos conjugados em terceiras pessoas). Apresentaremos uma representação possível, em que se estabeleça o local de JussiveP dentro da representação com [IMP] (cf. 1.4).

Por fim, Han (2000) argumenta que as mudanças de FD de ordem para sugestão ou conselho nada mais são do que inferências griceanas. Discordamos, por considerar que estas mudanças ocorrem na interpretação pragmática da força ilocucionária, dentro do próprio ato de fala, não por outro mecanismo, inclusive considerando o turno de fala em que se profere Φ_{imp} . Inclusive, consideramos que a FD apenas oferece a interpretação de ordem aos imperativos: as nuances são dadas por condições contextuais, como demanda anterior, se vem posterior a uma pergunta, etc. Deixaremos esta discussão para o capítulo 3, por ser mais relevante à luz da Pragmática, ainda que sintaticamente proporemos posições funcionais para [directive] (cf. 1.3)

Por fim, a autora aborda as construções com imperativo (*imperative-like X*), em que examina os exemplos conhecidos da literatura: as ILCs (*imperative-like conditionals*) e ILUs (*imperative-like ultimatum*). Para

ambas as construções compostas com ϕ_{imp} , Han (2000) oferece uma formalização, com que concordamos, porém preferimos a que sugeriremos adiante. O ponto principal foi que, por meio da Sintaxe, é também possível defender a interpretação das construções como feito por nós no cap. 2. Outro aspecto importante é o de apontar que a Sintaxe cumpre um importante papel nas restrições, mas que há, segundo nossa hipótese, inter-relação com as restrições semânticas de mundos possíveis.

Ainda que em um percurso breve, com apontamentos, concordâncias e discordâncias, transitar considerando os argumentos de C. Han nos possibilitou ter um terreno muito fértil, fortalecendo nosso ponto em relação aos ϕ_{imp} e à sua contraparte sintática, além de ser cabível para aplicação ao que proporemos nos próximos tópicos e às ocorrências em português brasileiro especificamente.

1.2 Tescari Neto (2008) e os advérbios modalizadores

Os caminhos da pesquisa são sempre imprevisíveis. O trabalho de Tescari Neto (2008) lida com os advérbios modalizadores e, quando postos juntos a ϕ_{imp} , como já apresentado por Han (2000), alguns funcionam com uma interpretação temporal de futuro.

De fato, como vimos em 1.1, especificamente em 1.1.2, os advérbios podem ajudar a compreender certos padrões dos imperativos. Seguimos Han (2000), quando ela aponta que ϕ_{imp} exige uma interpretação com orientação ao futuro de certos advérbios; outro aspecto é a impossibilidade de haver a co-ocorrência da maioria dos advérbios além de 'já', 'nesse momento', 'agora', até mesmo com 'ainda hoje', 'amanhã', 'esta noite', 'ano que vem', que são demarcadamente de futuro. Estes advérbios e locuções adverbiais estão presentes em exemplos no tópico subsequente.

Expressões como 'possivelmente', 'necessariamente',

'sinceramente', 'surpreendentemente', 'felizmente', 'obviamente', 'talvez' geram uma agramaticalidade²⁸, quando combinados com ϕ_{imp} . Acreditamos que a incompatibilidade é semântica, pois os imperativos têm como exigência a criação da futuridade que projetará para mundos possíveis posteriores ao do proferimento.²⁹

Para este tópico, demonstraremos os pontos relevantes da tese de Tescari Neto (2008), ao menos os que contribuirão com a discussão sobre ϕ_{imp} ; em seguida, copararemos com exemplos envolvendo os advérbios trazidos por ele; por fim, debateremos envolvendo a teoria do operador [IMP] e da (im)possibilidade da presença de alguns advérbios em sentenças imperativas.

1.2.1 As restrições dos advérbios com ϕ_{imp}

O trabalho de Tescari Neto (2008) diverge de nosso objeto. Em sua discussão, no entanto, há algumas peças valiosas para a montagem deste quebra-cabeça teórico e científico que envolve diretamente os ϕ_{imp} . Os advérbios conseguem ajudar e dar apoio de grande valia para entendermos os imperativos. O comportamento destes e daqueles aponta para o fortalecimento de argumentos como a futuridade, a estrutura superior em que está [IMP]. O que nos é mais interessante é o fato de lidarmos, a partir deste tópico, com algo que Han (2000) já apresenta como relevante, mas que disponibiliza pouco espaço para discuti-lo, algo comentado e discutido em 1.1.2 acima.

Tescari Neto (2008) considera três pontos relevantes a respeito de um

²⁸ A citação foi extraída de uma troca de mensagens por e-mail com o professor Aquiles Tescari Neto no fim de 2017 (comunicação pessoal).

²⁹ Tanta a agramaticalidade e a incompatibilidade das sentenças com os advérbios são semânticos exatamente pelo fato de que os imperativos têm como traço predominante a *futuridade*, exercendo sobre os outros elementos ao redor tal leitura de futuro também.

advérbio de aspecto habitual: (a) os advérbios habituais servem como forma de F não se comprometer com a informação, isto é, gerar um *descomprometimento de F*; (b) considera que os adv. de aspecto habituais, tais quais *normalmente*, *geralmente* e *habitualmente*, são, também, modalizadores, diferente do que até então a literatura trazida por sua pesquisa; (c) existe um traço, chamado de ‘*Traço μ* ’, que (i) gera indeterminação da factualidade da proposição e (ii) descomprometimento de F (*idem*, p. 95).

No percurso, já temos um conflito entre os advérbios habituais e dos ϕ_{imp} . Se tivermos construções com $\phi_{imp} + Adv$

(42) $\phi_{imp} + Adv$ (Tempo)

- (a) Saia **já**
- (b) Saia **agora**
- (c) Saia **amanhã (à tarde/à noite)**
- (d) */? Saia **ontem**
- (e) Saia **ainda hoje (essa semana/esse ano)**

(43) $\phi_{imp} + Adv$ (Modalização)

- (a) */? Saia **possivelmente**
- (b) */? Saia **necessariamente**
- (c) Saia **necessariamente agora/amanhã**
- (d) Saia **necessariamente já**

(44) $\phi_{imp} + Adv$ (Aspecto de Habitualidade)

- (a) */? Saia **habitualmente**
- (b) */? Saia **normalmente**³⁰
- (c) */? Saia **geralmente**

Dentre os exemplos de (43), praticamente todos recebem o sinal de agramaticalidade, o que ocorre ao contrário, se pensarmos nas sentenças de

³⁰ O item (44.b) recebe o símbolo de sintático e semanticamente anômalo por conta do uso que Tesconi Neto (2008) discute em seu texto, que *normalmente* tem a interpretação igual a *habitualmente*, ou até *costumemente*. No caso, (44.b) oferece uma leitura possível – a de que *Ad* precisa sair de *um modo normal*, sem levantar suspeitas.

(42), que envolvem tempo, apenas aquele que se refere a um tempo passado causa estranheza. Outro aspecto que ratifica nosso ponto de vista é que imperativos e habitualidades, de certo modo, não são possíveis juntos, muito provavelmente por seu fator de mudança epistêmica de uma ordem, o que a habitualidade, a nosso ver, não exige, gerando um conflito.

Retomando especificamente (42.d), a estranheza causada por eles ocorre pela própria interpretação que se tem ao usar um Φ_{imp} : o falante não profere um imperativo para relacioná-lo com algum elemento do passado ou alguma ação impossível de acontecer. É contraintuitivo. Já mostramos, a partir dos argumentos de Han (2000), que a noção de futuro orientado (futuridade) é necessário. Elementos como ‘*agora*’ e ‘*já*’, advérbios de tempo presente, apresentam a leitura de futuro, mesmo que um futuro muito próximo ao momento do proferimento de Φ_{imp} .

Em se tratando dos exemplos (43.a-d), temos alguns pontos interessantes: em (43.a), existe um conflito entre a necessidade lógica do imperativo e a possibilidade dada por ‘*possivelmente*’. Por outro lado, se se pensava que (43.b) seria possível, mas há uma estranheza que uma pausa desfaria. Interpretamos ‘*necessariamente*’, inclusive, este exemplo, como um expressivo, uma ênfase na execução da ordem como imediata, da mesma forma que ‘*pelo amor de Deus*’.

Além disso, levando em consideração a teoria de Tescari Neto (2008), vemos uma impossibilidade de existir Φ_{imp} e o aspecto habitual da forma que o autor defende em sua tese. Como dissemos, o advérbio com um complemento: é possível, se tivermos um Φ_{imp} de conselho como ‘*Saia habitualmente/normalmente/geralmente cedo de casa*’ ou até mesmo *Saia habitualmente/normalmente/geralmente às 7h da manhã para fazer exercício*’.³¹ A presente pesquisa defende que os conselhos permitem os

³¹ Existe um questionamento sobre este aspecto em particular que não trataremos: certos verbos, como ‘*comer*’, de certo modo, combinam com ‘*habitualmente*’ ou até mesmo

advérbios de habitualidade, porém, cremos que se difere da característica de descomprometimento do Traço μ é, em verdade, tida como comprometimento por quem profere (*idem*, p. 109).

Dando continuidade ao comportamento dos advérbios acompanhados dos ϕ_{imp} , Tescari Neto (comunicação pessoal) sugeriu que rearranjássemos as sentenças criando uma ordenação **Adv + ϕ_{imp}** .

Trazemos, abaixo, os arranjos para discutirmos melhor essa questão:

(45) Adv + ϕ_{imp} (Tempo)

- (a) * **Já** saia
- (b) **Agora** saia
- (c) **Agora**, saia
- (d) * **Amanhã** saia
- (e) **Amanhã**, saia
- (f) # **Ainda hoje** saia
- (g) **Ainda hoje**, saia

(46) Adv + ϕ_{imp} (Modalização)

- (a) * **Necessariamente** saia
- (b) **Necessariamente**, saia
- (c) **Necessariamente**, saia **agora**
- (d) **Necessariamente**, saia **já**

(47) Adv + ϕ_{imp} (Aspecto de Habitualidade)

- (a) */? **Habitualmente** saia
- (b) */? **Normalmente** saia
- (c) */? **Geralmente** saia

Em relação às frases em que na ordem ϕ_{imp} + Adv são possíveis, o mesmo não ocorre na ordem Adv + ϕ_{imp} . Parte desse impedimento ocorre pela *futuridade* de ϕ_{imp} ter escopo sobre os outros advérbios, forçando-os a serem

'normalmente' e seu valor de habitualidade, como em *'Coma habitualmente/normalmente cinco refeições ao dia'*. Uma possível explicação seria que tais advérbios exigem um argumento para terem seu sentido completo, mas que não será tratado por este trabalho.

interpretados, também, como futuro.

Importa dizer que os exemplos (45.c), (45.e), (45.g), além de (46.b) e (46.c), todos marcados por uma pausa (aqui, dada por uma vírgula), são casos em que há um deslocamento da ordem direta sintática. O mais intrigante é que (46.b) e (46.c) são possíveis, mas há a necessidade de, mesmo com a pausa, haver o complemento defendido logo acima ('já' e 'agora', já que se tornam sentenças apresentadas – (42.a) e (42.b)).

Para nós, em termos de restrição, há uma condição que é dada pela futuridadade dos imperativos: Φ_{imp} é orientado necessariamente ao futuro do momento de proferimento, isto é, em que o tempo de realização da ação imperativa é sempre à frente do tempo do proferimento da sentença imperativa. Esta restrição temporal faz com que qualquer influência de outros tempos que não estejam sob este escopo, gere ruído, como é possível ver em exemplos dentre (42)-(47). Ainda que não testado, é possível defender que o tempo dos imperativos seja sensível a qualquer mudança que os advérbios podem oferecer.

Sobre o advérbio '*ainda*' (*Asp_{continuativo}*) aponta para uma necessidade de complemento temporal futuro ('*ainda hoje*', '*ainda essa semana*'), mas mantém a noção de continuidade do próprio advérbio. Diferente dos outros, '*ainda*' não interfere interpretativamente no imperativo, mas apenas contribui para a leitura orientada de futuro (conecta a um contínuo a partir do proferimento até a ação). Da mesma maneira, '*necessariamente*' (*Modalização_{necessidade}*) só é aceito quando presente 'já' ou qualquer advérbio de tempo futuro, como forma de servir de escopo para o advérbio (no caso de (46.b) ou (46.c)).

De qualquer modo, é possível ver que a relação entre os advérbios e as sentenças imperativas são frutíferas e ajudam a encaminhar várias discussões sobre o Φ_{imp} , como a noção de futuridadade, a própria restrição temporal ser semântica, e não sintática (cf. cap. 2).

1.2.2 Conclusão

A proposta de Tescari Neto (2008) e a hierarquia de Cinque ((1999) *apud* Tescari Neto (2008), p. 54) envolvem questões relacionadas aos advérbios, como a aspectualização de habitualidade e a questão do Traço μ . A falta de comprometimento por parte do falante em relação à facticidade é determinante, a nosso ver, para que certos usos sejam impossíveis com os Φ_{imp} , pois verificamos que o comportamento do objeto em foco consegue ser mais bem avaliado quando exposto a outros elementos, no caso, modalizadores.

Outro motivo de termos nos pautado no texto de Tescari Neto (*idem*) para a nossa discussão é o fato do que cita, em seu trabalho, Narrog (2005). A autora argumenta que a modalização é o que torna uma proposição indeterminada em relação à sua facticidade. É por conta desta frase, e por outros motivos mais a serem apresentados nos capítulos 2 e 3, que consideraremos Φ_{imp} como âncoras de tempo: ele requer uma incerteza de ação (ou seja, extralinguisticamente), mas é determinado em sua facticidade linguística (nada garante que o *Ad* irá executá-lo), isto é, é algo não realizado ainda.

As perspectivas sintáticas abordadas até o momento servem para darmos continuidade a outros pontos do fenômeno dos imperativos em português brasileiro. A partir desses, será possível desenvolvermos questões referentes às locuções imperativas e a presença dos sujeitos; o comportamento das locuções e suas peculiaridades.

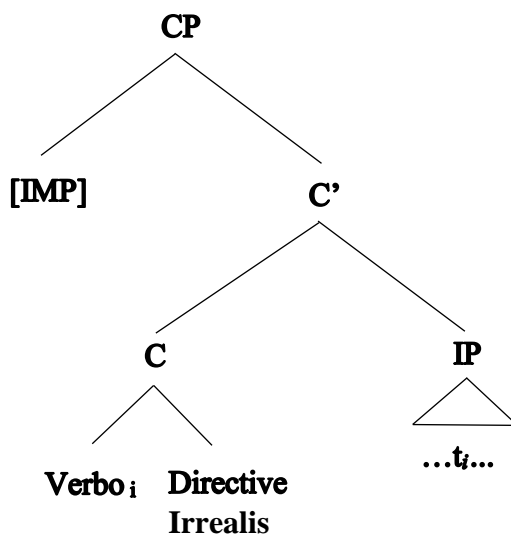
1.3 Ajustes

Antes de finalizarmos o capítulo, deixaremos uma proposta de ajuste ao que vimos até então, trazendo Han (2000), Zanuttini *et al.* (2012) e Tescari Neto (2008).

Um dos problemas da proposta de Han (2000), é o fato do operador [IMP] ter sob seu c-comando dois outros operadores – [directive] e [irrealis]. O ponto questionado não é este escopo de operador, mas é como eles são apresentados sintaticamente. Seguindo a proposta de Kayne (2005), só pode haver um traço para cada elemento que o preenche, e isso não ocorre para a estrutura apresentada pela autora coreana. Repetimos a formalização de (A):

(A) (repetido)

Figura 8 - Formalização repetida de Han (2000, p.120)



Em que dentro de C, há o núcleo preenchido pelo verbo-alvo (Φ_{imp}), e mais dois operadores, o que rompe com a característica sintática de 1 para 1. Nós propomos uma modificação, por conta disso, e também porque, sintaticamente, é viável defender certos nós funcionais que corroboram para o restante de nossa argumentação sobre os imperativos.

Destarte, o operador [IMP] é algo muito importante: como apresentamos, é cabível de defender que há um desvio de uso de ‘*Pode X*’ (cf. 1.4.3) por conta da presença ou não deste operador. Outro aspecto que nos faz entender como válido sua presença, é que, sintaticamente, para a formação de sentenças interrogativas, há um operador [+Wh] (DAYAL, 2016), em que se aloca no mesmo local, ratificando que [IMP] é relevante. Outro ponto é o fato de que, assim como Dayal (*idem*, p. 8) defende em sua obra, uma oração interrogativa teria em Spec, CP elementos como ‘*o quê*’, ‘*quem*’, entre outros, quando o operador [+Wh] ficaria como núcleo em C.

O primeiro aspecto está em que a uma construção imperativa estão associados três traços semânticos: o **irrealis**, a **futuridade** e a **diretividade**. No caso da adoção de uma perspectiva cartográfica (CINQUE, 1999), juntamente às discussões de Tescari Neto (2008) sobre os advérbios (cf. tópico 1.2), as três categorias têm nós funcionais distintos na estrutura sintática, se se assume a diretriz metodológica do *One Feature, One Head* (‘Um traço, um núcleo’) (KAYNE, 2005).

Por outro lado, não é apenas a possibilidade de alocação sintática dos traços de imperativo que levam à mudança de postura: a hipótese de que existe uma oração não pronunciada (‘*EU ORDENO QUE*’) levanta alguns aspectos problemáticos. A presença dele como um sintagma dentro de SpeechActP, além de ocupar uma posição nuclear mais de um elemento, faria com que [directive] ficasse no Spec de SpeechActP. Aliás, SpeechActP, segundo Tescari Neto (2008), representa a relação com a avaliação do falante e, avaliando mais esta circunstância, é melhor considerar como núcleo deste nó funcional o operador de *diretividade*, não a oração do ato de fala.³² Ainda

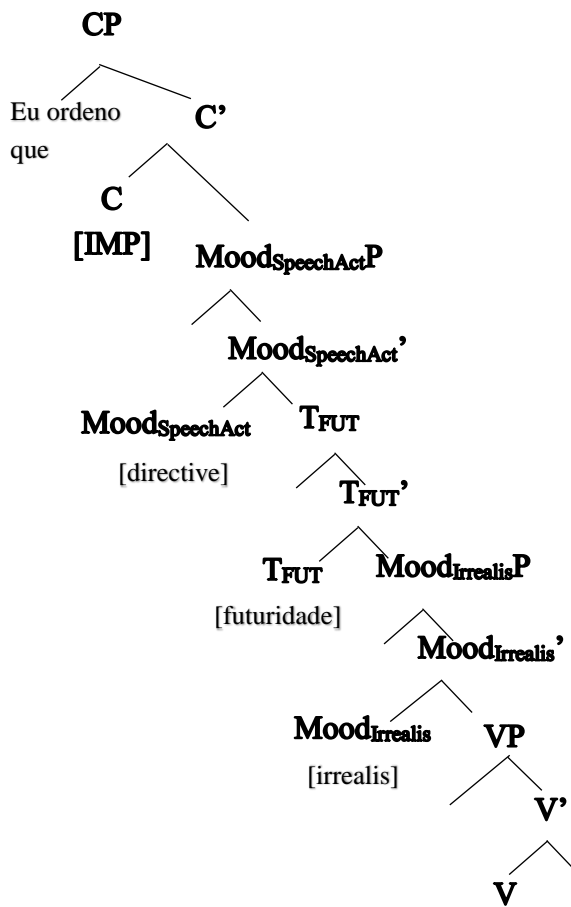
³² A adoção da estrutura monofrástica, em detrimento à bi-oracionalidade com ‘*Eu ordeno que p*’, é também uma postura para evitar outras discussões com o arcabouço teórico sintático que fogem da análise dos imperativos objetivada por este trabalho. Por sua vez, fica o convite, pois esta é uma discussão que nos parece extremamente frutífera.

sobre a sentença, é mais válido que ela esteja em Spec de CP, pois serviria como a parte do ato de fala diretivo.

Apresentamos uma formalização cabível para esta explicação:

(H)

Figura 9 - Árvore sintática revisada para a sentença *Sai daqui*



No caso de (H) acima, no uso de construção canônica do imperativo, teríamos movimentos nucleares. Isto não ocorre no caso das locuções imperativas, já que todas elas – exceto ‘*Pode X*’ – têm consigo uma preposição. Esta idiossincrasia será explorado no próximo tópico.

No capítulo 4, especificamente, demonstraremos na prática seu

funcionamento e discutiremos sua viabilidade.

1.4 Locuções imperativas em português brasileiro

Uma das motivações, ao iniciar este trabalho, foi exatamente o fato de existirem algumas formas imperativas que nunca foram exploradas antes. Aparentemente, este não seria um problema, visto que já argumentamos que um ϕ_{imp} é, sintaticamente, aquela sentença que contém, em uma posição superior, um operador abstrato [IMP], com outros operadores contido neste – [directive] e [irrealis] – que oferecem as regras para interpretação após o proferimento por parte do ouvinte, além da futuridade.

Imperativos seriam, também, aquelas sentenças que restringem fortemente a presença de advérbios modalizadores, permitindo alguns, dentro de parâmetros e sob características bem específicas.

Porém, como se expressa a forma canônica de ϕ_{imp} em português brasileiro? Se seguimos as palavras de Cunha & Cintra (2008, p. 490), eles definem *imperativo* um modo verbal em que há dois: um “afirmativo, outro negativo”. Apesar de ser recorrente na gramática normativa, já apontamos que esta distinção não viabiliza o estado real do fenômeno. Sobre isso, retornaremos no momento oportuno de discussão (cf. 3.3).

Os autores de Gramáticas (CUNHA & CINTRA, 1985; ALMEIDA, 1995; e BECHARA, 2009) afirmam que somente o “imperativo afirmativo possui formas próprias (...) para as segundas pessoas do singular (sujeito *tu*) e do plural (sujeito *vós*). As demais pessoas são expressas pelas formas do presente do subjuntivo” (*idem*, p. 490). A partir deste ponto, acrescentam que “o imperativo negativo não tem nenhuma forma própria. É integralmente suprido pelo presente do subjuntivo” (*ibidem*).

Por que fazer este tipo de questionamento a esta altura? O que contribuiria perguntarmos o que é um imperativo? Em verdade, não

perguntamos o que é, mas sim qual a forma *in natura*, por *default*. Sabemos que as línguas são sistematizadas, elas seguem padrões, e queremos identificar esses padrões.

Se nos prendermos às palavras de Cunha & Cintra (2008), teríamos o seguinte:

(48)

Eu	saio	→	∅
Tu	sais	→	sai tu
Você	sai	→	saia você
Nós	saímos	→	saíamos nós
Vós	saís	→	saí vós
Vocês	saem	→	saíam vocês

As formas próprias são para as segundas pessoas, em que se perde o –s final para permanecer em sua forma imperativa. Geralmente, no Brasil, os falantes não utilizam pronome reto *vós* em seus cotidianos. Esse uso é mais comum em cultos religiosos, especialmente em orações.

No português brasileiro, usualmente não há um paradigma muito fixo entre *tu x você*, ainda que em certas regiões faça a distinção por questões de hierarquias ou por respeito, algo muito parecido com o português europeu (*tu* para quem é mais próximo ou conhecido, enquanto *você* para quem é mais velho ou desconhecido por seu interlocutor).

Por conta disso, é inviável defender que há, como as gramáticas tradicionais defendem, imperativo para terceiras pessoas; pelo contrário, sabe-se que a distinção é pragmática, isto é, uma noção de respeito, da mesma forma que usamos *senhor(a)* ou em outras línguas existem os termos honoríficos, e não uma ordem para alguém fora da cena comunicativa (uma ordem para quem não está presente, no caso).³³ De qualquer modo, a

³³ Se pensarmos em um contexto em que o falante 1 (F1) diz a seu interlocutor (F2), que aquele deseja que um terceiro elemento, ausente da cena comunicativa (F3), *‘vá comprar*

referência de ambos os pronomes retos é o ouvinte, ou como já apresentamos no texto até então, o *addressee*.

A ideia de que *tu* e *você* se refiram ao mesmo indivíduo não é um problema. Se tivermos exemplos com o verbo *ler*, é cabível dizermos *Lê o livro* ou *Leia o livro*. A compreensão de ambos não será afetada.

Entretanto, não é apenas desta forma canônica que se pode proferir um ϕ_{imp} . Há outras formas, que aqui chamaremos de *locuções imperativas*, formas não-canônicas de imperativo em PB. Constatamos que estas são as locuções mais frequentes no dia a dia: *Trata de*; *Deixa de*; *Para de*; *Pode*; *Nem pensa em*; *Nem me vem com*. Estas locuções, inclusive, são a mesma instância de ϕ_{imp} tido como canônico, apenas com mais material pronunciado. Seus comportamentos e restrições serão exploradas em seus respectivos tópicos.

1.4.1 Trata de

A locução '*Trata de*' é a primeira com a qual vamos lidar. Neste tópico, pretendemos vislumbrar o que é cabível com ela e o que não é possível.

Traremos alguns exemplos para, em seguida, discutirmos melhor o nosso ponto:

(49) Trata de...

- (a) Trata de andar/caminhar/parar de fumar
- (b) Trata *você* de andar
- (c) *Você* trata de andar

algo', por exemplo, ao transmitir esta sentença, há duas possibilidades: ou F2 irá proferir um imperativo para F3, mantendo a relação com a segunda pessoa, como defendemos; ou irá parafrasear toda a sentença, dizendo que '*F1 quer que você vá comprar algo*'. De todos os modos, é impossível haver imperativo para terceira pessoa referindo-se a alguém ausente ao proferimento.

- (d) * *João* trata de andar³⁴
- (e) * Trata João de andar

Com (49.a)-(49.c), há as limitações e presença, inclusive, do pronome ‘*você*’. Se tentarmos modificá-lo para um substantivo próprio, como (49.d) e (49.e), as sentenças ficam agramaticais. A partir desses exemplos, é reforçado o argumento de *JH* (ZANUTTINI *et al.*, 2012) e a referencialidade trazida por [IMP], como apresentou Han (2000). Isso se repetirá de forma praticamente similar em todas as locuções, reforçando nossa afirmação de que há o operador abstrato e o nó funcional para alocar um sujeito pronominal.

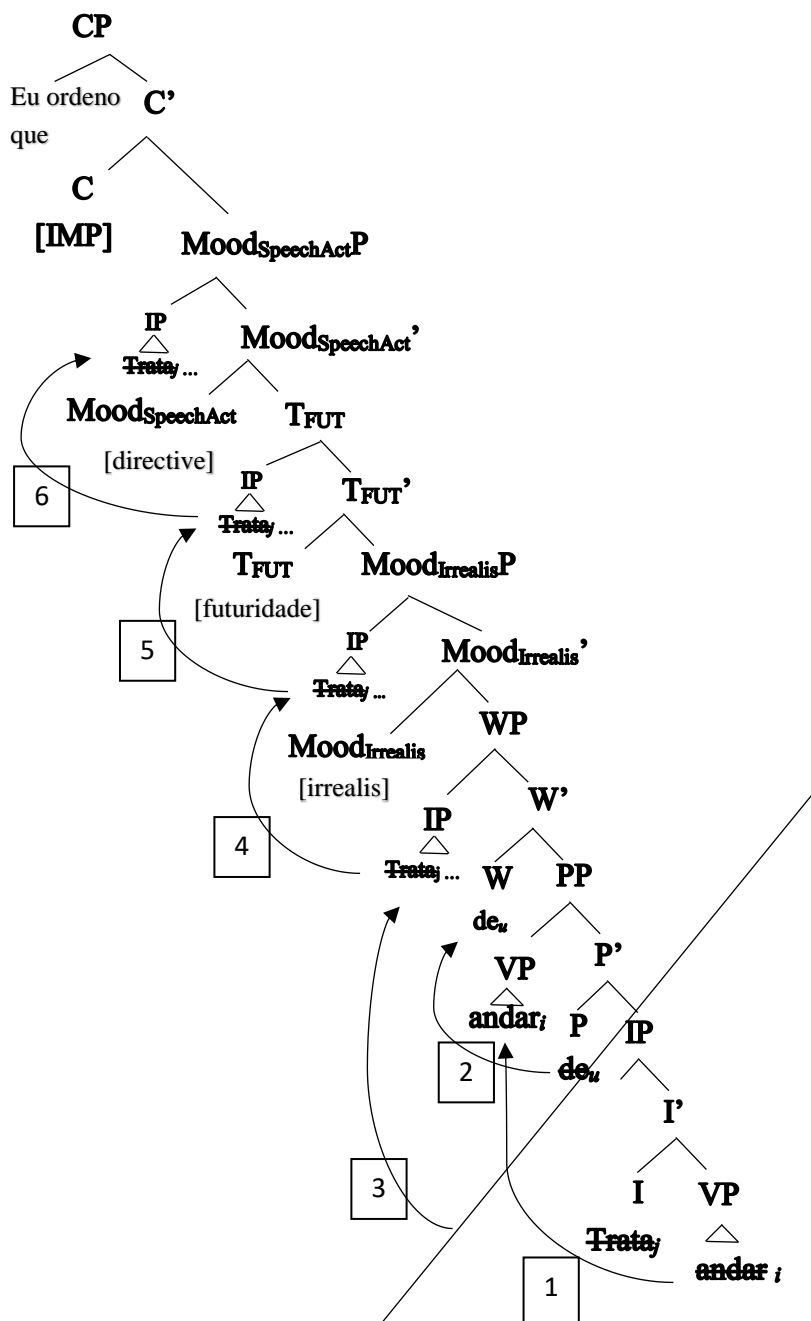
Atentemo-nos no que a locução permite: com seu proferimento, a única possibilidade é que o verbo-alvo da ação a ser realizada esteja na forma *infinitiva*. Se tivermos, por exemplo, o verbo de (49) *andar* conjugado (‘*Trata de ande*’ ou ‘*Trata de ‘anda*’), teríamos uma sentença mal formada. A primeira pista está na própria morfologia da locução. Aliás, em todas elas, a conjugação “padrão” está nas locuções, não nos verbos – ou nos substantivos que determinam qual é a ação a ser praticada. A morfologia marcada, típica do português brasileiro, reflete um pouco do uso canônico. Podendo ser usada como *Trata* ou como *Trate*, a necessidade de termos um verbo no infinitivo posteriormente é inviolável.

Para essa locução, esboçamos uma análise por meio sintático:

³⁴ Se o vocativo ‘*João*’ referir-se a um ‘*você*’, como no caso de ‘*João, é, você mesmo, trata de andar*’, a presença do nome próprio seria possível.

(I)

Figura 10 - Árvore sintática revisada da locução *Trata de andar*



A derivação se inicia com o V lexical, que projeta o VP “andar”, que é selecionado pelo núcleo de IP, i.e., pelo verbo ‘Trata’, gerando, por merge,

'*Trata andar*'. Como em Kayne (2000, 2005), a preposição é inserida acima, logo mais, com a atração de '*andar*' para a posição de Spec de PP; a preposição '*de*' se move nuclearmente até o núcleo de WP, um nó projetado quando há movimentos com remanescentes; o '*Trata*', por sua vez, alça-se dentro do sintagma de IP, como remanescente, para o Spec de WP. Dali, faz a conferência de traços como um imperativo, indo se alocar no Spec de Mood_{SpeechAct}P.

No caso de CP com [IMP], sua valoração é à distância, por herança de traços de CP deixados para IP: diretividade, futuridade e irrealis. Esta é uma característica para as locuções, já que os movimentos delas contêm remanescentes, algo que as formas canônicas não têm, já que seus movimentos são, em contrapartida, nucleares.

1.4.2 Deixa de

A locução *Deixa de* é a segunda locução imperativa, da mesma forma como em 1.4.1, traremos alguns exemplos para, em seguida, discutirmos:

(50) Deixa de...

- (a) Deixa de brincadeira
- (b) Deixa de fumar
- (c) Deixa + *você* + de + [substantivo / infinitivo]
- (d) *Você* + Deixa + de + [substantivo / infinitivo]

Em relação a '*Deixa de*', há algumas características peculiares: primeiramente, é uma locução que permite a presença de substantivos, como em (50.a). A permissão de infinitivos reflete uma exigência das locuções presentes neste trabalho, mas a presença de substantivos, não. Aparentemente, a permissibilidade ocorre com substantivos com algum tipo

de atelicidade (*'brincadeira'*,³⁵ por exemplo, que não tem como limitar seu tempo), em contrapartida a alguns télicos (*'corrida'*, por exemplo, em que *'*Deixa de corrida'* é agramatical).³⁶

A hipótese para essa característica é que a locução, por se tratar de uma forma em que a ação, estritamente, não deve (mais) ser realizada, como se se apresentasse um *não* deletado.

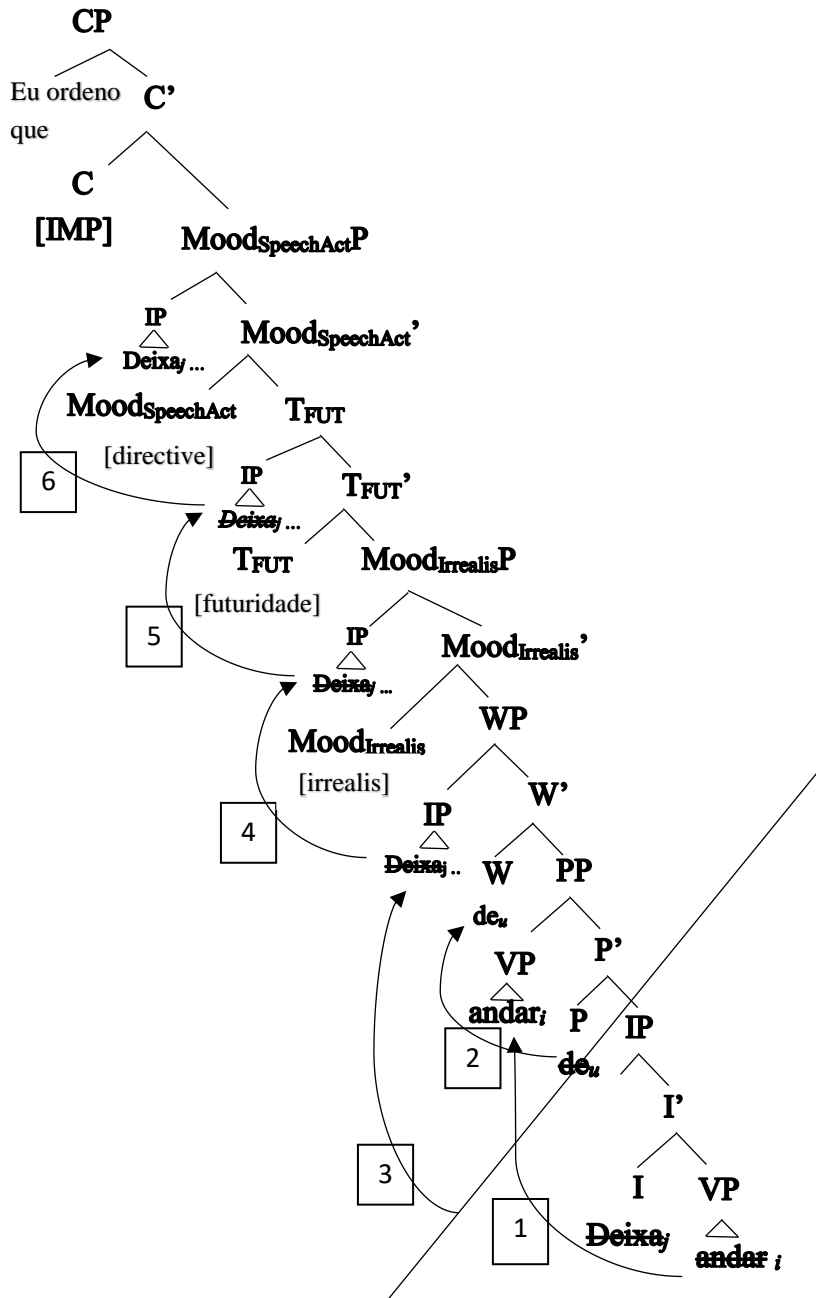
Da mesma forma que *'Trata de'*, a formalização para *'Deixa de'* é idêntica:

³⁵ Tescari Neto (comunicação pessoal) manifestou que, na verdade, é possível argumentar que há um verbo deletado *'fazer'* entre a locução e o NP – *'Deixa de fazer brincadeira'*.

³⁶ Uma hipótese que não será posta à prova pelo presente trabalho é o fato de verbos ou outros termos serem *accomplishment* ou *achievement*, além de *estativo* ou *factual*, algo da Semântica de eventos (BASSO, 2007), que parece estar intimamente conectada aos imperativos.

(J)

Figura 11 - Árvore sintática revisada da locução *Deixa de falar*



1.4.3 Para de

Assim como '*Deixa de*', a interpretação, as características e regras de '*Para de*' se equivalem. Dessa forma, dispomos os exemplos para apontar tais semelhanças, visto que se trata de outra locução:

(51) Para de...

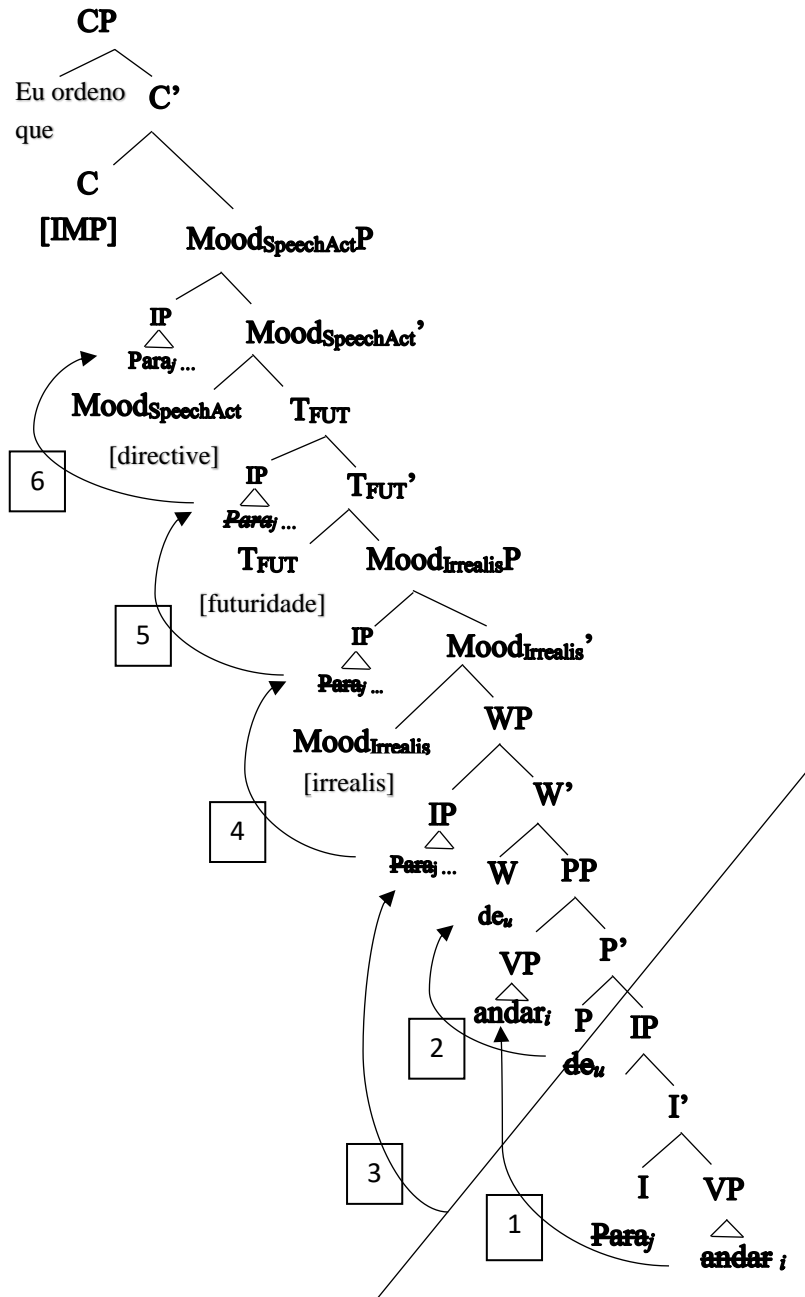
- (a)** Para de brincadeira
- (b)** Para de fumar
- (c)** Para *você* de + [substantivo / infinitivo]
- (d)** *Você* para de + [substantivo / infinitivo]

Da mesma maneira, '*Para de*' nos oferece a interpretação de um ato a não ser realizado (mais), no caso de (51.a)-(51.b), da brincadeira em curso ou do consumo de cigarro a partir do fumo. As restrições dos substantivos são idênticas à locução anterior.

Sua formalização possível ficaria como em **(K)** abaixo:

(K)

Figura 12 - Árvore sintática revisada da locução *Para de falar*



1.4.4 Pode

Este tópico é uma peculiaridade que trataremos como um desvio de

uso: o verbo *'poder'*, para os estudos de modais, é considerado um exemplo do \diamond , do modal de possibilidade, assim como o advérbio *'possivelmente'* o é. Os exemplos abaixo demonstram que não temos a interpretação de que é *'possível X'*, mas sim de ϕ_{imp} :

(52) Pode...

- (a) Pode tirar o cartão
- (b) Pode *você* tirar o cartão
- (c) *Você* pode tirar o cartão

Em um dado contexto, por exemplo, no atendimento do caixa de supermercado, é recorrente que a pessoa peça ao cliente que retire o cartão de débito/crédito da máquina. As construções de (52) são corriqueiras nesse contexto de comércio. E a interpretação não é a de que o ouvinte tem a possibilidade de tirar o cartão, mas sim de uma ordem de que o faça.

Se essa fosse a interpretação, o cliente/ouvinte poderia selecionar a opção falsa dada por $\diamond p$, isto é, $\neg p$ ³⁷: o ouvinte poderia deixá-lo ali, na máquina, inserido. Essa escolha seria, no ato comunicativo, um rompimento do princípio cooperativo. Lembrando que a atendente não está permitindo ao ouvinte a opção/possibilidade de sair sem seu objeto; ela quer que você retire o cartão, ela está ordenando que o cliente execute a retirada do cartão.

Portanto, se a pessoa diz ao cliente *Você pode tirar o cartão*, ela não pretende se valer do uso costumeiro da possibilidade modal que o verbo *'poder'* tem; o desvio gera, na interpretação, o aparecimento de [IMP] superiormente, com todas as suas restrições. Uma forma de evidenciar isso é o fato de não ser possível interpretar da mesma maneira se usarmos *'João'* no lugar de *'você'*, aqui como uma terceira pessoa, não um vocativo:

³⁷ A modalidade de possibilidade ($\diamond p$) refere-se sempre a duas opções: p e $\neg p$, ou seja, a proposição pode ser verdadeira ou pode ser falsa ao usarmos um termo de modalização de possibilidade.

(53) Pode...

(a) João pode colocar o cartão

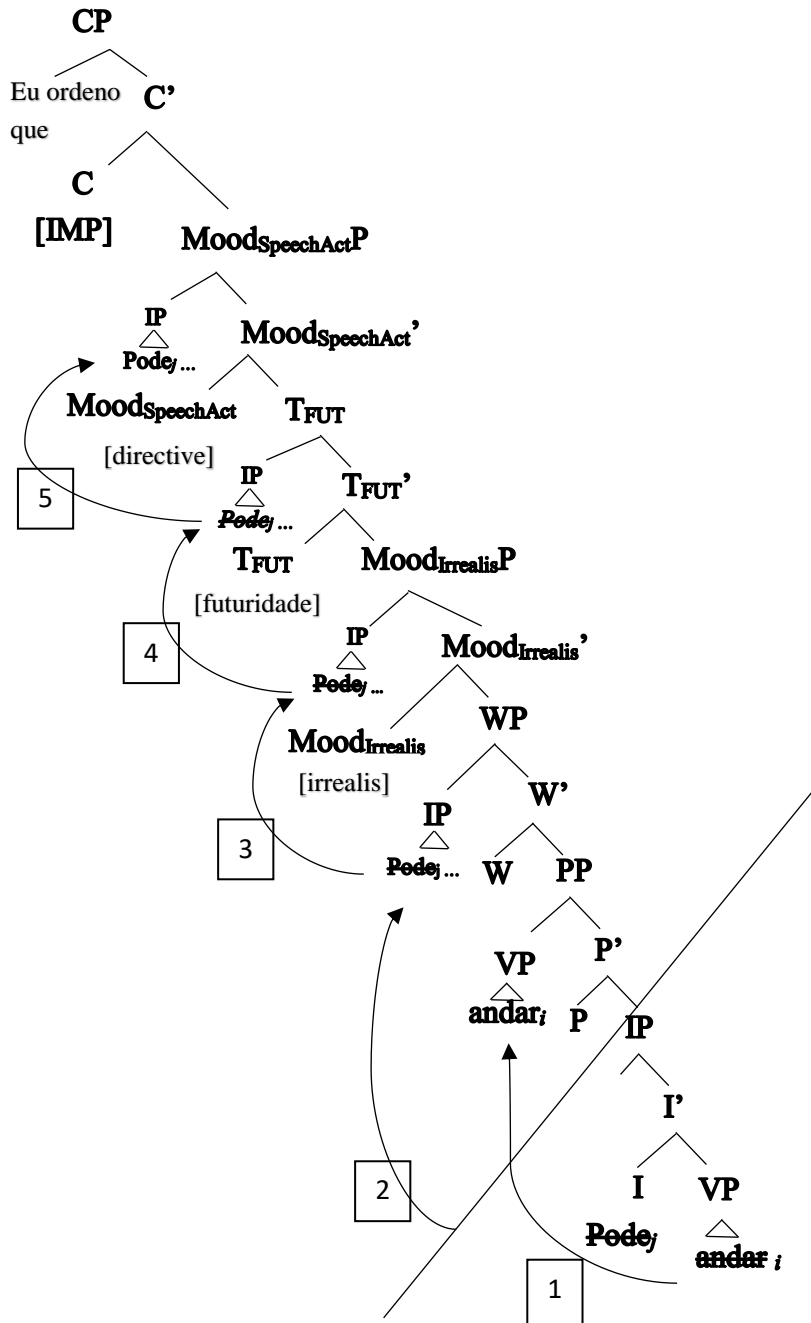
Fica evidente com (53) o uso costumeiro de *poder* – o de invocar $\diamond p$. É por conta disso que existe este tópico – em português brasileiro é possível defender que há um uso específico de *poder* como Φ_{imp} , o que é inusitado e intrigante. Talvez seja um uso ainda em adequação, que pode desaparecer em breve ou se torne um novo parâmetro de fazer imperativo em PB. Para ambos os casos, não temos respostas concretas.

O que temos são esta apresentação e que ele se comporta como a locução *Trata de*, tornando-se improdutivo reproduzir sua árvore sintática, e parece servir com o propósito de polidez: em vez de a atendente proferir Φ_{imp} – ‘*Retire o cartão*’ -, ela utiliza a forma com ‘*pode X*’, tornando-se menos rude, já que o cliente, no contexto de compras, está em um patamar socialmente superior ao da pessoa no caixa.

Por fim, uma forma de apresentar isso seria o que vemos em **(L)** abaixo:

(L)

Figura 13 - Árvore sintática revisada da locução *Deixa de falar*



Pensamos que, por se tratar de uma locução imperativa, ela mantém a característica das outras: há um nó para a preposição, ainda que ela não seja

pronunciada, provavelmente por ser um desvio de uso. *'Pode X'* tem o mesmo funcionamento de qualquer outra locução, portanto, a mesma formalização e avaliação de traços.

1.4.5 Nem pensa em

A locução *'Nem pensa em'* se constitui de um elemento negativo em sua formação. É a partir dele que a interpretação plausível é a de que Φ_{imp} quer aqueles mundos em que *p* não é realizado. Constata-se que *'Nem pensa em'* difere de *'Deixa de'* e de *'Para de'* pelo fato de que provavelmente os verbos expressos nestas duas últimas locuções veiculam a pressuposição de já haver iniciado a ação e que é para o O suspendê-la. Com *'Nem pensa em'*, ao contrário, é uma locução que prima por não iniciar o ato.³⁸

Com os exemplos, verificamos essa interpretação e as possibilidades de o sujeito vir fonologicamente marcado ou não:

(54) Nem pensa em...

- (a) Nem pensa em fumar
- (b) Nem pensa em gritaria
- (c) *Você* nem pensa em + [substantivo / infinitivo]
- (d) Nem pensa *você* em + [substantivo / infinitivo]

Por meio dos exemplos acima, reitera-se a presença do pronome *'você'* em posições idênticas em todas as locuções – antes da locução toda ou antes da preposição da locução.

Neste tópico, todavia, optamos por não oferecer uma formalização, pois o *locus* de *'nem'* é uma dúvida fora do escopo deste trabalho.

³⁸ É possível ter a mesma interpretação de *'Nem pensa em fumar'* e *'Não fume'*, porém, a locução permite inferir que haja uma ênfase, uma implicatura de que há riscos muito grandes se seguir por esse lado.

1.4.6 Nem me vem com (essa de)

Esta última locução vem como um aporte continuado de 1.3.5 acima: a presença de *Nem* no início gera a mesma ideia de não iniciar qualquer ação. A nossa hipótese é que o uso de *Nem me vem com*, também possível de se encontrar com um demonstrativo ao final (*Nem me vem com essa de*), tenha um valor, embora um ϕ_{imp} , para nós, de uma construção cristalizada para servir de expressivo. É cabível pensar que há, em verdade, duas dimensões, tal como defende Potts (2007; 2012)³⁹. Trataremos *Nem me vem com* da mesma forma que *Nem pensa em*.

Da mesma maneira, apresentamos os exemplos, ainda que revelem pouco de sua diferença em relação às outras locuções:

(55) Nem me vem com (essa de)...

- (a) Nem me vem com essa de fumar
- (b) Nem me vem *você* com essa (de) fumar
- (c) *Você* nem me vem com essa (de) fumar

O pronome *você* só é aceito antes da locução toda ou antes da preposição, fortalecendo que o nó PP restringe, de algum modo, a presença do sujeito da cabeça funcional.

1.5 Síntese do capítulo 1

O capítulo 1 propôs-se a discutir as sentenças imperativas, considerando os trabalhos realizados a fim de verificar suas formas e seu funcionamento em português brasileiro.

Identificou-se que não há apenas a forma canônica para se expressar imperativos, e vimos que elas têm um comportamento peculiar e exclusivo, apesar de todos serem ϕ_{imp} .

³⁹ Por questão de escopo, o trabalho não lidará com este aspecto.

Para lidar com isso, baseamo-nos em duas grandes discussões: a tese de C. Han (2000), em que a autora elabora um percurso apresentando o que é Φ_{imp} sintaticamente. A partir do aparato da sintaxe minimalista, Han (2000) afirma que os imperativos têm, em uma posição elevada, um operador abstrato, que ela chama de [IMP].

[IMP] é o motivo de haver a interpretação de uma certa sentença como uma ordem/sugestão/conselho, e não como uma assertiva. A característica determinante desse operador é ter dentro de si outros dois operadores, também de natureza abstrata, que estabelecem a interpretação da força ilocucionária como diretiva e a compreensão de que aquela proposição ainda não foi realizada. O operador que se refere àquela característica é o [directive]; o que se refere a esta, [irrealis]. Há também [futuridade], que se relaciona diretamente para a interpretação de algo não realizado no presente. Apontamos, em meio à apresentação dos argumentos de Han (2000) que, embora tais operadores ofereçam-nos essa possibilidade, a restrição ocorre no também campo semântico. Defendemos também que [directive] nos fornece qual a força ilocucionária necessária da sentença; porém, é pragmaticamente que conseguimos determinar se será uma ordem, um conselho ou uma sugestão.

Ainda sobre a sintaxe dos Φ_{imp} , utilizamos o trabalho Zanuttini *et al.* (2012) para encaixarmos as regras e permissões dos imperativos em relação a seus sujeitos. Sabe-se que o ouvinte é parte necessária para que seja possível proferir um imperativo. O ouvinte recebe o nome de *addressee*, ou interlocutor. Mantivemos o termo em inglês por conta da sigla usual ser *Ad*, uma vez que modificá-la não nos traria nenhum tipo de vantagem, decidimos que sua permanência seria mais produtiva.

O *Ad* seria uma espécie de restrição dada pela Pragmática, mas que reflete diretamente na Sintaxe. No caso de Zanuttini *et al (idem)*, eles defendem que há um nó funcional, que chamam de *Cabeça Jussiva*. É aí que se aloca o sujeito que realizará a ação de Φ_{imp} . E sua regra máxima é permitir

somente pronomes que se refiram a elementos presentes, a ouvintes no contexto de uso. O caso direto seria a permissão de *you/você* (ou de suas formas plurais). É possível verificar, quando citados os exemplos das locuções imperativas, que presença deste nó é relevante, pois o pronome 'você' frequentemente tem uma posição (antes de toda a locução ou entre verbo e preposição). A possibilidade de uso de 'você' reforça o argumento de que há sempre a interpretação de um *Ad* que pode executar *p*. A reiteração do pronome como relevante nos exemplos durante os tópicos que tratavam das locuções, aponta para o reforço da nó funcional *JH*. Outro aspecto morfosintático é o uso de sentenças (*tag questions*) com a presença de pronomes de segunda pessoa, outro fator que conecta o elemento intralinguístico ao extralinguístico *Ad*.

Discutiu-se, também, o fenômeno que envolve imperativos com outros tipos de sentenças. A proposta de Han (2000), serviu para reforçar nosso posicionamento: as *imperative-like conditionals* (ILC) e *imperative-like ultimatum* (ILU) se mostram como exemplos das restrições até então apresentadas. Φ_{imp} tem, sempre, seu tempo como superior na codificação; é a partir dele que se interpretam as condicionais ou os ultimatatos: a partir de determinados mundos em que as condicionais (das ILCs) serão tidas como verdadeiras, será possível avaliar os mundos em que o imperativo também será verdadeiro. Com as ILUs ocorre o oposto: em quais mundos ocorre o imperativo para que não seja verdadeira a sentença de ultimato. Importa ressaltar que o aporte sintático contribui bastante, de forma a estruturar melhor o ponto defendido por nós; entretanto, é através da Semântica e da Pragmática que as restrições se evidenciarão.

Mais adiante, com a estrutura básica e de operadores apresentada e esclarecida, dispusemo-nos a observar o comportamento de advérbios. Para esse tópico, pautamo-nos no trabalho de Tescari Neto (2008), que embora fosse aparentemente distante do objeto em foco nesta dissertação, quando relacionados fortaleciam ainda mais nossos argumentos.

Os advérbios discutidos e apresentados estavam sob o que o autor chama de Traço μ : um traço que contém (a) descomprometimento do falante sobre a proposição e (b) incerteza na factualidade da proposição. Para o autor, esse traço demonstra o fator modalizador (não só) dos advérbios habituais (*'normalmente/geralmente/habitualmente'*), tratados pela literatura até então de outra maneira. E ele é incompatível com Φ_{imp} : por conta de F ordenar/sugerir/aconselhar, valendo-se de um imperativo, é impossível não haver comprometimento com a proposição. A não-factualidade é dada pelo [irrealis].

Verificou-se que os advérbios reagem, em sua maioria, à exigência temporal de futuro de Φ_{imp} , gerando, inclusive, a necessidade de alguns advérbios temporais, como *'já'* e *'nesse instante'* serem interpretados como futuro, não como presente. É necessário lembrar que a ordem Φ_{imp} + advérbio ou advérbio + Φ_{imp} influencia, tornando algumas sentenças bem formadas. Tais advérbios são um patamar intermediário ou baixo na hierarquia sintática (TESCARI NETO, comunicação pessoal). Isso serve como argumento da posição de [IMP] e toda sua exigência, e defender que sim, o operador abstrato está bem elevado na estrutura profunda.

Por fim, confrontamos as discussões à forma canônica e às formas não canônicas, que nomeamos *locuções imperativas*. Elas são construções que aceitam os verbos a serem tratados como imperativos na forma infinitiva, em sua maioria, e algumas permitem a presença de substantivos, mas não todos (caso de *'Deixa de brincadeira'* e *'* Deixa de corrida'*). É defensável que, em verdade, não se tenha esta diferença, mas que haja um verbo não pronunciado (*'Deixa de fazer brincadeira'*), o que mantém a mesma característica para todas as locuções.

Além disso, a noção de referencialidade é somente a segunda pessoa. Das locuções, tivemos *'Trata de'*; *'Deixa de'* e *'Para de'*, que veiculam a pressuposição de que a ação já está em curso e tinham, por *default*, uma noção negativa (lembrando que não aceitamos a ideia de haver imperativos

negativos, mas sim que a negação serve para ordenar em quais mundos possíveis se realizará ou não se realizará p). Consideramos que não realizar p equivale a realizar algo.

Em relação às locuções '*Nem pensa em*' e '*Nem me vem com*', constata-se uma interpretação negativa de não iniciar uma determinada ação. Para nós, ainda que distintos da forma canônica, existe uma locução que nos chamou mais a atenção: o deslocamento de uso comunicativo de '*Pode*'. O verbo '*poder*' é, por excelência, um exemplo de verbo modal de possibilidade, o que não ocorre em sentenças analisadas neste trabalho: nelas, a junção de *Pode* + (verbo no) *infinitivo* sugerem que expressa uma ordem/conselho, e não exprimem a possibilidade da interpretação do verbo.

De qualquer modo, para todas as locuções imperativas, suas restrições e as características discutidas anteriormente se encaixam, reforçando que são, sim, formas substitutivas de Φ_{imp} : com operador [IMP], sujeito em uma cabeça funcional jussiva e morfologia própria.

Ao final, após levantados problemas, apresentados novos argumentos e comportamentos de advérbios com os imperativos, vimos que era necessário dar novos ajustes às formalizações apresentadas anteriormente. Por conta disso, chegamos à estrutura sintática de Φ_{imp} como **(H)**, a ser retomada no capítulo 4.

2. SEMÂNTICA

- "- Mas eu não quero me encontrar com gente louca,
observou Alice.
- Você não pode evitar isso, replicou o gato.
- Todos nós aqui somos loucos. Eu sou louco, você é louca.
- Como você sabe que eu sou louca? indagou Alice.
- Deve ser, disse o gato, Ou não estaria aqui." (CARROLL,
1865.)

Seguindo a esteira da discussão de Sintaxe (cf. cap. 1), e como foi possível verificar que este campo traz muitos esclarecimentos relevantes para a observação e análise de ϕ_{imp} , é necessário que fique a cargo da Semântica ampliar a análise e descrição dos imperativos.

A Semântica formal, como herdeira da lógica, tem uma longa tradição filosófica que remonta a Aristóteles, e que, na modernidade, teve como expoentes G. Frege e B. Russell é uma importante abordagem teórica por causa de seu rigor metodológico, que buscar dar explicação de certos fenômenos do sentido das línguas através de um aparato lógico-matemático.

A lógica moderna teve efeitos muito grandes no campo da Linguística, ao motivar a ideia de que as línguas naturais possuem uma base lógica formalizável. Foi especificamente a partir do anos de 1960 que tal perspectiva começa a ganhar corpo.

A partir da Semântica formal, é possível avaliar que qualquer língua natural é, na verdade, um sistema extremamente bem regado, em que é possível, em verdade, depreender tais regras, suas limitações e permissões. Estas regras, por outro lado, são o fato de que o sistema linguístico é referencial e, ao mesmo tempo, composicional. A **composicionalidade**, inclusive, da mesma forma que a **gramaticalidade**, é um elemento muito caro para a teoria: interpreta-se uma sentença a partir da interpretação de suas partes menores.

Com a composicionalidade, aliás, é que se tem a capacidade de avaliar os ϕ_{imp} . Sem avaliar suas partes, sem ter cada elemento bem distribuído e

analisado, o ϕ_{imp} não seria algo passível de formalização. Porém, de uma composicionalidade advinda de novas discussões do campo semântico – a da **Intensionalização** – que considera não somente as sentenças, mas a projeção delas em mundos possíveis que não somente o nosso, o mundo “real”.

A Semântica Intensional é o campo em que se considera mais do que um mundo de avaliação: para interpretar certas sentenças, é necessário considerarmos outros mundos possíveis. A ideia central da intensionalização é que a projeção destes mundos oferecerá as circunstâncias perfeitas para que uma proposição seja verdadeira, mas que o mundo atual (estabeleceremos, sinonimicamente, $w^@$ a partir de então) não é capacitado para oferecer-nos. É válido ressaltar que, quando é utilizado o lexema complexo *mundo possível*, referimo-nos a qualquer mundo em que se possa imaginar, pois, cada um equivale a um, com configurações específicas. Inclusive, o mundo real, também chamado de mundo atual, ou como já citamos, $w^@$, é mais um dentre infinitas possibilidades.

O início das discussões se deu para tentar avaliar, por exemplo, frases que se referiam diretamente a obras ficcionais: como saber se era verdadeiro ou falso uma sentença dentro da obra de Sherlock Holmes, ou mesmo se na Terra Média, em Tolkien, Gandalf ou Frodo estavam em perigo? Fora necessária a mudança nos parâmetros habituais da Semântica, que só realizava, a partir de Frege e Russell, avaliações referenciais – sentença-mundo. Este método anterior ganha o nome de *extensional*, por se referir ao extralinguístico como local de avaliação do linguístico.

Outro objeto que ganhou análises mais refinadas foi o conjunto dos verbos modais, como ‘dever’ e ‘poder’. Como lidar com a questão da presença, por exemplo, de ‘poder’ em uma sentença, assim como (2) abaixo?

- (1) Há cinco espécies de formigas na cidade de São Carlos
- (2) Pode haver cinco espécies de formigas na cidade de São Carlos

Temos (1), para a qual “basta” observarmos a cidade de São Carlos e, feita a devida pesquisa, descobre-se se há ou não cinco espécies de formigas. Se houver, (1) é verdadeira; se não houver (se houver quatro ou seis, por exemplo), a proposição é falsa⁴⁰.

Já no caso de (2), o **modal** ‘*pode*’ interfere na avaliação: quando o falante se vale de ‘*poder*’ em seu proferimento, a sentença gera um duplo caminho de resolução. Pode ser sim verdadeiro, como também pode ser falso. É a partir deste tipo de questão que os mundos possíveis serão de extrema importância: (2) é verdadeira em mundos possíveis em que, ao haver a verificação das espécies de formigas na cidade de São Carlos, tenham as cinco espécies de formigas; (2) é falsa em mundos possíveis, havendo a verificação, o número de espécies seja distinto. As avaliações não conseguem mais cabíveis somente no mundo real, que metalinguisticamente denotamos como $w^@$, pois estas possibilidades não são a realidade no momento do proferimento.

O desenvolvimento mais refinado das questões sobre mundos possíveis ficou a cargo de Kratzer (1977; 2012; 2015). A autora alemã terá um tópico específico (2.1.1), por conta de suas ideias.

Ainda sobre mundos possíveis, mas mais para situar o caminho da Intensional do que apenas falar sobre este ponto, traremos em 2.1.2 e seus desdobramentos as ideias e notas de von Fintel & Heim (2011) e Kearns (2011), em que abordam melhor o que é a Intensional, a intensionalidade, os meandros e o que afetou nas análises e no instrumental semântico.

⁴⁰ É sempre relevante apontar que a ideia de verdade/falsidade da Semântica formal não tem relação com um alguém falar uma mentira ou verdade do ponto de vista ético. É simplesmente a capacidade de se efetivar como *é o caso que a proposição dita ou não é o caso*.

A partir de exposta a parte mais técnica, traremos o que a Semântica já falou dos Φ_{imp} , através de formalizações (quando pertinentes) e um breve resumo das propostas: **Performatividade**, de Condoravdi & Lauer (2012); **Modal**, de Kaufmann (2014); e **Propriedade**, de Portner (2004).

A primeira lidarará de forma que um imperativo é uma forma de performativização de um ato de fala diretivo. As consequências são deixadas a uma teoria em que Pragmática e Semântica se misturam, e que dentro da formalização – a necessidade de ação de O – esteja as restrições pragmáticas.

A segunda teoria, por outro lado, defenderá o elemento de que Φ_{imp} , na verdade, tem uma sentença com o verbo *dever* (*should*) deletado.

Por fim, o último autor defende que a noção que Φ_{imp} ressalta é o fato de que o ouvinte atualize uma lista que todos temos, que ele chama de *To-Do-List* (Lista de fazer - *TDL*) e que os imperativos não são sentenças, mas sim propriedades – estas de atualizar as *TDLs*. O tópico 2.2 e subsequentes ficarão a cargo das três teorias.

Uma pequena incursão para discutir e redirecionar o trabalho será realizada em 2.3, em que se discutirá o que é modal, modalizador e modalizante. Argumentaremos que os imperativos são modalizadores de tempo (cf. 2.4).

Com a apresentação e considerações feitas, 2.4 será a análise e formalização a que nos propomos como resultado do período de pesquisa e de alguns percalços. Na esteira da proposta, apresentamos a tipagem semântica dos imperativos em 2.4.1.

O tópico a seguir será o que tratará semanticamente das ILCs (cf. 2.5.1) e ILUs (cf. 2.5.2), já que o instrumental semântico explica de maneira mais rigorosa do que a Sintaxe, e até mesmo a Pragmática.

Por fim, faremos uma síntese no tópico de fechamento do capítulo com os aspectos e características mais importantes em 2.6.

2.1 A teoria dos mundos possíveis

Para iniciarmos, há que se entender o que se pretende com o uso *mundos possíveis*. Tentando fugir de discussões filosóficas – e até ontológicas – que não nos seriam produtivas (ou pouco produtivas), usar *mundos possíveis* é o mesmo que dispôr de um conjunto infinito de possibilidades de como tudo (literalmente) poderia ser. É como um jogo infantil de imaginação; porém, um jogo que conseguimos fazer ao utilizarmos e valeremo-nos de vários tipos de sentenças.

Um ponto necessário é o de que, se há uma mudança ínfima, teríamos um novo w a ser considerado. Por exemplo, se hoje, na Terra, em $w^@$, existem exatas duas milhões de folhas, é um mundo w^1 qualquer se tivermos uma folha a mais; se tivermos duas folhas a mais, w^2 , e assim por diante. Há, por trás de toda projeção de mundos possíveis, uma relevância: é por isso que, ao considerarmos um mundo possível qualquer, seja w' , w'' , é um processo de seleção do mais relevante, do mais próximo ao que seria $w^@$, ou até mesmo do mais distante, dependendo da relação de acessibilidade entre os mundo que esteja em voga na situação comunicacional.

O que gerou a ampliação da área foi o fato de que as sentenças com verbos modais não eram passíveis de avaliação, pois sem uma âncora no mundo atual, tudo era tido como fora da atuação de busca dos valores de verdade. A partir de Lewis, e precisamente de sua discípula, Angelika Kratzer. É a partir de Kratzer, e especificamente um texto, de 1977, chamado *What 'must' and 'can' must and can mean*, que os modais começam a receber um tratamento – e serem passíveis de avaliação do ponto de vista semântico.

No texto da década de 1970, a autora apresenta algumas características que servirão de base para a teoria dos mundos possíveis futuramente: a noção de que, ao se valer de *must*, o falante fazia uso de uma relação de dois

argumentos – o que é considerado como melhor (*‘prisão a quem comete crimes’*) e a sentença em si (*‘João ser preso pelo crime que cometeu’*). Verificando o exemplo abaixo

(3) João deve ser preso pelo crime

Temos que há um conjunto de circunstâncias: (a) é preso aquele que comete um crime; (b) João cometeu um crime; (c) por conta de João ter cometido um crime, ele, necessariamente, será preso. Sem este tipo de interpretação, um modal como *must* ficaria sem análise. E mais: ficaria sem análise algo que, corriqueiramente, é usado sem a necessidade dos falantes saberem suas descrições, já que os falantes têm a capacidade de interpretá-los.

Kratzer (1977) ainda se exime de qualquer vínculo com termos contextuais, por considerá-los problemáticos, ainda que diga que um modal seria aquilo que carrega dois argumentos: um explícito e outro dado contextual. No final do artigo, a autora afirma, por primeira vez, que uma proposição é um conjunto de mundos possíveis, que é um novo modo de se observar as línguas através da Semântica.

Em um texto revisitado por ela, de nome *Conditionals*, Kratzer (2012) rediscute alguns pontos que pouco mais de trinta anos antes não haviam ficado claros – ou que eram pouco prováveis de serem levados em consideração na época. Ela aborda especificamente as condicionais, alegando que a noção do operador ‘ \rightarrow ’ e sua contraparte na língua natural ‘se...então’ seria, na verdade, um equívoco sintático, já que, ao valer-se de uma sentença com condicional (permutaremos com ‘*if-clause*’ e Φ_{IF}) o falante quer que seja levado em consideração antecedente e conseqüente, e a tabela de condição de verdade de ‘ \rightarrow ’ teria uma linha em que foge da intuição – e intenção – de

utilizar uma sentença deste tipo.⁴¹

Na verdade, o que tange ao equívoco sintático da implicação material, ele será retomado quando discutirmos ILCs e ILUs. Por ora, cabe um resumo: as *'if-clauses'* não podem estar sob o crivo da implicação material (e.g., ser representada pelo operador lógico) somente.

Outro aspecto interessante é o fato dela considerar o *conversational background* (CB)⁴² como função, não um conjunto de premissas. É importante esta afirmação porque sempre que acessarmos CB, acessamos uma relação entre a *base modal* com a *fonte de ordenação*. Esta representa qual a relevância para elencar-se os mundos possíveis; aquela, por sua vez, é a seleção dos mundos possíveis que oferecem as condições necessárias para a proposição ser verdadeira. A fuga do princípio das premissas é primordial, pois, valendo-se muito rapidamente da proposta, teríamos que construir infinitas premissas, já que cada situação se diferenciaria da outra, mesmo que por um traço ou outro.

Ainda sobre Kratzer (2012), ela defende que um falante pode falar da realidade mesmo que não se saiba por completo como é esta realidade. É uma partição anterior à partição dada por CB – posso dizer *João deve ser preso* sem ao menos saber de Direito ou de leis, mas sabendo que certas ações são criminosas e passíveis de punição.

⁴¹ A tabela de condição de verdade da implicação material é a seguinte:

α	β	$\alpha \rightarrow \beta$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

A argumentação segue que a linha 3 (F e $V \rightarrow V$) é contraintuitiva, pois se qualquer falante proferisse *Se chover, não sairei*, esta linha diz que mesmo se não chover (isto é, não se concretizar a condição), não sairei.

⁴² O termo pode ser traduzido para *Fundo Conversacional*. CB funciona com a noção cartesiana – em um plano há o que cada falante sabe, as crenças, o próprio CB; em contato com outros CBs, os falantes ativariam um espaço de encontro, de contato, que se chama *Common Ground* (Fundo Compartilhado Comum).

Por fim, reforça que modais são fortemente conectados ao contexto em que são proferidos. CB ativa uma restrição muito poderosa, que gera a seleção e ordenação dos mundos possíveis pertinentes para haver avaliação da proposição (ou das proposições). Outro elemento que se pode depreender a partir de sua leitura, e que nos servirá para justificar uma passagem das ILCs, é que *'If-clauses'* não têm nenhum tipo de âncora temporal – seu tempo é sempre determinado pelo subsequente β , ela não carrega em si.

Por outro lado, sua base modal e fonte de ordenação são mais fortes que outros operadores de mundos possíveis: na presença de qualquer tipo de construção condicional do tipo ϕ_{IF} , ela precisa se concretizar anteriormente a β . Desta forma, nossa proposta estará em consonância às ideias de Kratzer (2012) e sua proposta de que ϕ_{IF} são restritores de mundos possíveis. Para nós, consiedramos ϕ_{Imp} também como restritores, mas de tempos.

2.1.1 As âncoras de realidade

Uma parte interessante da teoria de Kratzer (2015) é os chamados *ganchos de realidade*. Chamá-los-emos de *âncoras de realidade*. Ela discute que, na verdade, os ditos restritores de mundos possíveis, como as condicionais o são, serviriam como estes tipos de âncora.

Inclusive, o artigo citado refere-se diretamente ao processo das condicionais indicativas, não às ILCs. Ela retoma a argumentação que o uso de uma condicional não se vale de uma conexão antecedente-consequente aleatória, ela não é acidental. O usuário de uma sentença condicional a utiliza como forma de despertar interpretativamente que a condição da primeira sentença precisa ser cumprida para, dessa forma, interpretar a subsequente. É um salto considerável pensarmos isso, pois, além do quesito de intensionalização, os operadores sentenciais como a implicação material (\rightarrow) são vistos de outra forma. A comunicação consegue ser apreendida por

instrumentais lógicos, como a própria Semântica referencial o faz, mas há seus limites.

Um aspecto interessante é o fato de que as ϕ_{IF} conseguem restringir os domínios de outros modais. Se observarmos a seguir

(4) Se chover, você tem que⁴³ ficar em casa

Em que a interpretação da *if-clause* vem primeiro, e sem ela, não é possível interpretar o modal ‘*deve*’. Em linhas gerais: tem que chover para que a sugestão de ficar em casa seja plausível. Imaginemos o contexto em que uma mãe diz a seu filho que quer sair para brincar na rua. Porém, a mãe observa o céu e verifica que tem muitas nuvens escuras se aproximando. Ela usaria (4) para que seu filho compreenda que há a possibilidade de haver chuva. Se esta possibilidade se concretizar em um dos mundos possíveis (‘*Chove*’ = 1 em w'), é possível interpretar que a partir deste w' (em que há chuva), o garoto, necessariamente, ficará em casa (‘*Filho fica em casa*’ = 1 em w''). Ele precisa interpretar que tipo de situação é a mais relevante quando chover (em w'' , por exemplo, identifica as proposições de que com chuva, o melhor é permanecer dentro de casa); a partir daí, ele consegue alcançar w'' , como já apontado.

E qual a relação de condicionais ancoradas com ϕ_{Imp} ? O principal ponto é que uma sentença composta [IF] (o conjunto de antecedente-consequente) restringe os domínios das outras sentenças a seu lado. Entretanto, sem que se realize a avaliação dos mundos possíveis a partir de ϕ_{IF} , qualquer tipo de sentença não é possível, seja indicativa, seja um ϕ_{Imp} .

É um processo de partição: ϕ_{IF} particiona o conjunto de todos os

⁴³ O uso do verbo ‘*ter que*’ é o equivalente de ‘*must*’ em PB, segundo (KRATZER; PIRES DE OLIVEIRA & PESSOTO, 2014).

mundos possíveis; a partir desta partição, há outra, criando um conjunto ainda menor: valendo-se do exemplo (4), este conjunto menor se dá para os mundos em que há chuva. Quando uma ILC, a partição ocorre duas vezes: a de Φ_{IF} , e a partir desta, uma redução para os mundos em que se é possível realizar a ação imperativa. Retornaremos mais aprofundadamente em 2.5.2.

Sobre as âncoras de realidade, a teoria defende que as Φ_{IF} são restritores, e que tal restrição serviria como uma âncora: verifica-se um conjunto selecionado de mundos possíveis para que, somente após um subconjunto estar formado, é possível seguir a interpretação. Este processo de seleção dos mundos em subconjuntos seria uma *âncora de realidade*: um processo em que se vale da função $BM(FO)$ – seleção e relevância da seleção.

Para Kratzer (2012), verbos e construções como as condicionais são modais, e eles seguem a regra da *Base Modal (BM)* e da *Fonte de Ordenação (FO)*. De certo modo, BM é a seleção da relevância do que se pretende: o verbo ‘*ter que*’ exige uma base modal com força deôntica, por exemplo. FO , por sua vez, é a relevância de quais mundos serão dados como os mais bem elencados dentre o conjunto de seleção. Se tomarmos o exemplo (4), os mundos mais relevantes seriam aqueles em que chove, isto é, a fonte de ordenação mais relevante é de mundos em que há chuva.

Os Φ_{IF} e os Φ_{Imp} , assim como os modais tradicionais, são âncoras de realidade. Os primeiros oferecem as condições realizadas; os últimos, as possibilidades ou as melhores formas de agir; e o do meio, seleciona alguém que cumpra uma ação ainda não realizada. Primordialmente, Φ_{IF} funciona como uma âncora de mundos possíveis – sempre oferece uma restrição/seleção; Φ_{Imp} , por sua vez, é uma âncora de tempo. A noção principal das âncoras de realidade é a apresentada. Para nosso objetivo, bastanos o que supracitado, mesmo sabendo que a discussão da teoria de Kratzer (2015), especificamente, fica em aberto – e tende a ser muito produtiva.

2.1.2 Semântica Intensional

A incursão sobre a Semântica Intensional é para mostrar o passo dado dentro da teoria formal e sua mudança da avaliação extensional para intensional e todas as suas configurações. Por outro lado, servirá também para já deixarmos algumas partes do instrumental com o qual lidaremos nas formalizações em breve.

O princípio semântico seria compreender, através de uma metalinguagem, no caso, baseada na Lógica, a denotação de uma palavra (ou sentença) em língua natural. Esta forma, que é possível se chamar de “tradução”, faz com que seja possível apreender que, por trás de todas as línguas, há uma similaridade universal em seu processamento, consolidando a Semântica formal como uma teoria universalista.

Não tão somente, a Semântica formal, acima de tudo, pretende seguir um modelo em que seja possível entender que um falante de japonês, um de turco e um de português brasileiro, mesmo que não consigam se comunicar, a parte abstrata está presente em todas estas línguas e seus funcionamentos dependem de regras idênticas. A base de se compreender sistemas universais, presentes em todas as línguas, é um passo consideravelmente importante para os estudos linguísticos. Inclusive, defendemos o ponto de vista de que a diferença entre as línguas no mundo é meramente estrutural.

Entretanto, até meados da década de 1970 e 1980, a Semântica formal ainda lidava com sentenças e partes de sentenças do tipo declarativas. Analisavam se as frases que, de maneira *extensional*, isto é, vinculadas à realidade (ontológica), eram verdadeiras ou falsas a partir do momento em que se podia comprová-las observando o mundo. O exemplo (1) já posto neste trabalho é um sinal disso. Porém, os próprios verbos modais demonstram que o mundo tido como real ($w^{\textcircled{a}}$) não é suficiente. Esta insuficiência aponta para

a necessidade de haver outras considerações: outras circunstâncias precisam existir para se poder avaliar uma sentença com um modal, circunstâncias que não estão presentes (ainda) em $w^@$.

Tal necessidade é ampliar onde procurar pelas condições realizadas. Estas condições não estão mais em um, mas sim em vários mundos. Este conjunto de mundos, em que se inclui o mundo atual, ficou conhecido como *mundos possíveis*. É um conjunto que carrega, literalmente, infinitos mundos possíveis dentro de si. Aliás, em se tratando de mundos possíveis, dizer que é necessário para a interpretação considerá-los é o mesmo que intensionalizar a sentença, em que se encontra em quais mundos possíveis a proposição proferida é verdadeira. A Semântica Intensional, por sua vez, é responsável por oferecer o conjunto de todas as coisas que são verdadeiras em todos os mundos possíveis (KEARNS, 2011).

O passo vai mais além quando levamos em consideração von Fintel & Heim (2011), que apresenta algumas questões do instrumental que a Intensional dispõe. A partir desta leitura, temos um salto qualitativo ao falarmos dos mundos possíveis: quando temos uma proposição p , ela é representada metalinguisticamente por um *conjunto de mundos possíveis*. Significa dizer que p oferece o pacote de mundos possíveis em que é verdadeiro p .

Lidar dessa forma com uma proposição, além de inovadora, remodela a proposta de A. Kratzer sobre base modal e fonte de ordenação. Não que não sejam mais necessárias, mas a BM já vem junto à proposição (ou seja, a quais mundos devemos nos atentar); a FO, por outro lado, ela ainda é importante.

Em tese, a intensionalização do campo semântico corrobora em afirmar a teoria kratzeriana. As línguas humanas têm a capacidade de falar do que não está e é presente; as línguas naturais têm, em si, uma realidade também, a capacidade de falar de presente, passado e futuro, de possibilidades

que para o mundo atual são impossíveis. Se pensássemos meramente em fatos ontológicos, seriam contraproducentes frases como as contrafactuais

(5) Se eu tivesse estudado mais, teria passado na disciplina

Em que o falante não pode mais retornar àquele momento anterior à reprovação da disciplina. É através da linguagem que se cria realidades alternativas, inclusive alternativas ficcionais. A Semântica Intensional também veio para colaborar com a compreensão e interpretação de frases como

(6) Frodo não quis atirar o Um Anel quando estava à beira do vulcão

(7) Batman é um sujeito soturno e muito hábil

que pela Semântica tradicional, principalmente seguindo a teoria de Russell não teriam valor de verdade pelo fato de não ser possível de avaliar a existência dos argumentos *Frodo* e *Batman*, por eles não existirem no mundo real. Mas a linguagem permite, e se permite, era necessário discuti-lo, avaliá-lo. Se é anti-econômico, ou anti-intuitivo falar de algo que não pode acontecer ou de mundos ficcionais, pouco importa aos linguistas; o interesse deste pesquisador deve ser observar o motivo de podermos utilizar tais formas, o porquê de suas construções seguirem determinado padrão e não outro.

Todavia, não é porque consideramos menos a ontologia, ou melhor, porque ela interfere pouco nas análises, que ela não serve para nada. Mais precisamente, não é porque consideramos infinitos mundos possíveis e não $w^@$ que este será invalidado; pelo contrário, $w^@$ é mais um dentre os mundos possíveis de avaliação ou de projeção.

Um dos exemplos que von Fintel & Heim (2011) trazem é o da

construção ‘*Eu acredito que*’,⁴⁴ em que as crenças são um mundo com várias proposições que podem ou não serem verdadeiras (alguém pode crer que a Lua é feita de queijo, mesmo com provas científicas de que não seja). O que entra na avaliação é que sempre teremos relação entre mundos possíveis.

E, após esta incursão, o motivo de ser tão importante para os imperativos é que há a necessidade de intensionalização. Φ_{imp} precisa de projetar para outros mundos possíveis sua realização. E não só a realização, mas também para encontrar quem será o executor da ação.

Antes de passarmos para o próximo tópico, traremos algumas notações que serão replicadas ou readequadas para o objeto do texto. Para tal, trazemos um exemplo referente a ‘*Eu acredito que*’:

(8) Eu acredito que a Lua é feita de queijo

Acreditar em algo não necessariamente significa que aquele algo é verdadeiro. Como em (8), é possível acreditar que a Lua tem sua composição de queijo, o que é falso, pois sabe-se que, segundo testes e viagens até lá, que seu solo é pedregoso e não de um produto derivado de leite. Os autores trazem a notação da relação em que o *mundo de crenças* do falante está relacionado no *mundo em que tem a crença*. A notação fica: $w \mathcal{R}_x^B w' \rightarrow p(w') = 1$. A relação de acessibilidade \mathcal{R} mobiliza dois mundos – o mundo w , anterior na notação, que representa o mundo das crenças do falante de ‘*Eu acredito que*’; w' , por sua vez, é o mundo em que efetivamente a Lua é feita de queijo, isto é, a proposição p (= ‘*Lua é de queijo*’) é verdadeira, como $p(w') = 1$; por fim, \mathcal{R}_x^B equivale a que tipo de relação de acessibilidade estamos lidando, que no caso, B de *believe*, ou, como traduzimos, crença. A leitura seria: após o falante proferir (8), mobiliza-se o mundo das crenças de F para que se identifique em

⁴⁴ Em inglês: ‘*I believe that p*’.

algum outro mundo que a proposição é verdadeira.

O mundo $w^@$ (os autores usam w somente, manteremos $w^@$ por questão de coerência), o mundo atual, o mundo em que o falante tem suas crenças, passa pelo crivo das crenças, relacionando-os. O falante acredita que ela é feita de queijo em seu mundo de crenças w' . A proposição '*A Lua é feita de queijo*' é verdadeira neste mundo de crenças, não no mundo real. A apresentação de (8) se deu, pois, a metalinguagem retornará, símbolo a símbolo, mais adiante em nossa proposta de formalização. A parte $p(w') = 1$ é como se interpreta que aquela proposição, em determinado mundo, é verdadeira.

Outro elemento importante serão os parâmetros de avaliação. Quando se quer interpretar intensionalmente, junto ao colchete quadrado ($\llbracket S \rrbracket$), logo acima, segundo convenção, virão o que deve ser considerado para interpretar a sentença. Os mais habituais serão w (mundo possível) e t (tempo), e em alguns momentos g (característica dos mundos possíveis). Habitualmente, esta será a configuração: $\llbracket S \rrbracket^{w,g,t}$.

2.2 Teorias sobre imperativo

Inúmeros autores discutiram, avaliaram e expõem suas intuições, comprovações e resultados. Outros, algumas elucubrações que funcionam como forte apelo e hipóteses. Em ambos os casos, entretanto, é visível que haja poucos autores levantando algo sobre imperativos nas línguas.

Para os devidos fins, trazemos três trabalhos que consideramos de maior relevância e impacto, além de serem capazes de terem explorado mais do território dos Φ_{Imp} . Seguiremos a seguinte ordem: Condoravdi & Lauer (2012), com a Teoria da Performatividade, em 2.2.1; Kaufmann (2014), com a Teoria Modal, em 2.2.2; por fim, Portner (2004), com a Teoria da

Propriedade, em 2.2.3.

2.2.1 Teoria da Performatividade

A proposta de Condoradvi & Lauer (2012) traz uma teoria mais robusta e elegante, sem contar que é capaz de ranquear as preferências de F (ou O). Também se dá que o ϕ_{imp} seria um tipo de performativo, comprometido com a *força ilocucionária*, e, por isso, gera obrigações e comprometimentos entre os envolvidos (F e O). Mas que não têm significado acoplado em si, o que é importante salientar.

Outro ponto importante é que a *força diretiva* é derivada do *contexto*, não de um conteúdo semântico. Também é pertinente lembrar que existe um *significado semântico* que é o *efeito convencional imperativo*, que leva a um comprometimento doxástico (o que F crê ser o caso). Vale ressaltar que também se tem de características: a) endosso de F (ϕ_{imp} terá o desejo mais forte de F, isto é, seu envolvimento mais forte); b) sinceridade automática (não se pode mentir o desejo de F ao proferir um ϕ_{imp}); c) interlocutores do ϕ_{imp} (comprometimento entre ambos – F e O); e d) inconsistência contextual (comprometimento de apenas uma decisão/escolha, *i.e.*, não se pode ter decisões contraditórias por parte de F e O).

O funcionamento parecido com os *performativos* ajuda a entender porque de ϕ_{imp} levarem a leituras *agentivas*, e não só, a uma noção de *força diretiva*. O que se modifica de outras perspectivas é que o uso imperativo nada mais faz do que explicita as preferências de F para como o estado de coisas do mundo deve ficar: se F profere '*Sai daqui*', ele deseja que seu ouvinte modifique a episteme do momento e que se retire do local (no caso, O não estaria fora do contextualizado '*daqui*').

Outras circunstâncias para ser efetivamente bem estruturado um *imperativo* a partir desta proposta está na estruturação de preferências:

resumidamente, o ranqueamento previsto faz com que, mesmo que haja conflitos, ficará mais saliente aquela em que em um mundo possível após o mundo atual ($w^@ > w^1$) seja aquele que desfaz a incerteza epistêmica, e F e O cheguem ao novo estado de coisas do mundo.

$$\llbracket \Phi_{\text{imp}} \rrbracket^c = \lambda p. [\lambda w. [\text{PEP}_w (\text{Sp}, \lambda v. [\text{EP}_v (\text{Ad}, p))]]$$

Em que p é o conteúdo; A afirma que O tem preferência efetiva por p ; $S (= \lambda w. [\text{PEP}_w (\text{Sp}, \lambda v. [\text{EP}_v (\text{Ad}, p))])$ afirma que $F (= \text{Sp}$, ou *Speaker*) está comprometido com preferência efetiva de O ($\lambda v. [\text{EP}_v (\text{Ad}, p)]$). O c acima da interpretação de $\llbracket \Phi_{\text{imp}} \rrbracket^c$ é o *contexto* a ser levado em consideração, de onde sairá a *força diretiva*. PEP_w é o que Condoradvi & Lauer (2012) chamam de *preferências efetivas potenciais*, isto é, as ações a serem levadas em consideração, dadas por F , enquanto EP são as *preferências efetivas*, as ações a serem tomadas como necessárias de realização pelo Ad do contexto no mundo que não o primeiro de avaliação (por isso existem w – mundo de ações que F deseja - e v – mundo de realização das ações por parte do ouvinte). Há também que λw é o mundo atual (o $w^@$ acima), e λv nada mais é do que o mundo posterior a w (o melhor ranqueado, no caso). A interpretação semântica é uma transferência do que F considera ser o melhor para que O (ou Ad) execute no mundo possível v . Inclusive, PEP relaciona-se bastante com o *To-Do-List* da Teoria da Propriedade (PORTNER, 2004).

Em linhas gerais, a fórmula poderia receber uma paráfrase do tipo: a interpretação de um imperativo, dada à condição contextual, equivale a uma proposição imperativa p qualquer, em que está em um determinado mundo, e neste mundo existem as preferências efetivas de F , e há outro mundo, em que há a preferência efetiva para a realização da proposição p pelo Ad .

No caso de uma sentença como '*Sai daqui*', F profere o imperativo em um determinado contexto, fazendo com que a sentença '*Ad sai daqui*' seja

verdadeira em um mundo que não o de proferimento (por isso, as variáveis w e v); há também o reconhecimento das preferências efetivas potenciais, de F , que são transmitidas às preferências efetivas de Ad para a realização da ação imperativa.

Eles fazem uma releitura bem interessante sobre BM e FO de Kratzer, aliás. Para Condoradvi & Lauer (2012), as bases modais são premissas com proposições factuais, enquanto as fontes de ordenação tratam das proposições ideais. A noção de relevância da ordenação dos mundos é passível de ser interpretada como as proposições ideais, as que precisam ser verdadeiras.

Outro aspecto que é importante, e que vai ao encontro de nossas ideias, é o fato de considerarem que Ad depreende que p é necessário para que o imperativo seja possível, p tem que ser a preferência efetiva a ser considerada. A ideia de que Ad compreende que ele será o executor de p em outro mundo que não $w^@$ é válida. Condoradvi & Lauer (*idem*), argumentam que a interpretação para que Ad seja o executor de p em um mundo que não o atual é dada por duas inferências pragmáticas.

Mais ao fim, os autores ainda complementam: os imperativos geram obrigações por serem diretos e por induzirem a preferência de Ad doxasticamente⁴⁵. Tratam das ILCs, e concordamos plenamente com que a obrigatoriedade dada pelo imperativo se torna passível de interpretação apenas se a condicional da *if-clause* se concretizar e se fizer verdadeira.

Com isso, é possível também defender que dentro das ILCs, ainda que um imperativo seja quem coordena, sem o conjunto restrito de mundos possíveis que a sentença condicional, não se tem uma interpretação viável. E mais: é necessário, sim, interpretar a *if-clause* para depois termos o cálculo de Φ_{imp} . É possível imaginá-lo ao avaliarmos uma ILC como (9) abaixo:

⁴⁵ A ideia central da palavra *doxástica* é que F faz com que as crenças de O se modifiquem e se tornem similares/pareadas entre si, por isso o uso do termo.

(9) Se conversar de novo, saia da sala

O ouvinte da sentença (9) entende primeiramente que, para que ele deva executar a ação do imperativo, é necessário que ‘*Se conversar de novo*’ seja verdadeiro, e só a partir desta condição, ele executará a ação. A intuição de Condoravdi & Lauer (2012), para as ILCs, está correta. Em 2.5.1 abaixo retomaremos a discussão sobre ILCs.

2.2.2 Teoria Modal

A Teoria Modal que trazemos aqui é de autoria de Magdalena Kaufmann (2014), um trabalho em que ela discute os motivos de considerar os ϕ_{imp} como modais, mais especificamente dizendo que, em verdade, ao proferir uma sentença imperativa, o falante profere implicitamente uma construção com um modal – no caso, ‘*should/ter que*’. É por conta dessa característica, aliás, que ela argumenta ser possível imperativos encaixados (como (11) abaixo) sem que percam sua força diretiva.

De antemão, discordamos deste ponto veementemente. Se tivermos

(10) Saia daqui

(11) */# João disse que saia daqui

O exemplo (10) é um ϕ_{imp} canônico. F diz para O que é para ele sair daquele local em que estão. Mas (11) é o oposto disso. Pode-se interpretar como uma menção do uso imperativo, mas a força diretiva se foi, não permitindo que haja uma interpretação de que F está ordenando algo, muito menos João. O imperativo é muito sensível ao ser posto em uma sentença complexa: ele perde a FD, e defendemos que não só a força, mas o operador

abstrato [IMP] não consegue ser acessado. Mais testes fazem-se necessários para esta hipótese, mas ainda a estranheza de uma sentença como (11) permanece.

À continuação, a autora comenta que o sucesso/felicidade⁴⁶ em usar um imperativo está condicionado a expressar a modalidade certa ou expressar o contexto correto. Aqui, ela dispõe toda a teoria modal de Kratzer (2012), em que se vale de uma base modal e uma fonte de ordenação, algo válido para uma teoria que se considera de modais.

Ela complementa que o *conversational background* apenas serve para deixar claro em que o falante acredita. Eis outro ponto que gera controvérsia: pode-se defender que é uma proposição em que ele deseja que se realize, mas em que ele tem uma crença, como seria, por exemplo, a frase (8) acima (‘*Eu acredito que a Lua é feita de queijo*’). Acreditamos que CB é o papel fundamental para determinar certas condições a serem concretizadas entre F e Ad, e a própria proposição, mas semanticamente há uma contradição: o falante quer que aconteça o imperativo, mas ele crê que isso vai ocorrer. É a mesma coisa que dizer que se tem certeza e que tem dúvida de algo. Os imperativos são usados com a clara intenção de fazer com que o ouvinte execute uma ação, nada mais. É possível, sem dúvida, que Ad não execute a ação, mas isso não está dentro do linguístico, mas sim em sua externalidade. Linguisticamente, por outro lado, o proferimento de um imperativo nada mais é do que dar certeza de realização da ação.

Outro aspecto da teoria controverso e contraditório é este ponto de que há um verbo modal deletado que é trazido implicaturalmente pela interpretação. Se colocarmos duas sentenças, lado a lado, é possível verificar que não coincidem, mesmo que veiculem uma obrigatoriedade:

⁴⁶ Colocamos dois termos aqui para exemplificar que a sentença é usada exitosamente. Em inglês, *felicity*. Escolheremos o uso *sucesso* meramente por questões de preferência.

- (12) Saia daqui
- (13) Você deve sair daqui
- (14) Você tem que sair daqui

Ao menos intuitivamente, (12)-(14) são distintas, ainda que digam coisas próximas.

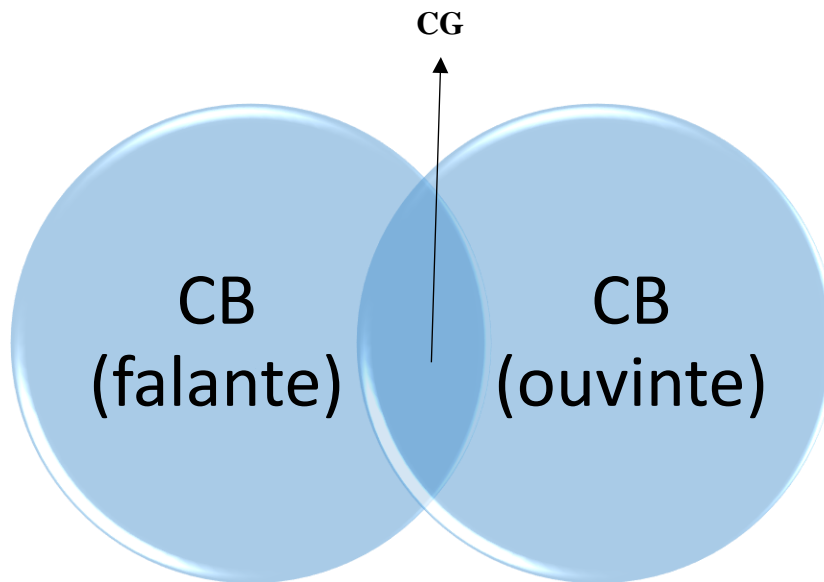
Embora seja possível colocá-las e proferi-las no mesmo contexto, há uma mudança de interpretação, ainda que sutilmente, que leva o ouvinte a executar a ação ou a entender que é “mais” necessário executar quando escuta (11) e não (12). Não temos a pretensão de discutir uma escala de necessidade; utilizaremos esta diferença entre Φ_{imp} e ‘*ter que*’ e como carrega a força ilocucionária de obrigatoriedade (deôntica), é através da força perlocucionária que se confirma a intuição de que (12) e (14) são sentenças diferentes. Esta discussão é frutífera e será devidamente desenvolvida em 3.3.

Outro aspecto da teoria modal de Kaufmann (*idem*) é o aspecto distintivo entre *conversational commonground* (CG) e *conversational background* (CB)⁴⁷, termos derivados das discussões de Kratzer (2012; 2015). A nosso ver, uma nasce da outra – CG é a intersecção das CBs de cada participante da comunicação. Kaufmann (2014) diz que, para os imperativos, somente CG é válido e dispensa CB. Ela não se aprofunda mais do que o exposto. De qualquer modo, discordamos pelo fato de que consideramos como atinentes ao contexto tanto CG, quanto seus CBs formadores: consideramos que o contexto nasce exatamente da intersecção (CG) de CBs dos participantes do ato comunicativo, e.g., o contexto é a parte relevante dos

⁴⁷ Há possíveis traduções para ambas as siglas: CG seria *plano de fundo compartilhado* e CB, *plano de fundo conversacional*. Optamos, tal qual outros termos da área, pela manutenção em inglês, já que não interfere de forma alguma no entendimento, muito menos em nossa argumentação.

traços de CG.⁴⁸ O esquema abaixo tenta resumir este parágrafo:

Figura 14 - Esquema *conversational background vs commonground*



Por outro lado, uma resposta plausível é que defenderemos que os Φ_{imp} são um tipo de modalização, não mais um modal. Para isso, como primeira impressão, ter alguém que já oferecesse um caminho seria de grande valia. Entretanto, utiliza-la-emos a fim de que nos sirva para termos nosso ponto reforçado: nossa teoria modal não se equivale em nada, nem defende que há um verbo *should/dever* deletado, interpretado por via de implicaturas; nossa proposta modalizante será distinta e detalhada melhor em 2.3 a seguir.

⁴⁸ Os termos são usados por Kratzer (2012) para dar uma explicação à noção de contexto dentro da Semântica formal sem apelar para a Pragmática, ou transformá-la em uma lixeira (LEVINSON, 2007). No caso, pensamos que *conversational background* e *commonground* são termos que vão além do campo semântico, sendo os fatores de relevância dentro de qualquer ato comunicativo: seriam os conhecimentos de cada participante e os conhecimentos compartilhados.

2.2.3 Teoria da Propriedade

Seguindo a apresentação das teorias, a última a que nos propomos a discutir os pontos fortes e fracos é a da Propriedade, de Portner (2004; 2007). Começamos a partir de uma colocação feita no final de seu artigo, que a nós nos é cara: a interface entre Sintaxe, Semântica e Pragmática é de grande importância; sem levar em consideração o que cada uma pode fazer, tentar lidar com Φ_{imp} será sempre incompleto.

Em se tratando de argumentos, Portner (2004) inicia o texto dizendo que há três tipos de sentenças universais nas línguas: as declarativas; as interrogativas; e as imperativas. Elas, além de universais, são sistemas fechados, cada qual com uma força específica quando proferida. No caso de Φ_{imp} , para o autor, é o tipo de sentença que instala um requerimento em O; a força, para ele, é sentencial, pois os imperativos, a seu ver, não têm valor de verdade – eles denotam propriedades – a de modificar o estado epistêmico do mundo a partir da atualização do *To-Do-List* (TDL)⁴⁹ do ouvinte.

Um ponto interessante é que o autor lida com um pareamento entre forma-força, com a qual concordamos, e que cada campo atua para analisar e balizar a configuração para permitir a interpretação. Do mesmo modo que Jary & Kissine (2014), para nós é impossível dissociar a forma de um imperativo com sua força diretiva própria.

Da Semântica para a Pragmática, Portner (2004) traz para esta área a responsabilidade de carregar o efeito que os Φ_{imp} geram nos ouvintes: quando alguém o profere, F quer que O atualize seu *To-Do-List* para que a ação seja executada. Esta atualização se equipara, a nosso ver, com PEP de Condoradvi & Lauer (2012), discutido em 3.2.1 acima. Em linhas gerais, no TDL de O não tem o que o imperativo cobra, e é a partir deste tipo de propriedade – a

⁴⁹ Uma possível tradução seria *Lista-do-que-Fazer*. Por uma questão de escolha, deixaremos o termo em inglês.

de realizar a ação após escutar ϕ_{imp} – que fará com que *Ad*, com a propriedade de executar, execute o ato.

A noção de TDL, inclusive, é um apelo que neste trabalho nos esforçamos a cada tópico para construir, pois cremos que os efeitos de interpretação são, sim, pragmáticos; Sintaxe e Semântica são capazes de avaliar quais são as características do sistemas orienta os falantes, os processos a serem seguidos. Não estamos de acordo com o TDL em si: não consideramos que haja atualização de preferências ou fazeres prioritários *a priori*. Vemos que, a cada uso, com a organização de mundos possíveis, e não só, com a ordenação ranqueada de modo relevante, dentro daquele w^n está a proposição em que *Ad* executa. Pode-se compreender que, de forma mais abstrata, a TDL exista como uma engrenagem do sistema, algo presente mais no campo semântico do que nos outros da interface.

Em relação a ϕ_{imp} ser uma propriedade, Portner (2004) argumenta que um imperativo mobiliza as vontades, as proposições das TDLs de O, e para que isso ocorra, a construção tem a propriedade de modificação. Ele não considera ϕ_{imp} como outro tipo de sentença, assim como as declarativas, por dizer que não tem valor de verdade, já que é uma construção que somente busca pela atualização da TDL de O a partir da de F. Para nós, imperativos são sentenças com conteúdo proposicional, porém sem valor de verdade, por não ter proposição (assim como ‘*Há 5 espécies de formiga na cidade de São Carlos*’, a proposição *p* equivale, metalinguisticamente, a toda a sentença, e ela pode ser avaliada como verdadeira ou falsa, como discutimos ao início do capítulo 2). Em relação ao que significa *conteúdo proposicional*, retomaremos no tópico de formalização dos imperativos (cf. 2.4).

Por fim, um outro aspecto trazido pelo artigo é o fato de que *Ad* tem que ser o argumento que executa a ação, tal qual um *agente* (*Ag*). Estamos de acordo, já que o imperativo “engaja” o ouvinte direto ou a audiência referente a 2ª pessoa (singular ou plural).

Trazemos, aqui, a fim de deixar certos pontos encaminhados, a formalização interpretativa dos imperativos feita por Portner (2004):

$$\llbracket \Phi_{\text{imp}} \rrbracket^{w^*,c} = [\lambda w. \lambda x: x = \text{Addressee}_{(c)}. x \text{ executa o } \Phi_{\text{imp}} \text{ em } w]$$

A paráfrase da fórmula seria: a interpretação de um imperativo, dado o mundo e contexto de proferimento, há a necessidade de um outro mundo e um indivíduo, tal qual este indivíduo respeita a pressuposição de ser o *addressee* do contexto, e ele executará o imperativo neste outro mundo possível

É possível verificar que é uma fórmula econômica, e ela será levada em conta em nossa proposta. Entretanto, por mais tentadora que seja, esta economia deixa de lados a necessidade temporal envolvida na relação dos mundos possíveis, fazendo com que a consideremos uma explicação deficitária.

2.2.4 Síntese

Neste tópico, trouxemos algumas teorias que já discutiram os imperativos, cada qual a partir de uma perspectiva.

A primeira, em 2.2.1, Condoradvi & Lauer (2012) propuseram que é possível compreendê-lo a partir da performatividade, aos moldes dos atos de fala de Austin e Searle. Com sua contraparte semântica, o falante utiliza o imperativo para que atualize a preferência efetiva do ouvinte no contexto. F tem aquela preferência e quer a atualização no conjunto de O.

Para Kaufmann (2014), em 2.2.2, os imperativos têm, de forma deletada, um verbo modal '*should/ter que*' que é interpretável pelo ouvinte.

Para ela, imperativos carregam pressuposições, de cunho pragmático, que oferecem a quem escuta seu proferimento e compreenda ser obrigado a executar determinada ação. A autora ainda aponta que não se trata de um tipo de sentença, já que não tem valor de verdade a ser apreendido, mas que serve para mapear o que F deseja e quer que O realize.

Ao final, em 2.2.3, Portner (2004) argumenta que os imperativos são propriedades; quem determina o sucesso é O, pois é nele que se instala a propriedade de ser o executor da ação ou não. Quando F profere o imperativo, ele quer que O atualize seu *To-Do-List*, isto é, o conjunto de ações a serem postas em prática – e F sabe que O é capaz de atualizá-lo em um outro mundo possível.

Através desta incursão, o presente trabalho priorizou apresentar, quando necessário, apontar algumas concordâncias – ou discordâncias – entre a nossa proposta e as dos autores. De forma alguma as críticas ou choques funcionam como desrespeitosos; acima de tudo, cremos que a ciência se faz através de questionamentos, e estes questionamentos são importantes. Para nós, como temos um caminho a ser percorrido, defendendo uma teoria própria, apontamos aquilo que nos é pertinente e com o que não concordamos por estar em conflito com nosso ponto de vista, que pretendemos elucidar a partir de então.

2.3 Modal

Antes de discutirmos nossa proposta em si, vimos que há uma lacuna a ser preenchida. De antemão, dissemos que nossa hipótese é que os Φ_{imp} são um tipo de modal. Entretanto, o que é um modal? Há algumas formas de responder esta questão.

A resposta tida como canônica seria tudo aquilo que envolve a Lógica

modal: se há a necessidade dos operadores \square ou \diamond (de necessidade ou de possibilidade), estamos diante de elementos modais.

Outra possível resposta é a dada já no capítulo 1, em que Tescari Neto (2008), do ponto de vista sintático, argumenta que um modal – ou termo modalizador – é aquele que traz em si uma dúvida da factualidade. É muito relevante pensá-lo, já que, se considerarmos os modais clássicos, como *'necessariamente'* e *'possivelmente'*, ao utilizarmos-los, precisamos de uma mudança de mundo possível para encontrarmos sua factualidade.

Um outro aspecto, segundo Kratzer (2012), um modal é aquele termo que tem intrinsecamente a força modal. Esta força modal determinará quais mundos possíveis são contabilizados (e relevantes) para o contexto. Inclusive, é possível defender, a partir de seu argumento, que modais são âncoras de realidade (*idem*, 2015). Se for assim, podemos considerar que Φ_{imp} , assim como *'necessariamente'* e *'possivelmente'*, são tipos de âncoras com específicas relações de acessibilidade. As condicionais, da mesma forma, são outro tipo.

Existe uma perspectiva mais extrema, que nos gera certa desconfiança, que é considerar modal tudo que se intensionaliza, isto é, tudo que é passível de avaliação em outros mundos possíveis que não o atual (que é mais um dentre infinitas possibilidades). Φ_{imp} seria modal pelo fato de organizar os mundos possíveis de determinada maneira, não seria tão excepcional.

Para a primeira resposta, temos um percalço – ainda que o campo teórico que assumamos seja composto por abstrações com instrumental advindo da Lógica, as línguas naturais e a linguagem lógica têm suas diferenças. Uma delas é a questão da implicação material \rightarrow e sua equiparação a *'se...então'* (cf. 2.1.1). Dessa forma, considerar um modal apenas por haver uma conexão entre operadores lógicos e termos das línguas,

sua sustentação é frágil. Argumentar a seu favor seria, também, ir contra alguns estudos importantes, como de Kratzer (2012), que em outro capítulo de sua obra retoma a questão de vincular os operadores de lógica modal \square e \diamond a elementos lógicos como \forall (lê-se ‘*para todo*’) e \exists (lê-se ‘*existe um*’) respectivamente. A própria autora, em sua revisão, apresenta as noções de base modal e fonte de ordenação que descontroem a “tradução” \square para \forall e \diamond para \exists . Descartamo-la como forma de explicação para nosso trabalho.

Em contraposição, desde uma perspectiva advinda da Sintaxe, a explicação dada pela segunda resposta é pertinente. E ela tem um apelo intuitivo: quando alguém, em uma conversa, diz que brasileiros modalizam demais suas falas, é quando esta pessoa quer dizer que nos valem de modos indiretos para pedir ou para ordenar. Muitos brasileiros relatam que se sentiram incomodados quando visitaram a Espanha por conta da forma direta com que os espanhóis interpelam e conversam. De fato, há formas indiretas de relatar ou dizer algo. Os modais sempre extrapolam seus contextos de proferimento e suas interpretações vão além do ato comunicativo.

É válido também ressaltar a noção de que não há uma certeza, isto é, algo indireto. É possível deduzir ao pensar nos imperativos – ainda que haja uma ordem expressamente direta (linguisticamente), sua realização é sempre incerta (extralinguisticamente). Aqui, não discutimos questões morais ou hierárquicas: uma pessoa pode se negar a agir daquela forma. Sua factualidade depende de um conjunto de variáveis, dentre às quais *Ad* e os mundos possíveis precisam estar em consonância.

A partir disso, conseguimos ter, a nosso ver, uma perspectiva que se fixa mais ao uso e à comunicação do que é um modal. Para nós, ϕ_{imp} não é um tipo de modal, mas sim âncoras de realidade por terem um sistema de acessibilidade entre o parâmetro *t* com um funcionamento particular: o de projetar futuridade necessariamente. Inclusive, a presença meramente do elemento \square não o permite tal alcunha.

Outra coisa, considerar ϕ_{imp} um modal faria com que tivéssemos que considerar elementos, embora parecidos, como idênticos, e não é o caso de verbos como *'dever'* e *'ter que'* serem tratados igualmente a ϕ_{imp} . Não cremos, pois, que modal seja apenas aquilo que se relacione à Lógica e a conjunção dos operadores \square e \diamond ; cremos que eles têm um funcionamento que perpassa os usos em diversas línguas, da mesma forma que ϕ_{imp} . O argumento principal é: verbos como *'dever'* e *'ter que'* são âncoras de mundos possíveis; ϕ_{imp} , por sua vez, são âncoras de tempo.

Sem contar, também, que o termo *modal* carrega uma convenção que vai muito além dos estudos linguísticos. As gramáticas sempre têm um tópico para lidar com os verbos modais, verbos que consideram especiais por seu comportamento de auxiliar que modifica a certeza da frase. Pode-se imaginar que a Semântica se valha disto por conta seu histórico e usabilidade. Cremos que uma diferenciação a ser apresentada pode ser a noção de ancoragem de realidade: tanto as de mundos possíveis, quanto as de tempo, alocando os verbos e termos modais como âncoras de mundos possíveis, enquanto há as âncoras de tempo, como imperativos e os tempos verbais (passado e futuro).

As sentenças a seguir servem de exemplo para explicitar esta diferença crucial:

- (14) João está doente
- (15) João pode estar doente
- (16) João, sai daqui

A sentença (14) é, tipicamente, uma declarativa. Para se alcançar sua condição de verdade, basta que tenhamos o argumento João como elemento que pertence ao conjunto dos doentes. É possível intensionalizar uma declarativa, aliás, mas vemos como uma ação desnecessária, já que as declarativas, a nosso ver, dizem sobre o estado atual do mundo de proferimento.

Entretanto, se nos deparamos com (15), a possibilidade de João estar doente pode ser verdadeira, como falsa ($\diamond p$). Para avaliarmos se ela é verdadeira, é necessário que se encontre mundos possíveis em que a sentença ‘*João está doente*’ é verdadeira; caso contrário, é necessário que se encontre mundos em que a sentença é falsa. De qualquer modo, em ambos os casos, há a necessidade de fazer a avaliação da sentença em mundos que não o atual ou o de proferimento.⁵⁰

Por sua vez, em (16), a sentença proferida é uma imperativa. A necessidade de que ocorra uma ação após seu proferimento é sua característica principal. Este traço de futuridade, por sua vez, exige, necessariamente, que a relação entre os tempos (proferimento e execução da ação) estejam posteriores um ao outro. Φ_{imp} mobiliza o parâmetro t , enquanto os modais ‘*poder*’ ou ‘*ter que*’ mobilizam mundos possíveis. Por conta disso, Φ_{imp} não é um tipo de modal: ele faz com que a relação de projeção dos mundos possíveis seja regida pelo tempo.

Por fim, consideramos que os imperativos disparam a interpretação uma FO específica, dentro de um CB. A semelhança com os verbos ‘*dever/ter que*’ se dá pela deonticidade, isto é, a obrigatoriedade extralinguística que eles e Φ_{imp} geram. São próximos pela força diretiva a ser acessada, mas com objetivos – e efeitos perlocucionários – bem distintos.

2.4 Teoria da Ancoragem de Tempo dos imperativos

Enfim, podemos dizer que chegamos ao núcleo do trabalho. É a partir deste tópico que discutiremos e proporemos uma formalização para os imperativos e duas de suas construções *tipo-imperativo* (*imperative-like*) – as

⁵⁰ É possível que esta sentença esteja em uma novela, ou qualquer tipo de ficção, por isso o mundo atual seria o de proferimento do contexto.

ILCs (*imperative-like conditionals*) e as ILUs (*imperative-like ultimatum*).

Após todo o exposto, precisamos compilar as características de Φ_{imp} . Afinal, quais são as características de uma sentença imperativa?

A primeira de todas é a força ilocucionária diretiva. A partir do momento de seu proferimento, ao ser identificado como imperativo, falante e ouvinte identificam sua força diretiva. Nosso trabalho ainda lidará com as nuances entre a interpretação de ordem, sugestão e conselho, mas todas advêm da mesma força. A diretividade de uma sentença imperativa é o que determina que O (ou *Ad*) compreenda que a ação precisa ser realizada, ele é engajado a servir de executor do ato *p*.

Outra característica é o fato de o executor (ou *Ag*) ser alguém de referência direta no ato comunicativo. Não é possível ordenar alguém que não esteja presente. Φ_{imp} é sempre usado para aquela pessoa que está escutando o falante naquele instante. A necessidade de ser uma segunda pessoa – *Ad* – é de suma importância. Inclusive, se se pensar em uma situação como que, em uma casa com dois moradores, um deles deixa um bilhete grudado na geladeira dizendo ‘*Esquente a comida do pote vermelho para o almoço*’, ainda que *Ad* não esteja no momento exato da escrita do bilhete, porém, a leitura funcionará como o processo de proferimento da ordem – como se aquele que escreveu estivesse dizendo naquele momento exato. A leitura equivale a O escutar F proferindo Φ_{imp} , mantendo-se o argumento de que sem a presença de *Ad* Φ_{imp} é inviável.

A questão de *Ad* ser capaz de executar tal ação é outro traço importante. Proferir um Φ_{imp} sem que o ouvinte seja capaz de executá-lo é uma extrapolação da Máxima de Qualidade de Grice. Estas construções costumeiramente são chamadas de *Good Wishes* ou são sentenças usadas intencionalmente em contextos impróprios: têm forma, força e engaja o *Ad*,

mas *Ad* não é capaz de ser agente desta ação⁵¹.

A noção de tempo é sempre futuro. A *futuridade* dos Φ_{imp} demonstra que a ação só pode ser realizada em um tempo posterior ao do proferimento. Inclusive, o estado de coisas em w' deve ser distinto de $w^@$. Isto se dá, pois, no mundo atual aquela ação ainda não foi executada (a porta está aberta, o ouvinte ainda não saiu). A parte semântica aponta que o [irrealis] é fator determinante para este *porvir* – a partir da futuridade –, além de somente proferir um imperativo quando o estado epistêmico não for o desejado (a presença da pessoa naquele local, a porta aberta, etc).

Há o ranqueamento de mundos possíveis a partir do mundo do proferimento de Φ_{imp} . Ainda que as opções sejam infinitas, seguindo as teorias supramencionadas, há sempre uma partição do conjunto de W (conjunto de todos mundos possíveis existentes). Esta partição já se dá pelo *conversational background*; o contexto em que se insere a cena e a interação entre F-O é muito importante. O não pode pensar em mundos em que ele executa ações de fechar a porta se o Φ_{imp} proferido foi para parar de fumar. CB já fraciona os mundos existentes entre aqueles em que *Ad* capaz de executar p . Porém, uma segunda seleção, uma relação de acessibilidade a partir de mundos com *Ad* entra na interpretação – esta nova fração oferecerá um conjunto menor de mundos, mundos em que p é verdadeiro – *Ad* executa p em w diferente de $w^@$ é verdadeiro. Estas frações acontecem a partir da restrição dada pelo tempo, pela futuridade.

Por fim, existe o que chamamos aqui de engajamento de *Ad*: o ouvinte de um imperativo é engajado, é impelido de modo a ser difícil negar de fazer a ação. Linguisticamente, um imperativo é inegável – o que se consegue negar

⁵¹ Algo que, desafortunadamente, nossa pesquisa não alcançou fazer uma avaliação do comportamento com verbos distintos – *estativos*, *achivements*, *accomplishments* e *processos* – e suas restrições quando em sentenças imperativas. Acreditamos haver, sim, diferenças e traços específicos.

é hierarquia de quem emitiu o comando, ou até mesmo considerar o uso desta sentença como grosseiro, mas seu conteúdo, isto é, negar o que foi proferido não é possível.

Negar-se a agir também é possível. Todas estas “respostas” são extralinguísticas, questionamentos envolvendo outros campos (Cultura, Sociedade, Família). Mas o conteúdo linguístico não tem como ser negado. Sobre engajamento e negação cf. cap. 3.

2.4.1 Formalização

A formalização que propomos leva em consideração todos os traços levantados e compilados em 2.4.1 acima. Para isso, passou-se por outras duas formalizações até chegar nesta que proporemos (cf. Apêndice II).

Como abordamos nos tópicos que tratavam dos autores, mencionamos que Portner (2004) tem uma fórmula muito econômica, que é bem atrativa teoricamente, mas que continha nela algumas inconsistências que vemos como primordiais para a descrição precisa de um imperativo.

Com as devidas modificações, tem-se:

$$\llbracket \Phi_{\text{imp}} \rrbracket^{w, t} = [\lambda w. \lambda w': \mathfrak{C}_{(w)(w')} \text{ sse } (t'_{(w')} \wedge t^0_{(w)}), (\Box (t' < t^0) \mid \lambda x: x = Ad_{(w)}. x \text{ executa imperativo em } t'_{(w')}]$$

A interpretação de um imperativo é, sob os parâmetros de mundos possíveis w e de tempos t : há dois mundos possíveis, w e w' , tal que são relacionados sob a restrição do operador Cronos (\mathfrak{C}), se e somente os mundos forem parte de dois tempos, t' e t^0 , que necessariamente estão relacionados um após o outro (tempo de execução da ação e tempo de proferimento,

respectivamente), e que isso tem a relação com um indivíduo, e este indivíduo é o *Ad* do mundo do proferimento, e ele executa o imperativo no tempo t' que contém o mundo possível w' .

A relação dos mundos é dada pelo fator tempo através do restritor Cronos. O operador \mathfrak{C} assegura a característica da futuridade, já que toda e qualquer tipo de projeção entre mundos está sob a condição do tempo.

O indivíduo precisa ser *O* do contexto comunicativo, e ele tem que suprir a posição daquele que executará e, ao mesmo tempo, é alvo do imperativo (no caso, *Ad*). As circunstâncias dadas fazem com que *Ad* execute o imperativo no tempo e mundo mais relevantes ($t'_{(w')}$).

2.4.2 Operador \mathfrak{C}

O presente trabalho apresenta pela primeira vez o operador Cronos.

Ele surge a partir das formalizações de Kratzer (2015) e von Stechow & Heim (2002) e do operador de relação de mundos \mathfrak{R} , que nada mais é do que uma notação distinta do que apresentar a projeção dos mundos $w' < w$. Entretanto, a partir desta notação distinta, surge algumasnecessidades, inclusive a de denotar a restrição dada por certos termos nas frases, como o verbo '*ter que*' ou mesmo um verbo de crença, como '*achar*' e a projeção de mundos possíveis, enquanto o operador \mathfrak{C} restringe os tempos a serem relacionados.

A relação \mathfrak{R} segue uma escala de notoriedade: o foco é sempre levar em consideração os mundos possíveis, o parâmetro intensional w superescrito no colchete duplo, enquanto o parâmetro de tempo t é relegado em uma hierarquia inferior, sempre dependente daquele.

Há, por sua vez, alguns tipos de elementos, sejam sentenças, sejam termos, como o verbo modal *dever*, que recebe um tratamento distinto.

Levando-se em conta (17), tem-se:

(17) João deve sair daqui

A leitura da sentença é: dentre as circunstâncias atuais, João não está “fora daqui”. Por conta disso, a sentença ‘*João sair daqui*’ é verdadeira quando é possível se verificar que ele não está mais no local indicado.

Analisemos a seguinte ordem: há um mundo, o do proferimento, chamado de mundo de avaliação. Calcula-se mundos possíveis em que a exigência deôntica (obrigatoriedade) dada pelo verbo modal ‘*dever*’ cria. Este procedimento faz com que haja um recorte dentre o conjunto de mundos possíveis para um conjunto menor.

Com o primeiro recorte dado pelo modal, calcula-se a partir deste a realização da saída de João do local. Uma nova diminuição dos mundos ocorre, fazendo com que o conjunto final seja aquele em que João sai.

Entretanto, há partes que fazem com que o foco principal interpretativo seja o tempo, não um conjunto de configurações dadas pelos mundos possíveis. Dado (18) abaixo como exemplo:

(18) João deverá sair daqui

A sentença tem dois passos interpretativos: o primeiro é pensar no tempo dado pelo morfema *-rá* de futuro; depois, interpretação dos mundos possíveis em que o verbo modal *dever* em que há a necessidade de saída e sua obediência. O parâmetro *t*, na verdade, seria um limitador, um restritor de quais mundos possíveis virão a seguir.

O esquema abaixo refere-se a estes passos, de maneira simplória:

- (a) O conjunto de tempos é limitado pela restrição de $t^0 > t^{FUT}$, tal que $t^{FUT} = \{t', t'', t''', \dots, t^n\}$ e posterior ao tempo de proferimento t^0 , tal que t^{FUT} é um recorte do conjunto de todos os tempos existentes T ($t^{FUT} \subset T$);
- i. A partir de t^{FUT} tem-se já um conjunto de mundos possíveis, tal que $t^{FUT} = \{w', w'', w''', \dots, w^n\}$, uma parcela de todas as possibilidades W ;
 - ii. Dentre as possibilidades dadas por t^{FUT} , um novo recorte dos mundos possíveis é feito para que se possa interpretar e, enfim, ter-se se a sentença é verdadeira ou falsa

No caso, existe uma restrição temporal antes da restrição de mundos possíveis. Os operadores funcionariam como gatilhos de relação entre seus respectivos parâmetros, w e t , levando em consideração a interpretação mais relevante.

Outras sentenças envolvendo a relação \mathfrak{R} e \mathfrak{C} serão analisadas para se detectar seus comportamentos e corroborar para sua descrição. Alguns exemplos:

- (19) João pensou que ia chover
- (20) João pensará que vai chover
- (21) Se João receber o pagamento amanhã, irá para a balada
- (22) João pensará que vai chover mais tarde

De (19)-(22), fortalece-se a hipótese de que, sem a interpretação do parâmetro t primeiro, não é possível se alcançar a projeção de mundos possíveis para a interpretação intensional completa, a fim de obter os valores de verdade das sentenças. O mesmo vale como supracitado, para os outros exemplos também.

A hipótese do operador \mathfrak{C} é algo a ser testado, porém promissora. Sem essa restrição, inclusive, é impossível descrever devidamente a Φ_{imp} .

2.4.3 Tipo semântico

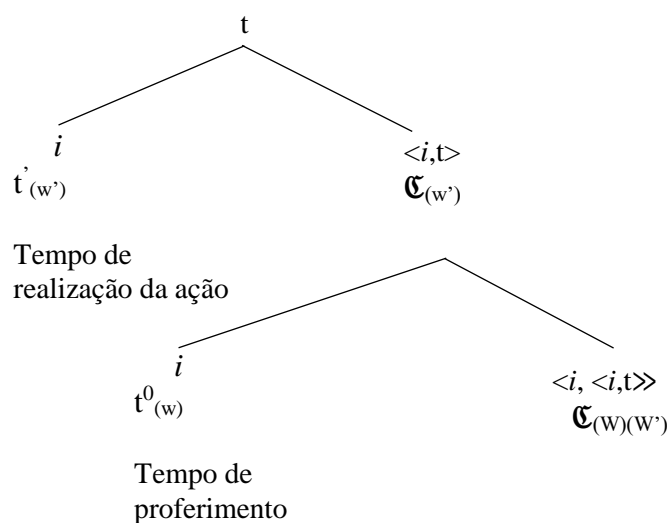
Em um processo bem breve, uma formalização semântica, de certo modo, exige que seja avaliado seu tipo.

Uma das explicações de Ad não ser um elemento da abstração está no tipo dos Φ_{imp} : $\langle i, \langle i, t \rangle \rangle$. Uma questão surge: por qual motivo $\langle i, \langle i, t \rangle \rangle$?

A primeira parte é explicada através de t^0 : considerando t^0 um conjunto de mundos, há o mundo em que este tempo é o de proferimento de Φ_{imp} ; este mundo é o de avaliação, normalmente $w^@$. A partir da seleção do mundo do proferimento (avaliação), a ordenação dos mundos leva ao da realização de p por Ad . Este mundo é o de execução de p por Ad , o mais próximo de $w^@$, o qual t' o tem em seu conjunto de mundos possíveis. Seguindo o modelo atual da Semântica Intensional (von FINTEL & HEIM, 2011), o parâmetro t recebe a tipagem através da letra i , representativa de sua natureza (da mesma forma que e é para entidade – argumentos como João, Maria; s para mundos possíveis, e assim por diante).

Uma forma de ilustrar esta composição é através da árvore a seguir:

Figura 15 - Hipótese dos tipos na composição interpretativa



Com uma sentença imperativa como *Saia daqui*, o que temos é: a partir da restrição dada pelo operador \mathfrak{C} , em que há a seleção de tempos – o do proferimento t^0 e o de realização da ação $p - t'$ -, faz-se a interpretação dos mundos em que estes tempos são parte: o mundo de avaliação, no caso $t^0_{(w)}$, o mundo em que F proferiu o imperativo, é feita a avaliação para que, seguindo a restrição temporal a outro mundo de característica próxima – $t'_{(w')}$. Ratificamos que é uma hipótese, somente, a proposta de tipagem.

2.5 Construções com imperativo

A partir do exposto somente dos imperativos, é necessário retornarmos às outras formas com as quais se é possível utilizar Φ_{imp} . Elas já foram citados no capítulo 1 (cf. 1.1.7 e 1.1.8) e agora lidaremos com a situação de forma melhor estruturada.

Para iniciar, lidaremos com as *ILCs*, ou *Imperative-like conditionals*; a seguir, trataremos das *ILUs*, ou *Imperative-like ultimatum*.

2.5.1 Imperative-like conditionals (ILC)

Uma ILC tradicional é, acima de tudo, uma construção frasal em que se encontra uma sentença condicional, e Φ_{imp} . Apresentaremos alguns exemplos para elucidá-los:

- (23) Se chover, não saia de casa
- (24) Se não chover, saia de casa
- (25) Saia de casa, se não chover
- (26) Não saia de casa, se chover

As sentenças de (23)-(26) são ILCs canônicas. Há uma parte condicional, isto é, que oferece quais condições são necessárias para que se

possa executar o ϕ_{imp} . É importante que se diga que as condicionais (ϕ_{IF})⁵² são interpretadas antes dos ϕ_{imp} , isto é, as condições de ϕ_{IF} devem se concretizar para que o ouvinte (*addressee*, ou *Ad*) possa executar a ação imperativa.

Existe uma flexibilidade sintática para as ILCs, como já apresentados pelas árvores (F) e (G), em 1.1.6: independentemente se a ordem for $\phi_{\text{IF}} > \phi_{\text{imp}}$, ou $\phi_{\text{imp}} > \phi_{\text{IF}}$, a interpretação permanecerá a mesma, como apresentado por Han (2000).

As sentenças condicionais são tidas, através da literatura, como modais, tais quais os verbos *dever*, *ter que* e *poder*, e não só, podem ser tratadas como restritoras de mundos possíveis, isto é, quando proferidas, o ouvinte interpretará as condições para a avaliação da sentença (KRATZER, 2012; von FINTEL & HEIM, 2002). Um exemplo para esclarecer um pouco este ponto.

(27) Como faço para chegar até o restaurante X?

R: Se você pegar a avenida 9 de julho, chegará no restaurante X

Quando algum falante profere (27), seguimos o seguinte processo interpretativo: O quer chegar ao restaurante. Dessa forma, escuta de F que, para que se concretize a vontade de O de ir até ao restaurante X, a resposta aponta que há certas condições para se chegar lá, o objetivo de O, isto é, se ele seguir pela avenida 9 de julho, e isto é uma condição a ser seguida, ele alcançará seu objetivo e poderá desfrutar do restaurante X.

A intuição geral é a de que as condições dadas pelo falante devem ser respeitadas para que a proposição *chegará ao restaurante X* seja, de fato, verdadeira. No caso, seriam restritores de mundos possíveis.

⁵² Da mesma forma que adotamos para o trabalho, de forma arbitrária, que as sentenças imperativas têm o substituto ϕ_{imp} , daremos o mesmo tratamento para as sentenças condicionais: ora serão ϕ_{IF} , ora serão *if-clauses*.

Agora, o problema levantado por Angelika Kratzer: segundo o operador lógico \rightarrow , é possível que O não segue pela avenida 9 de julho, mas chegaria ao restaurante X da mesma forma. E o que tem de errado com esta opção? A autora argumenta, estamos de acordo: se F profere $p \rightarrow q$, seria contraintuitivo imaginar que ele dá uma informação fortemente desnecessária, uma condição, acima de tudo, que não se precisa seguir para alcançar o objetivo de q (KRATZER, 2012).

Isso reforça, portanto, que as condicionais, quando proferidas, são exigências a serem levadas em consideração, e que, a partir delas, as avaliações precisam ser feitas. Como apresentado por von Stechow & Heim (2002), as ϕ_{IF} são restritores de mundos possíveis e, dessa forma, oferecem o caminho a ser seguido; esta restrição dada pelo uso de uma *if-clause* é o mesmo que dizer que é uma âncora de realidade que ancora mundos possíveis, isto é, os mundos possíveis restringidos por ϕ_{IF} .

Entretanto, de que forma é possível defender que ϕ_{IF} são âncoras de realidade? Imaginemos a situação de (27): F dá sua resposta a partir da condicional, que determina que tipos de mundos O deve processar (aqueles em que ele prossegue pela avenida 9 de julho). A partir desta restrição, é possível o ouvinte interpretar que os mundos em que ele chega ao restaurante serão projetados a partir daqueles em que prosseguiu pela avenida.

Ainda é possível defender isso valendo-se das sentenças contrafactuais, como (28) e (29) abaixo:

(28) Se tivesse saído, estaria me divertindo

(29) Se não tivesse chovido, teria lavado a roupa

As frases de (28)-(29) apresentam situações que não podem ser refeitas, por isso recebem o nome de construções contrafactuais. Porém, a interpretação delas é a mesma de um ϕ_{IF} qualquer: o ouvinte projeta mundos

possíveis em que ele saiu, e a partir dos mundos em que saiu, projeta os mundos em que se divertiria. A relação $w' < w$ permanece, tal qual uma ILC.

No caso de (29), o uso é idêntico: o ouvinte projeta os mundos em que não houve chuva, e a partir deles, projeta os mundos em que lavou a roupa. A ancoragem de realidade existe inclusive nestes casos.

Retomando as ILCs, se pensarmos em uma sentença como (14), temos que a interpretação a ser feita depende de como a condição se forma: para que O (de agora em diante, *Ad*), execute a ação de ϕ_{imp} (não sair), mas apenas se a condição anterior for respeitada (que haja chuva). A regra segue assim: primeiro a condicional é calculada, para que, a partir do resultado de ϕ_{IF} , ϕ_{imp} seja levada em consideração. Intuitivamente, isto fica claro, independente da ordem utilizada (segundo a flexibilidade sintática supracitada).

Entretanto, esta forma de lidar com as ILCs causa um problema: não são gramaticais sentenças como (30) e (31) a seguir:

(30) * Se houvesse ânimo, faça o trabalho

(31) * Se houve ânimo, faça o trabalho

Se seguirmos à risca o argumento $\phi_{IF} > \phi_{imp}$, sendo que $>$, neste caso, representa o caminho interpretativo, (30) e (31) seriam possíveis de se utilizar; entretanto, este não é o caso, pois ambas são agramaticais. E por que isso acontece?

Antes de responder, há que se levar em consideração qual tipo de construção vem posteriormente ao ϕ_{IF} : um ϕ_{imp} , quando utilizado, sempre carrega consigo algumas características marcantes. Dentre elas está a *futuridade*, característica que gera uma necessidade de que o tempo da ação executada seja posterior ao proferimento sempre, além de um $t^0 > t'$, em que t^0 não seja uma possibilidade já findada, isto é, um passado. Como defendemos, por se tratar de uma âncora de tempo, é ele quem determina o

tempo cabível da interpretação – restringindo-o até a condicional estar sob seu escopo.

A futuridade de ϕ_{imp} define que, independente do que vier junto a ele, deverá respeitar esta restrição temporal. A restrição, por sua vez, se mostra como um empecilho grande para o processo interpretativo das ILCs: se se interpreta $\phi_{\text{IF}} > \phi_{\text{imp}}$, por que o tempo de ϕ_{imp} tem que ser levado em consideração, enquanto o da *if-clause* é deixado para segundo plano?

Como já apresentamos no tópico da formalização, a circunstância é que imperativos são âncoras temporais, dada através da relação de acessibilidade \mathfrak{C} . O tempo de ϕ_{IF} está condicionado ao tempo de ϕ_{imp} . No caso das ILCs, o caminho $\phi_{\text{IF}} > \phi_{\text{imp}}$ é pertinente, mesmo com o tempo do imperativo se sobressaindo pelo fato de que, na verdade, ao proferir uma ILC, o falante pretende que a condicional sirva como fonte de ordenação do imperativo através da ancoragem de mundo possível \mathfrak{R} .

Seu funcionamento, em verdade, se torna o seguinte: para que O consolide a interpretação, ele precisa verificar em quais mundos possíveis ele fará a avaliação para a execução do ϕ_{imp} . O que oferece tais mundos é a condicional, isto é, em vez de ser, por exemplo, $w^{\textcircled{53}}$ o mundo de avaliação de ϕ_{imp} , será um w , e este w é dado pela ordenação dos mundos oferecida por ϕ_{IF} ; em outras palavras, ela determina sob quais condições o imperativo será executado, um subconjunto de mundos possíveis será dado, e a partir deste subconjunto será feita a avaliação para quais mundos possíveis, respeitando a futuridade exigida por ϕ_{imp} .

Em suma, o processo seria: $w' <_{\mathfrak{R}} w$, para demonstrar que, seguindo a ancoragem de mundos exigida por ϕ_{IF} ; $w'' <_{\mathfrak{C}} w'$, a ancoragem temporal de ϕ_{imp} . As relações de ancoragem definem a ordenação dos mundos.

⁵³ É por este tipo de contato entre imperativos e outras construções que justifica que a maioria das vezes o mundo w , de avaliação, será $w^{\textcircled{}}$, mas nem sempre.

Outra circunstância é o uso de ILCs com contrafactuais. Ao termos (32):

(32) Se o Japão descobriu o Brasil, saia daqui agora!

O funcionamento é o mesmo: o ouvinte só executará a ação imperativa (*'saia daqui agora!'*) caso a condicional *'Se o Japão descobriu o Brasil'* for verdadeira. Os mundos possíveis projetados de ϕ_{IF} realizado oferecem todas as características necessárias para se ter ϕ_{Imp} executado. Dessa forma, a interpretação ainda se mantém $\phi_{IF} > \phi_{Imp}$, porém a futuridade dada pelo imperativo restringe toda a interpretação da ILC.

Por fim, é notório que a restrição de mundos de ϕ_{IF} está condicionada ao operador \mathfrak{C} e, por conseguinte, a relação entre t^0 e t' : é necessário haver um recorte de mundos em que têm a possibilidade ϕ_{Imp} ser executado depois. Por conta disso, o caminho interpretativo é $\phi_{IF} > \phi_{Imp}$, mas o comportamento de todas as projeções é dado pela futuridade do imperativo, e.g., sua possibilidade de execução após a condicional.

Se pensarmos em (32) abaixo

(33) Se não chover, lave a roupa

não há porquê O entender que não precisa seguir a ordem com a condicional realizada (*'não há chuva'*); ou de estar chovendo e *Ad* lavar a roupa. Estes traços explicitam o fato de que a condição deve ser respeitada, ou não faria uso de uma ILC.

Em vias de conclusão, chamaremos as ILCs de **condicionais positivas**. Este nome é resultado de que todas as condições impostas precisam ser realizadas para que a interpretação completa da construção seja possível e pertinente.

2.5.2 Imperative-like ultimatum (ILU)

As ILUs, ou seja, *imperative like-ultimatum*, têm, por si só, um comportamento distinto das ILCs: em vez de oferecerem condições para a realização do imperativo, o ϕ_{imp} dá o caminho interpretativo para que, neste caso, a outra proposição, não se execute, pois, quando F profere uma ILU, ele não deseja que se realize a proposição q .

Adiantamos, de antemão, que consideraremos as ILUs como **condicionais negativas**, pois não se almeja à realização de uma das ações – normalmente a posterior a ϕ_{imp} .

Por exemplo

- (34) Saia ou eu atiro
- (35) Anda logo ou vai⁵⁴ perder o trem
- (36) Se esforça ou desiste logo

O ultimato se dá exatamente por ser uma escolha crucial, em uma situação crucial. Espera-se que, quando utilizado, seja a última vez que se falará sobre o assunto ou sobre a circunstância. Seu uso é marcado relevantemente pela execução do imperativo ou por sofrer as consequências de sua não execução.

Interessantemente, se (34)-(36) fossem conectados por *e*, em vez de *ou*, todos teriam outra interpretação:

- (37) Saia **e** eu atiro
- (38) *Anda logo **e** vai perder o trem
- (39) # Se esforça **e** desiste logo

⁵⁴ A segunda proposição é uma declarativa futura, como locução verbal, no caso. Outra forma seria *perderá*.

A interpretação de (37) seria um daqueles usos de *desafio*: F desafia O a executar a ação imperativa; se ele executá-la, F irá disparar. Para ser possível esta interpretação, pragmaticamente é gerada um cálculo implicatural. Se assim não for, (37) receberia o * de agramaticalidade.

Já (38), por outro lado, se torna agramatical com a conjunção. Não sabemos bem o motivo deste comportamento, nem temos uma hipótese firmada.

Sobre (39), por outro lado, ela é pragmaticamente anômala. A junção de dois imperativos através da conjunção *e*, aparentemente, cria uma espécie de noção de causa que gera a anomalia. Este tipo de circunstância prova que a interpretação de uma ILU deve levar em conta uma disjunção: é só a primeira ou só a segunda, não ambas. A conjunção permitiria esta leitura de que há a possibilidade das duas ocorrerem, e isso gera estranheza interpretativa.

A essência de uma ILU é exatamente a condição entre agir segundo o Φ_{imp} ou sofrer a consequência da outra proposição. Para que q seja verdadeiro, significa que Φ_{imp} não tenha sido respeitado. Como já dito, consideramos as ILUs **condicionais negativas** pelo fato das proposições serem uma ou outra, excludentes entre si, e o uso de uma ILU, assim como uma ILC, em que F deseja que a condição seja cumprida, aqui a condição é que O execute a ação imperativa.

Da mesma forma que as *if-clauses*, em 2.5.1, consideramos as Φ_{ULT} como âncoras de realidade que, ao contrário daquelas, ordenam os mundos possíveis de acordo com aqueles em que a proposição q não será possível de ocorrer. Os mundos relevantes são aqueles em que ocorrem o imperativo, e a partir destes, os mundos a serem interpretados são aqueles que a consequência não existe, é falsa (isto é, o ouvinte saiu e não recebeu um tiro).

2.6 Síntese do capítulo 2

No capítulo 2, perpassamos pelo campo de estudos da Semântica formal para discutir e apresentar saídas para Φ_{imp} do ponto de vista de suas teorias.

Iniciamos com a apresentação breve da área até o desdobramento da Semântica Intensional, mostrando suas características e o avanço dos estudos e análises a partir dela. A noção de mundos possíveis, citada anteriormente, agora faz parte de maneira refinada e altamente explicativa, ajudando a desenvolver e entender vários objetos antes deixados de lado – ou dispensados a outros campos.

A partir da intensionalização das análises, é possível balizar os conhecimentos para compreender que um objeto como Φ_{imp} só é passível de entendimento se modificarmos os mundos possíveis para além do mundo tido como real. A ampliação da teoria contribuiu para o entendimento, também, das noções de condição de verdade, de proposição e de tempo.

A partir de Kratzer (2012; 2015), tem-se algumas substituições pertinentes para a interpretação e abstração intensional: um mundo possível equivale a um conjunto de proposições; da mesma forma, a um conjunto de tempos. Um mundo só é aquele mundo – e nenhum outro – porque tem como características tais proposições como verdadeiras e os tempos que as determinam. Um mundo, mesmo que muito parecido, se contiver um tempo ou proposição a mais, deixa de ser o mundo anterior e começa a ser um novo. Durante a apresentação, trouxemos argumentos e referencial de Kearns (2011) e von Stechow & Heim (2011) para balizarmos e fortalecermos nosso percurso.

Este passo permitia compreender os modais *possivelmente* e *necessariamente* e suas projeções. A partir deles, as *if-clauses*, o *futuro*, entre outros tipos de sentença ou elementos linguísticos por todas as línguas. E,

como o presente trabalho apontou, discutiu e demonstrou, os Φ_{imp} .

Ainda sobre Kratzer (2015), é possível defender que alguns tipos de termos ou construções linguísticas servem como âncoras de realidade, como chamamos em seu momento. Estas âncoras são capazes de restringir mundos possíveis, e até mesmo tempos. É o caso de Φ_{imp} .

O capítulo também fez uma incursão em três teorias sobre imperativo – a da **Performatividade**, de Condoradvi & Lauer (2012); a **Modal**, de Kaufmann (2014); e **Propriedade**, de Portner (2004). A mostragem serviu para apresentarmos nossa teoria, já que cada uma delas trazia um elemento que consideramos pertinente aos imperativos, mas que julgamos não dar conta de cobrir por completo a intuição do objeto.

A performatividade é necessária, como veremos no capítulo 3, de Pragmática, por tratarmos Φ_{imp} como um ato de fala diretivo, mas não da forma que Condoradvi & Lauer (2012) trazem, embutindo na formalização semântica o que chamaremos de engajamento de *Ad*.

A noção de que Φ_{imp} é um modal, a nosso ver, um equívoco, principalmente aos moldes de Kaufmann (2014), que considera haver uma deleção do verbo ‘*dever*’ na sentença imperativa: dizer ‘*Saia daqui*’ é o mesmo que ‘*Você deve sair daqui*’. Discordamos, pois, como apresentamos brevemente, há diferença entre usos de verbos modais deônticos e diretivos, como o próprio ‘*dever*’ e ‘*ter que*’; e que, ainda que disparem a mesma interpretação do ato de fala (uma obrigatoriedade), há certas características semânticas e sintáticas que os diferem. A discussão será mais aprofundada no capítulo envolvendo o *shift pragmático* de Φ_{imp} (cf. 3.3). A parte positiva da teoria kaufmanniana é a discussão sobre *conversational background* e *commonground*, que vemos como fortemente relevante aos estudos semânticos e pragmáticos. Estas noções contribuíram, e muito, para a formalização a que propusemos neste capítulo.

Em seguida, trouxemos a teoria de Portner (2004), que descreve ϕ_{imp} como um tipo de propriedade: a de modificar o *To-Do-List* dos participantes do ato comunicativo. Um imperativo nada mais seria do que uma ação que o falante deseja que seu ouvinte tenha dentro de seu conjunto de ações também. Se F profere ‘*Feche a porta*’, ele quer atualizar o TDL de O para que também tenha nesse conjunto ‘*Fechar a porta*’. Vemos que o TDL não está de todo errado, mas consideramos que a abstração é um pouco maior: quem profere ϕ_{imp} almeja alcançar o estado de coisas ao mundo possível, não na forma de uma lista de ações possíveis, mas sim uma mudança no mundo através da linguagem. Aliás, Portner (*idem*) acerta ao dizer que os imperativos não têm valor de verdade: enquanto as sentenças declarativas devem adequar-se ao mundo, em uma direção LÍNGUA \rightarrow MUNDO, e por conta disso, serem passíveis de avaliação (se são verdadeiras ou falsas – 1 ou 0), ϕ_{imp} segue o caminho oposto: ele ocorre na direção MUNDO \rightarrow LÍNGUA, ou seja, o mundo deve adequar-se ao linguístico, sendo uma saída viável para defender o fato de ϕ_{imp} não ser passível de ter valor de verdade. Por fim, valemo-nos de parte da formalização do autor, mas a consideramos incompleta, por não tratar das projeções de mundos possíveis através da noção do tempo (futuridade).

Este traço de futuridade, inclusive, é o que nos permitiu discutir a favor do que chamaremos de operador *Cronos* (\mathfrak{C}): como uma âncora de realidade, os imperativos restringem os mundos de ocorrência de sua proposição através da noção temporal. É válido defendê-lo, pois, assim como outros tipos de construções com a presença de ϕ_{imp} , as ILCs e ILUs, sofrem a mesma restrição para que ocorra suas interpretações. Mais testes precisam ser feitos em relação ao operador, mas ele serviria, de antemão, para determinar que tipo de fator restringe a projeção: se será o parâmetro t ou o parâmetro w . É por conta disso que batizamos **Teoria da Ancoragem de Tempos** (cf. 2.4).

Com estas peças em mãos, justificamos e propusemos, juntos às características de imperativo, sua abstração interpretativa. A partir desta, é possível visualizar a ancoragem e ordenação dos mundos segundo o operador *Cronos*.

A partir da formalização, direcionamo-nos a dois tipos de construções típicas com Φ_{imp} : as *imperative-like conditionals* (ILC) e *imperative-like ultimatum* (ILU). Para a primeira, argumentamos que a condicional necessita de realização para que uma ILC possa ser considerada verdadeira: o falante que a profere quer que o ouvinte a interprete com a condição saturada. Para que isso se concretize, há a ancoragem exigida por Φ_{IF} , é possível termos os mundos de avaliação e realização da ação imperativa. O operador \mathfrak{C} atua para resguardar que a ILC obedeça o tempo necessário para ocorrência de Φ_{imp} .

Através do campo da Semântica formal, apresentamos, discutimos, trouxemos teorias e propusemos a nossa saída, que adotamos como mais viável aos imperativos. Testes são necessários para confirmação, para fortalecerem nosso ponto de vista e teoria.

Algumas lacunas deixadas proposidatamente serão trazidas no próximo capítulo, em que trataremos de Φ_{imp} a partir do campo da Pragmática: a noção de *Ad*, assim como sua participação na realização da ação *p* e de que forma ocorre sua interpretação.

3. PRAGMÁTICA

“Além da questão, que foi muito estudada no passado e que diz respeito ao que certa enunciação *significa*, há uma outra questão que diz respeito a qual era a *força*, como a chamamos, da enunciação. Podemos ter absoluta clareza do que significa a frase ‘Feche a porta’ e ainda não ter clareza sobre a questão adicional de determinar se, quando enunciada em determinada ocasião, foi u ma ordem, um apelo ou sabe-se lá o quê. Precisamos, além da antiga doutrina a respeito dos significados, de uma nova doutrina sobre todas as forças possíveis das enunciações (...) seria de grande ajuda (AUSTIN *apud* LEVINSON, 2007, p. 300)

À luz do discutido até então, voltemo-nos ao campo da Pragmática para consolidar a explicação de que os imperativos necessitam da análise via interface com a Sintaxe e a Semântica.

A partir de então, tomaremos a parte final do percurso: a partir da Pragmática é que se pode ajustar as últimas peças para a construção do quebra-cabeça que é o Φ_{imp} . É neste campo que ocorre a seleção do realizador da ação imperativa (*addressee* ou *Ad*), por motivos de engajamento a partir da *força diretiva* e, por conseguinte, da *força perlocucionária* e seu efeito sobre o ouvinte.

Para explicar melhor através de qual perspectiva realizaremos a análise, tomaremos como base o texto de Oliveira (1996), que retrata e discute os pontos cruciais das teorias dos atos de fala (TAF) de John Austin e John Searle. Outro em que nos embasaremos é a síntese feita por Levinson (2007) em sua obra *Pragmática*. Reservamos o tópico 3.1 para isto.

Sobre a força diretiva de Φ_{imp} há uma questão de que, além da interpretação de ‘*ordem*’, há também como ‘*sugestão*’ e ‘*conselho*’. Dessa forma, realizaremos, também, uma breve discussão que nos motiva a propor a interface – somente a *força diretiva* não é capaz de definir o que é Φ_{imp} em si. As variâncias, juntamente ao aspecto das teorias de turnos de fala e a necessidade de contextos específicos serão trabalhados em 3.2 e 3.2.1.

Para 3.3, o espaço fica a critério da descrição de como ocorre o que chamamos de *engajamento de Ad*. Argumentaremos que, por conta desta apreensão pragmática, que denominaremos de *shift pragmático*, é possível defender que a restrição pragmática de ϕ_{imp} seja exclusivamente esta. A obrigatoriedade gerada por FD do imperativo necessita de uma interpretação em que *Ad* é colocado como agente da ação. Ao final do tópico, proporemos um esquema de interpretação, nos moldes do que Grice (1975) faz para o Princípio Cooperativo e as Implicaturas Conversacionais.

Ao final, em 3.4, concluiremos a partir de uma síntese das ideias defendidas por todo o capítulo em relação ao campo pragmático e o objeto de estudo do presente trabalho.

3.1 Os atos de fala

A Teoria dos Atos de Fala nasceu, em verdade, das leituras dos textos do segundo Wittgenstein por filósofos da linguagem, tendo como nome principal J. Austin. A base de sua discussão se inicia ao pensar que, na realidade, a linguagem é um modo de fazer com que ações também aconteçam, é uma forma de falar-e-agir simultaneamente. Inclusive, é a partir da teoria de Austin que é possível inserir a linguagem humana como uma forma de comportamento humano, algo que, ao menos pelas teorias, tentava-se separar bastante.

Austin argumenta que existem procedimentos convencionais geradores de um efeito conversacional. Falar, em certas condições e contextos, exigem convenções pré-estabelecidas.

As pessoas devem ser as adequadas, pois se alguém não o for, a

realização do ato se torna *infeliz*⁵⁵. Imaginemos a situação a seguir:

- (1) Padre aos noivos: Eu vos declaro marido e mulher
- (2) Padre ao neném: Eu o batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo
- (3) Juiz: Eu declaro o réu culpado
- (4) Presidente da assembleia: Eu declaro a sessão aberta

Em (1), havendo o contexto matrimonial da igreja católica apostólica romana, a figura do padre proferirá que os noivos, diante dele, estão, a partir daquela sentença, casados. É este tipo de construção que Austin queria lidar: ao mesmo tempo em que o padre pronunciou cada um dos fonemas ordenadamente, uma ação se realizou – a de executar a mudança de estado⁵⁶ de duas pessoas, presentes perante ao altar, ambas consensualmente estavam ali por vontade própria. Este é um tipo de ato de fala (AF) bem sucedido.

Entretanto, imaginemos uma situação inadequada: João, um professor de dança, está caminhando pelas ruas do centro de sua cidade, vê duas pessoas conversando, aproxima-se e diz: *‘eu vos declaro marido e mulher’*. A ação do ato não tem sucesso, pois as pessoas não são adequadas, o contexto e o momento também não o são, e mais, toda a questão de convenção relacionada ao local de execução do ato de fala não existe, e.g., seu contexto específico. Inclusive, João poderia ser padre, com todas as licenças para efetuar um casamento, mas sem estarem em uma igreja, com todas as condições estabelecidas, ele não poderá casar duas pessoas na rua aleatoriamente por ter o “poder” de fazê-lo. Um AF exige uma conjuntura completa para ser bem

⁵⁵ A tradução do original ficaria *felicidade/infelicidade*. Preferiremos o uso de *sucesso/insucesso*, por capturar melhor o sentido que queremos impôr ao trabalho.

⁵⁶ Atualmente, o padre – ou qualquer figura à frente das instituições religiosas - apenas realiza o matrimônio religioso e, em raros casos, há em meio à cerimônia religiosa a realização do casamento civil, com assinatura da ata por testemunhas e pelos noivos. De qualquer modo, a ideia é citar que a realização com todos os integrantes convencionalizados permite-nos interpretar o ato de fala como bem executado, com felicidade – ou sucesso.

sucedido, ou, então, falhará.

O mesmo se passa em (2) e (3): se não for devido o local de batismo, qualquer pessoa pode derramar água na cabeça de um bebê e proferir que está sendo batizado em nome de quem quer que seja, que o batismo não se concretizará. Da mesma forma que um cidadão, que não o juiz, proferir o ato de fala da declaração de sentença não fará com que o ato seja realizado.

Os exemplos de (1)-(4) são exemplos tidos como atos de fala explícitos, por ter em uma construção, junto a um verbo específico (chamado de verbo de ato de fala, ou performativo), em contexto e momento específicos. Eles cumprem, todos, as regras de realização dos atos, contidos em Levinson (2007, p. 291):

(5) A. (i) Deve existir um procedimento convencional que tenha um efeito convencional;

(ii) As circunstâncias e as pessoas devem ser adequadas, conforme especificado no procedimento

B. O procedimento deve ser executado (i) corretamente e (ii) completamente

C. Muitas vezes, (i) as pessoas devem ter os pensamentos, sentimentos e intenções requeridos conforme especificado no procedimento, e (ii) se a conduta consequente é especificada, então, as partes relevantes devem ater-se a essa conduta

O que é muito caro à teoria é a noção de existir um procedimento convencional anterior para que se possa gerar um efeito conversacional (regra A.i). É o que temos em (1), (2) e (3) acima.

Usando (1) como exemplo, ele (i) tem um procedimento convencional que tem efeito convencional que é o de formalizar a relação conjugal por via do matrimônio; (ii) as circunstâncias e as pessoas são adequadas – o padre, ou a pessoa cujo cargo tem este tipo de poder e os dois membros, ainda noivos, interessandos e consensualmente presentes para a formalização do

laço matrimonial; (iii) os noivos desejam sair dali como cônjuges, têm esta intenção e a vontade para que isso se realize, da mesma forma que o procedimento faz com que o padre execute o ato de acordo a firmar-se este contrato e, também, todos eles sabem os procedimentos ou são orientados sobre como devem proceder estando sob aquela circunstância da conduta – ajoelhar-se, ficarem em pé, de frente um ao outro, repetir as palavras, etc.

A partir de (4), Austin mostra que dentro de um ato de fala há, na verdade, outros três tipos de atos: o *ato locucionário* - a enunciação de uma sentença com sentido e referência determinados; o *ato ilocucionário* - o ato de fazer uma declaração, oferta, promessa, etc, ao enunciar uma sentença, em virtude da força convencional associada a ela (ou à sua paráfrase performativa explícita); e o *ato perlocucionário* - o ato de causar efeitos no público por meio da enunciação da sentença, sendo tais efeitos contingentes às circunstâncias da enunciação (*idem*, p. 300).

Como em (3), por exemplo, temos a seguinte descrição: o *ato locucionário* (AL) é o proferimento ‘*Eu declaro o réu culpado*’. É simplesmente a locução, é a sentença como foi proferida.

Seu *ato ilocucionário* (AI) é o de ‘*fazer a condenação de um réu*’, do mesmo jeito que existem outros tipos, como *prometer, duvidar*, etc. A partir do ato locucionário, o falante do ato de fala oferece à audiência qual a força a ser interpretada para que se compreenda qual é a ação a ser realizada.

Por fim, o *ato perlocucionário* (AP) de (3) pode ser que todos os presentes compreendam que aquela pessoa sob julgamento, antes inocente, agora é colocada na condição de alguém que cometeu um crime, isto é, culpado. Este ato, aliás, como já dito anteriormente, é de difícil previsão, pois seus efeitos podem ser inúmeros, dentre os pretendidos pelo falante, ou mesmo alguns compreendidos pelo ouvinte.

Para que seja possível a discussão e avaliação destas semelhanças e diferenças, primeiramente, um fato determinante: utilizaremos um recorte de todo ato de fala e focar-nos-emos apenas em dois dos três: ato ilocucionário

e ato perlocucionário. O ato locucionário, a nosso ver, já tem seu melhor tratamento dado pelo campo sintático, nos capítulos 1 e 2 acima.

Não obstante, a parte da análise que advém da Pragmática se dá na força diretiva, que mesmo estando presente em [IMP], mais precisamente em [directive], é por conta desta força que o falante envolverá e engajará o ouvinte com quem compartilha a cena comunicativa, derivada do ato ilocucionário. Ainda em se tratando da Sintaxe, acreditamos que o nó funcional SpeechActP aloca o ato de fala diretivo imperativo: *'Eu ordeno que p'*. A conjunção entre o operador [directive] e o nó funcional é primordial, embora não substitua a parte pragmática da análise de Φ_{imp} .

Por último, é importante também citar a questão de que, ainda que de extrema importância, o ato perlocucionário será o divisor de águas entre os verbos modais e Φ_{imp} . É nele que ocorre o *shift pragmático*: o momento em que há o *engajamento de Ad* como realizador da ação imperativa.

3.2 Obrigatoriedade de ação

O tópico recebe o nome com um termo entre parênteses pelo fato de que nos valem mais da proposta de Austin do que de Searle. É no ato ilocucionário onde se é possível codificar as forças dos atos de fala, e não é diferente para a força diretiva.

Se tivermos um Φ_{imp} qualquer, a primeira interpretação da força é a de que imperativos, a partir da força diretiva, exprimem ordem. É de onde partimos.

Por exemplo:

(6) Saia daqui

Em uma análise básica, o falante profere (6) com a intenção de que o ouvinte, ao escutá-la, entenda duas coisas: (a) ele precisa agir de acordo com

a ação em um tempo futuro, e (b) esta ação ainda não ocorreu. A decodificação de FD como *ordem* é explícita, exatamente pelo entendimento de O. Porém, nem sempre *ordem* é a interpretação possível de ser feita sobre a FD: há também momentos em que se interpreta como *conselho* ou *sugestão*.

Uma de nossas hipóteses é que o turno de fala (LEVINSON, 2007) influencie diretamente nesta interpretação desviante: de certo modo, aconselhar ou sugerir algo a alguém requer um pedido anterior, um questionamento, o que faria que a força diretiva permitir a interpretação de *conselho* ou *sugestão* apenas serviriam como respostas, isto é, não podendo iniciar uma conversa com uma delas. O padrão da FD é a *ordem*. Entretanto, há formas de ordens mais “amenas”. Tomemos (7) e (8) abaixo:

- (7) A: Como faço para ir daqui para São Paulo?
B: Compre a passagem no guichê da Empresa Cruz
- (8) C: O que você acha que eu devo fazer para passar no vestibular?
D: Estuda mais, só isso

Em (7), A questiona B para saber como deve proceder já que deseja ir a São Paulo, mas não sabe como fazer. B o contesta, com um ϕ_{imp} , dizendo que ele precisa agir de determinada forma para conseguir alcançar seu objetivo: e este caminho é ir comprar a passagem no guichê da Empresa Cruz. A sugere que B realize p , e este p é uma forma de obter, também, o conhecimento que buscava anteriormente.

O mesmo ocorre para C, em (8): seu questionamento objetiva saber algo novo, ou melhor, quer um conselho de como alcançar aquele objetivo (passar no vestibular). D profere ϕ_{imp} no sentido de aconselhar C que executar p é a solução para seu problema. O aconselhamento é feito com o objetivo de, também, demonstrar que tipo de ação C precisa começar a ter para alcançar sua aprovação.

3.2.1 Força (Ilocucionária) Diretiva

Em relação à força diretiva especificamente e suas nuances, vamos dispor de alguns exemplos, para desenvolver melhor a argumentação a seguir:

- (9) Pegue o trem 5
(10)A: Como faço para ir até o centro?
B: Pegue o trem 5
(11)A: Qual é o melhor jeito para passar nas provas?
B: Estuda, estuda muito.
(12)A: Qual é o melhor jeito para passar nas provas?
B: Se quiser passar, estuda muito
(13)A: Qual é o melhor jeito para passar nas provas?
B: Estuda ou não passará em nada.

Em (9), temos uma *ordem* prototípica, um uso de Φ_{imp} padrão.

Quando usado em um segundo turno de fala, como resposta a uma solicitação em (10) e (11), a força a ser interpretada é a de *conselho*.

Para (12), inclusive, a ILC no lugar da resposta apenas com Φ_{imp} demonstra que a presença da condicional junto ao imperativo disponibiliza como interpretação um conselho também. Da mesma forma que em (13), a ILU se mostra com outro objetivo: quem perguntou uma forma de passar nas provas recebe, como contestação, um *alerta*, que para se concretizar o objetivo da aprovação não tem opção: ou é agir segundo Φ_{imp} , ou é não passar nas provas.

A partir do exposto, defenderemos que há uma conjunção de fatores que podem levar às interpretações que não seja *ordem* para FD: (a) o turno de fala ser uma resposta (não é comum proferir uma *sugestão* ou *conselho* de início em uma conversa); (b) a hierarquia entre os falantes, normalmente, *conselhos* ou *sugestões* são dadas para desconhecidos ou pessoas menos próximas socialmente; (c) um processo implicatural, causado por polidez

(LEECH, 2016).⁵⁷ De todas as formas, mantemos que a força diretiva de ϕ_{imp} tem que ser a *ordem*, mas é possível realizar outras através destas características, podendo ser algumas, senão todas ao mesmo tempo.

Outro aspecto das modificações interpretativas de FD estão no fato contextual mais relevante: se um professor diz para sua sala '*Façam a tarefa*', ele, em seu papel hierárquico superior, não quer apenas aconselhar, ou mesmo alertar, mas ordena que seja executada a realização da tarefa.

Da mesma forma que um completo desconhecido aborde alguém em uma plataforma ou estação de trem, querendo saber qual trem o levará a determinado local da cidade, valer-se de ϕ_{imp} para ordenar seria, minimamente, grosseiro; para tal, a FD é entendida como aconselhamento. Um elemento não explorado pelo presente trabalho, mas que é possível influenciar no aspecto de polidez do imperativo é o fator prosódico: o tom com que se profere cada fonema, se for afável, embora seja uma ordem expressa, ele não soaria grosseiro.

Isso também vale para o fato da ILU: não somente como ameaça, que seria sua interpretação da força *default*, mas há o entendimento através de um alerta. Inclusive, é possível, em português brasileiro, introduzirmos algum tipo de expressivo como *Olha, Veja bem, Hum, Para ser sincero*, entre outros.

- (14) **A:** Como é o melhor jeito para passar nas provas?
B: *Olha*, estuda ou não passará em nada.
- (15) **A:** Como é o melhor jeito para passar nas provas?
B: *Veja bem*, estuda ou não passará em nada.
- (16) **A:** Como é o melhor jeito para passar nas provas?
B: *Hum*, estuda ou não passará em nada.
- (17) **A:** Como é o melhor jeito para passar nas provas?
B: *Para ser sincero*, estuda ou não passará em nada.

⁵⁷ Isaac Miranda (comunicação pessoal) contestou várias de nossas perguntas e dispunha de seu tempo para discussões e argumentou que na cidade de São Paulo, local de seu nascimento, ele verificava uma diferença entre ser a conjugação de 2ª e 3ª pessoas (*Lê x Leia*), e que esta diferença faria com que a FD fosse interpretada como '*ordem*', quando em 2ª pessoa, e das formas de '*conselho*' ou '*sugestão*', em 3ª, podendo ser outro traço para se identificar a diferenciação, como uma forma de implicatura generalizada (GRICE, 1975; LEVINSON, 2007).

Outro aspecto que é cabível de se discutir sobre a força diretiva é o fato de questões sociais ou hierarquias bem estabelecidas. Casos como os a seguir soam estranhos por conta da hierarquia tradicional ser desfeita, embora possíveis de serem utilizados:

(18) Mãe: Que horas você vem para casa?

Filho: Me busca agora.

(19) Chefe: O que você quer que eu faça por você?

Empregado: Aumenta meu salário.

(20) Professor: Alguma problema?

Aluno: Você dá muita tarefa, para de dar tarefa!.

Quando ϕ_{imp} é utilizado como em (18)-(20), ele será capaz de veicular força diretiva tal qual discutido até então por todo o trabalho. A estranheza não está no conteúdo (forma e força), mas na questão de hierarquias sociais, algo externo ao linguístico. A sensibilidade contextual não se reflete na força, mas em elementos extralinguísticos. Inclusive, é por conta deste tipo de situação que, no próximo tópico, lidaremos com a noção de diferenciação entre ϕ_{imp} e modais a partir da negação.

Por fim, como último traço da força diretiva, temos que as mudanças no ato ilocucionário se dão por alguns tipos de pistas: como já verificamos, as contextuais, em que a condição do que os membros do ato comunicativo exigem, assim como o turno de fala, já que, como resposta, ϕ_{imp} tende a perder sua interpretação de ordem para conselho, sugestão, e até mesmo alerta. Uma outra forma de detectar como o contexto disponibilizaria tais nuances, está no fato de não ser uma situação comum, como em uma pergunta de uma pessoa desconhecida na estação de trem, ou mesmo de uma necessidade circunstancial, no caso dos estudos e da aprovação nas provas.

Por conta disso, defendemos que é por um cálculo implicatural que alcançamos as outras interpretações de FD.

3.3 O *engajamento* de *Ad* e o *shift* pragmático

O *engajamento* do ouvinte no contexto de proferimento, é algo essencial para Φ_{imp} ser compreendido. O termo *engajamento* vem da construção, também em inglês, *at-issuing*⁵⁸, que, a nosso ver, foi preferivelmente traduzido para *engajar* em vez de *obrigar*, já que os modais geram este tipo de interpretação – a obrigatoriedade de algo. A escolha foi meramente circunstancial, a fim de não haver confusões entre Φ_{imp} e verbos modais.

E o que é este *engajamento*? É o traço pragmático quando se profere Φ_{imp} : o falante utiliza-o de forma que sua audiência, a quem se dirige, se sinta impelida

a agir de tal forma e não de outra. E somente aquele a quem se dirige e a nenhum outro membro: o interlocutor de F. Diante da interpretação, o ouvinte sabe que a ação deve ser realizada por ele e mais ninguém. É algo válido, pois, se *Ad* questionar o uso de Φ_{imp} , sua contestação, de forma alguma, recairá sobre o proferimento, mas sim sobre as condições sociais, hierárquicas daquela realização:

(21) Filho para mãe: Sai daqui do meu quarto

Mãe: E você é quem para falar assim comigo?

(22) Aluno para professor: Fecha a porta aí

Professor: Por que não levanta e fecha a porta você mesmo?

O questionamento recai sobre a capacidade de quem usa um imperativo, não sobre o imperativo em si. Isso é interessante, já que seu uso, ainda que em contextos indevidos, faz com que seja executado o processo de

⁵⁸ Agradecemos à professora Craige Roberts que, durante sua participação no II Colóquio de Semântica Referencial, em 2017, na UFSCar, contribuiu demais ao trabalho sobre a questão pragmática e sua importância na interpretação de Φ_{imp} . Ela, durante sua fala, utilizou *at-issuing*, e a partir de então a adotamos sob a tradução de *engajamento*.

engajamento de *Ad*, seja ele quem for.

É por conta deste manejo, a partir da Pragmática, que é possível detectarmos, por exemplo, uma cabeça funcional, a *Jussive head* (ZANUTTINI *et al.*, 2012, cf. cap. 1), que restrinja os sujeitos de ϕ_{imp} às 2^a pessoas presentes no ato comunicativo. Vemos, da mesma forma, que o impedimento de aparecimento de uma 3^a pessoa efetiva, como *ele/ela*, em vez de quantificadores como *ninguém*, *todo mundo*, *alguns*, etc, seja dado por conta do *engajamento*.

Para tal, construiu-se um esquema de interpretação, aos moldes de Grice (1975) e Levinson (2007), para corroborar com a explicação e ficar mais organizado. Dividimos em duas condições de sucesso: (α) o esquema interpretativo pragmático que ocorre após o proferimento de ϕ_{imp} ; (β) o *engajamento* de *Ad*, como se procede. Chamar-se-ão de *Princípio α* e *Princípio β* , respectivamente. Ei-los:

(α) - Esquema interpretativo de ϕ_{imp}

F profere imperativo *p* qualquer na presença de O no ato comunicativo, para que:

- (i) F e O compreendem que se trata de um imperativo;
- (ii) F e O sabem que não se trata de um estado de coisas do mundo *p*;
- (iii) O é capaz de executar *p* em um tempo após seu proferimento;
- (iv) O é a quem se dirige *p*, fazendo-o ser o destinatário (*Ad*) e agente (*Ag*) de *p*;
- (v) O executa *p* após seu proferimento;
- (vi) Há mudança epistêmica do mundo após O executar *p*

A partir de (α .iv), é necessário condicionar o que é *Ad* e seus traços a serem respeitados. Estes traços, dados pelo *Princípio β* , recebem o nome de *shift pragmático*: pragmaticamente, quando proferido um ϕ_{imp} , há duas fortes necessidades, sendo elas (a) a possibilidade de execução da ação por parte de O, também chamado de *Ad*; (b) a partir desta capacidade ser detectada, *Ad*,

além de agente da ação, é *engajado* a ser o realizador da ação.

A locução *shift pragmático* é advinda da questão de que o campo pragmático modifica a interpretação de maneira a respeitar as condições de sucesso do imperativo: (a) ter um ouvinte que identifique a ação a ser executada; (b) ele possa executá-la; (c) ele é impelido a executá-la. Por isso, o termo *shift*: há uma guinada em relação a quem executará o imperativo, e não só, é por conta desta configuração que um ouvinte é capaz de se tornar agente.

Dessa forma, temos o princípio de *engajamento de Ad* :

(β) - Sobre *engajamento de Ad*:

- (i) *Ad* é o mesmo que O no contexto comunicativo;
- (ii) *Ad* é capaz de executar a ação do proferimento de *F*, isto é, consegue ser agente da ação (*Ag*);
- (iii) Havendo descumprimento ou de (i), ou de (ii), ou de ambos, o estado de *Ad* é inexistente, tornando o imperativo não realizável.

Com a esquematização interpretativa que gera o *engajamento*, também é o que gera o *shift pragmático*: as restrições de sujeito recaem no âmbito em que se avalia *Ad*, a partir de (α .iv) também. O esquema β está inserido no esquema α : existem regras a serem respeitadas para que o *engajamento* seja efetuado, e estas regras são dadas por β . Inclusive, relacionar *Ad* ao ouvinte do momento comunicativo é feito nestas passagens.

Caso (α .v) não se efetive após o Princípio β , o imperativo é interpretado como inadequado, pois não cumpre o requisito essencial que é a realização da ação *p* e, por conseguinte, a mudança epistêmica (α .vi).

E é a partir dos dois esquemas apresentados por α e β acima, que também podemos fazer um paralelo com o ato de fala de [IMP]: o *ato locucionário*, o proferimento fonologicamente pronunciado, abrange (α .i) e

(α .ii), por serem linhas de reconhecimento do contexto e da sentença por F e O.

O ato *ilocucionário*, por sua vez, envolve a interpretação de (α .iii) e (α .iv), assim como todo (β) – (β .i), (β .ii) e (β .iii). Isso ocorre pois é quando a diretividade ([directive]) é trazida para o mecanismo, precisando de cumprir as restrições de quem é *Ad*, a necessidade de ser agente da ação, e as características obrigatórias para que o *shift pragmático* seja executado de forma completa.

Por fim, o ato *perlocucionário*, parte extremamente importante para um imperativo, pois é quando o efeito do proferimento é a execução da ação (ou a não execução, ou a interrupção de uma em curso), como podemos ver em (α .v) e (α .vi), já que a execução de *p* é efetivada e há a mudança epistêmica devida, inexistente antes do uso do Φ_{imp} .

O ato de fala diretivo fica completo, e cada trecho tem seu mecanismo interpretativo próprio, suas restrições e suas exigências. O *shift*, por sua vez, é determinante, a partir da Pragmática, para se compreender Φ_{imp} .

A Sintaxe oferece a possibilidade de uma alocação morfossintática dos imperativos, assim como o fato de haver um operador abstrato [IMP] que codifica o que o verbo a ser tratado como imperativo (não existente em usos de verbos modais, como '*ter que*'). Inclusive, há um nó funcional para alocar o sujeito de imperativo. Mas não é neste campo que ocorre todo o processamento, inclusive o de estabelecer este *engajamento* do realizador em potencial da ação.

Através da Semântica, Φ_{imp} é um tipo de âncora de realidade, mais especificamente âncora de tempos. A realização está condicionada ao processo temporal, mas ainda não é possível solicitar a quem escute Φ_{imp} a executar a ação.

À Pragmática, por sua vez, resta o fato de *Ad* ser o executor e como

isso se dá – *shift pragmático*, além dos princípios interpretativos α e β , propiciadores do entendimento de quem profere Φ_{imp} almeja este resultado. Por conta desta capacidade de *engajamento* que se justifica o fato da interface entre os três campos, proposta pelo presente trabalho.

3.4 Síntese do capítulo 3

O capítulo 3 serviu para lidar com Φ_{imp} a partir da perspectiva do campo da Pragmática, através da noção dos atos de fala, de Austin e Searle, através das obras de Levinson (2007) e Oliveira (1996), que discutem os pontos principais: os atos de falas são divididos entre três tipos de atos, sendo eles, respectivamente, *locucionário*, em que é a sentença fonologicamente pronunciada; o *ilocucionário*, local em que se instala a capacidade de se interpretar qual a força que aquela sentença veicula (promessa, perdão, ordem, sugestão, entre outras); e, por fim, o *perlocucionário*, onde ocorre o efeito do agir que é típico do ato de fala, essencialmente extralinguístico (se o falante prometeu, é quando executa-se a ação de cumprir a promessa, de ordenar, que o ouvinte deve agir daquela forma, etc).

A noção de que, quando pronunciado Φ_{imp} , não há somente a interpretação de *ordem*, mas também de ‘*sugestão*’, ‘*conselho*’ e ‘*alerta*’. Pudemos ver, a partir dos exemplos, que o turno de fala ser o de resposta a alguma requisição interfere na capacidade interpretativa da força diretiva. Definimos que o padrão é a *ordem*, e que estes desvios são frutos de inferências implicaturais, já que, se alguém requisitou um conselho ou sugestão, não teria como interpretar como uma ordem vinda de seu interlocutor a resposta.

Aliás, não somente pela morfossintaxe, mas também por outros dois aspectos que Φ_{imp} se diferem dos modais de necessidade: propusemos uma forma de avaliar o *engajamento* de *Ad* e o *shift pragmático*, fatores

determinantes para Φ_{imp} : a partir da Pragmática é que se consegue compreender as restrições de pessoa (2ª pessoa do singular ou plural) e a capacidade de compreensão do ouvinte que é para ele agir, executar uma ação. Os esquemas interpretativos α e β apontaram, respectivamente, o processo de entendimento do imperativo e, dentro dele, a restrição do elemento *Ad* e o que chamaremos de *engajamento* de *Ad*. O papel da Pragmática é o de modificar e restringir certos pontos, e estes foram explorados em α e β .

Por fim, Φ_{imp} tem, em si, um sistema subjacente muito complexo, que demanda a análise e discussão a partir de uma interface desde a Sintaxe, Semântica formal e também a Pragmática. Pelo ponto de vista da Pragmática, justificamos o atual capítulo para abordar e desenvolver os tópicos principais deste campo e as características do objeto.

No próximo capítulo, por sua vez, valer-nos-emos de todas as discussões e apresentaremos as engrenagens de todos os campos em funcionamento com os imperativos.

4. ENTRELAÇAMENTOS

”E sendo isso a coisa mais importante do mundo, e onde a precipitação e a prevenção são o que mais se deve temer, e sem ter primeiramente empregado muito tempo a me preparar para isso, tanto desenraizando de meu espírito todas as más opiniões que aceitara antes daquele tempo, como acumulando experiências, para servirem de matéria aos meus racícnios, a fim de nele(s) cada vez mais firmar-me (DESCARTES, 2011, p. 42)”

De início, o presente capítulo tem como objetivo apresentar uma aplicação da interface, levando em consideração exemplos disponibilizados durante todo o texto. Quando necessárias, certas explicações serão retomadas.

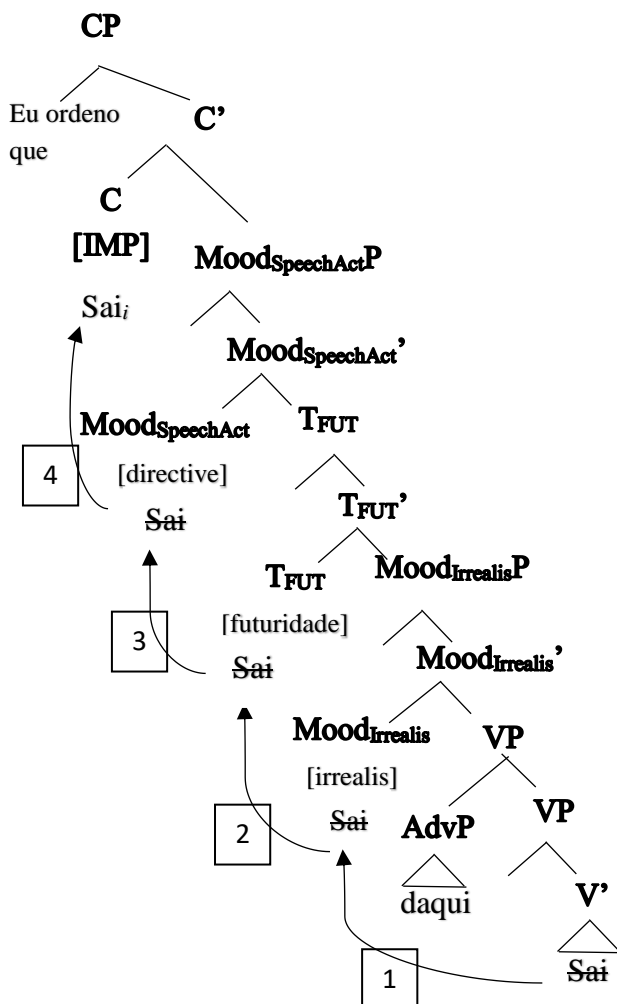
4.1 O girar das engrenagens

4.1.1 Do ponto de vista sintático

De antemão, trazemos a nossa proposta sintática reformulada em relação à ideia de Han (2000), logo abaixo:

(M)

Figura 16 - Árvore sintática revisada para a sentença *Sai daqui*



Como já argumentado, questionamos a colocação dos operadores [directive] e [irrealis] como núcleos à esquerda, simultaneamente ao locus do verbo_i, local em que o verbo a ser interpretado como imperativo se instalará, criando um paradoxo, como postulou Kayne (2005), em que cada traço tem que ter apenas uma projeção. A reformulação visa melhorar a

formalização de Han (2000), respeitando as ideias daquele autor.

Optamos, por outro lado, apenas representar a parte mais alta da estrutura profunda. Para Cinque (1999), inclusive, o **[irrealis]** está abaixo de TFuture e TPast, o que corrobora com nossa hipótese: os imperativos projetam-se sempre ao futuro, e os advérbios que se acoplam a sentenças imperativas são sempre aqueles de futuro (cf. 1.2, 1.2.1 e 1.2.2) ou recebem a interpretação de futuro (no caso dos advérbios referentes de presente ‘já’, ‘nesse instante’ e ‘agora’).

A sentença imperativa ‘Sai daqui’ tem quatro movimentos do verbo Sai, representados pelas setas de 1-4. O verbo interpretado como um imperativo faz três verificações de traços: o primeiro, do traço *irrealis*, como uma ação que ainda não está realizada. Este traço se concretiza a partir do operador **[irrealis]** como núcleo de Mood_{Irrealis}P.

Em seguida, o verbo se move para valorar a *futuridade*, amplamente defendido por este trabalho como uma característica essencial do objeto em questão. O operador **[futuridade]** é verificado como núcleo em T_{Fut}P, mais um nó funcional de Cinque (1999).

Por sua vez, verifica-se a *diretividade*, a força que contribui para o engajamento de Ad e para que o ouvinte compreenda que a ação deve ser executada após seu proferimento. Com estes três movimentos, a hierarquia de Cinque (1999) se mantém, além dos traços serem relevantes.

Retomando a ideia do nó jussivo (ZANUTTIN *et al.*, 2012), contendo o pronome ‘você’, como em ‘Você sai daqui’ ou ‘Sai daqui você’, é pertinente e relevante para a discussão. É possível defender que a presença deste nó para alocar o *addressee* é relevante. Sua relevância está, no caso, de ser mais um argumento para a análise via interface dos imperativos: na Sintaxe há a alocação de quem irá realizar a ação imperativa, dada pela Semântica e pela

Pragmática também.

Das locuções imperativas, por sua vez, seguem o mesmo modelo de ‘*Trata de*’ (cf. 1.4.1), principalmente por elas terem preposições. Entretanto, há o ‘*Pode*’, que defendemos ser um imperativo por desvio do uso tradicional do verbo modal de possibilidade *poder*. Uma maneira de demonstrar que uma sentença como ‘*Pode sair daqui*’ tem um uso distinto de outros, é a impossibilidade de permuta entre ‘*pode*’ e ‘*é possível que*’:

- (1) Pode chover hoje
- (2) É possível que chova hoje
- (3) Pode tirar o cartão
- (4) É possível que* tire o cartão⁵⁹

Os exemplos (1) e (2) são permutáveis entre si: o significado de ambos se equivalem. Todavia, quando nos atentamos a (3) e (4), há a impossibilidade de permuta: o falante de (3) não quer apreciar a possibilidade/capacidade de seu ouvinte de tirar o cartão, mas sim ordená-lo que o faça, enquanto em (4), por outro lado, apenas há a informação de que existe tal possibilidade de retirada do cartão.

Como apresentamos no capítulo 1, o imperativo exige três traços de interpretação: o **irrealis**, a **futuridade** e a **diretividade**. No caso da adoção de uma perspectiva cartográfica (CINQUE, 1999), juntamente às discussões de Tescari Neto (2008) sobre os advérbios (cf. tópico 1.2), as três categorias têm nós funcionais na estrutura sintática.

Por outro lado, não é apenas a possibilidade de alocação sintática dos traços de imperativo que levam à mudança de postura: a hipótese de que existe uma oração não pronunciada (‘*EU ORDENO QUE*’) em Spec,CP. Esta saída,

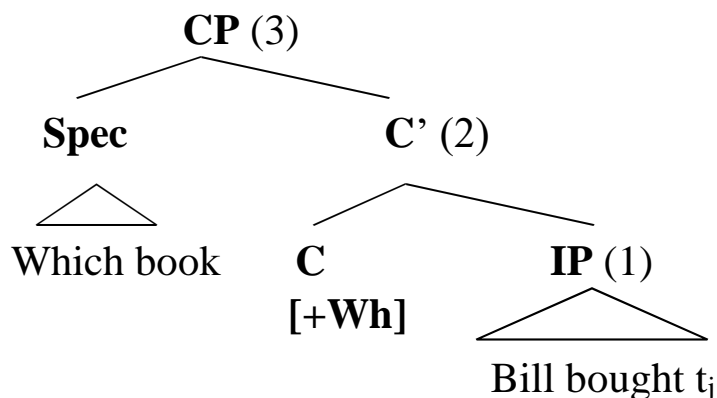
⁵⁹ O exemplo (4) não é agramatical por si só, mas colocamos o símbolo para caso da permuta em questão com uma sentença imperativa.

aliás, faz com que Mood_{SpeechAct}P seja o *locus* de **[directive]**; além disso, segundo Tescari Neto (2008), Mood_{SpeechAct}P representa a relação com a avaliação do falante e, analisando mais esta circunstância, é melhor considerar como núcleo deste nó funcional o operador de *diretividade*, não a oração do ato de fala.

Outro ponto é o fato de que, como já citamos no capítulo 1, há o argumento que Dayal (2016, p. 8) defende em sua obra sobre as sentenças interrogativas: uma pergunta teria em Spec, CP elementos como ‘*o quê*’, ‘*quem*’, entre outros, quando o operador [+Wh] ficaria como núcleo em C:

(N)

Figura 17 – Árvore sintática *Which book Bill bought?* (DAYAL, 2016, p. 8)



Por conta disso, nossa proposta está em consonância às ideias de Han (2000), ainda que não em total concordância, além do fortalecimento por parte de Dayal (2016). Defender que há [IMP] e todos os traços funcionais é válido, e não somente, explica-se formalmente através das estruturas, como em (M), ou mesmo as locuções imperativas (de (I) até (K)).

A partir destas correções e remodelações visando à retidão conceitual, prosseguiremos para a avaliação dos imperativos nos outros campos da

interface proposta por este trabalho.

4.1.2 Do ponto de vista semântico

Em se tratando da Semântica, as noções imperativas são mais claras. A incursão por todo o capítulo 2 demonstrou que, embora já houvesse autores que trataram dos imperativos, não foram de forma acertada. Outro ponto, é que a hipótese de que a própria área da Semântica formal precisava, em verdade, de uma reelaboração, fazendo com que em suas formalizações contivesse as relações entre mundos possíveis e tempos claras e objetivas, de forma a garantir a interpretação dos falantes e suas intuições fossem contempladas na abstração.

Por conta disso, oferecemos uma especialização por meio das âncoras de realidade \mathfrak{C} e \mathfrak{R} , em que se determina qual a ordenação dos mundos a partir do tempo, para a primeira – no caso dos imperativos, respondendo e dando subsídio ao traço de sua futuridade obrigatória; e, para a segunda, a ordenação sem levar em consideração nenhum tempo, apenas as configurações de como são estes mundos, disponíveis, por exemplo, em construções com *if-clause* ou verbos modais. Inclusive, os imperativos permitem que a hipótese das âncoras de realidade seja efetivada, de forma a creditá-la como um recurso teórico viável e não somente *ad hoc* de explicação e interpretação do objeto em foco neste trabalho.

Antes de uma demonstração, faz-se mister ratificar que, a nosso ver, as âncoras de realidade não estão contempladas na estrutura profunda da Sintaxe, sendo apenas elementos semânticos, já que definem tão somente as relações entre os mundos possíveis dentro da Semântica Intensional.

A partir disto, trazemos novamente a formalização proposta para os imperativos (cf. Cap. 2):

$\llbracket \Phi_{\text{imp}} \rrbracket^{w, t, g} = [\lambda w. \lambda w': \mathfrak{C}_{(w)(w')} \text{ sse } ((t'_{(w')} \wedge t^0_{(w)}) \wedge (\Box (t' < t^0)) \mid \lambda x: x = Ad_{(w)}. x \text{ executa imperativo em } t'_{(w')}]$

Portanto, se levarmos em conta a sentença *Sai daqui*, pensemos na formalização o seguinte: temos a relação entre dois mundos possíveis, os quais estão sob a restrição do operador $\mathfrak{C} - \mathfrak{C}_{(w)(w')}$, e.g., o tempo restringe a projeção de quais mundos serão selecionados a partir do proferimento de Φ_{imp} em w (mundo de proferimento).

A relação dada por \mathfrak{C} tem duas condições a serem respeitadas: a condição $(t'_{(w')} \wedge t^0_{(w)})$ determina que os tempos a serem considerados em um imperativo são o tempo de proferimento junto a seu mundo ($t^0_{(w)}$), além do tempo em que a ação imperativa é realizada ($t'_{(w')}$). A partir disto, a outra condição se dá por conta da primeira: a projeção de mundos depende da projeção de tempos, portanto, t' tem que ser, necessariamente, posterior ao t^0 ; desta forma, assegura-se uma característica importante do imperativo: a **futuridade**, apontando que esta está sob o escopo semântico, e não da Sintaxe.

Por fim, quando determinadas as condições e as restrições dos mundos possíveis, sabe-se que existe um indivíduo que assume o papel de *addressee* (*Ad*), o mesmo que é alvo do *engajamento* pragmático, e que ele realiza a ação imperativa dentro do tempo t' e do mundo w' , mundo este determinado pelas condições de \mathfrak{C} .

Levando em conta '*Sai daqui*', temos:

- a. O conjunto de mundos é limitado pela restrição de $\mathfrak{C}_{(w)(w')}$,

em que w e w' estão ancorados aos tempos t^0 e t' , sob as condições $((t'_{(w')} \wedge t^0_{(w)}) \wedge (\Box (t' < t^0)))$;

b. O mundo w e o tempo t^0 são os mundo e tempo de proferimento do imperativo, por isso $t^0_{(w)}$. Dessa forma, *Sai daqui* é proferida em $t^0_{(w)}$;

c. A partir do proferimento, sabe-se que a ação ainda não está realizada (e.g., o *Ad* no momento do proferimento – por isso $Ad_{(w)}$ –, identifica que ação deve ser realizada, necessariamente, após o proferimento, em um tempo e mundo em que seja possível esta realização.

d. Por isso, a relação dada por \mathfrak{C} visa a $t'_{(w')}$ é necessariamente a de posteridade $(\Box (t' < t^0))$, garantindo a *futuridade* dos imperativos;

e. Feito este percurso interpretativo, *Ad*, após compreender a projeção dada pela restrição Cronos, executa a ação imperativa em um mundo e tempos mais relevantes após o Φ_{imp} ser proferido.

Para a interpretação semântica, é indiferente a forma do imperativo, contanto que seja um imperativo: se for o canônico, ou mesmo qualquer uma das locuções, a interpretação será a mesma.

Um outro aspecto importante, é considerar o imperativo uma sentença com conteúdo proposicional, mas não com proposição passível de valor de verdade. Em verdade, o imperativo tem sucesso ou insucesso de sua realização. Caso tivesse um exemplo esdrúxulo, como estar junto com um amigo à beira de um abismo e empurrá-lo dizendo '*Voa*', Φ_{imp} não será bem sucedido, já que, nitidamente, *Ad* não é capacitado ou tem habilidade para executar a ação imperativa. Dessa forma, é dada à Pragmática sua efetividade

4.1.3 Do ponto de vista pragmático

Primeiramente, por conta do **engajamento** do *addressee* do contexto. Não é qualquer pessoa que escutar que vai executar, e isso tem reflexos na Sintaxe (*JussiveP*), assim como na Semântica (*Ad* executa a ação imperativa na projeção de mundo).

Não tão somente, ainda há, na interpretação Pragmática, se o uso do imperativo de terá sucesso ou não. No caso do amigo que empurra o outro de um abismo e, claramente incapaz de executar a ordem de voar, o imperativo não se concretiza como possível, e este insucesso faz do proferimento apenas uma menção (por sua forma), mas sem os resultados esperados - sintáticos, semânticos e pragmáticos.

Pragmaticamente, se pensarmos no ato de fala diretivo *Eu ordeno que*’, seria possível, por esta construção, que o falante remetesse sua ordem a qualquer um, inclusive àquele(s) que não está(ão) no contexto comunicativo. Por exemplo:

- (5) Eu ordeno que João saia daqui
- (6) Eu ordeno que aqueles homens comecem o ataque

As construções (5)-(6) seriam, de certo modo, contraexemplos da ideia de que é impossível criar imperativos para terceiras pessoas, isto é, membros não presentes durante o proferimento imperativo.

O primeiro aspecto que desfaz esta possibilidade de uso é que, caso o falante se refira a alguém presente, mas por algum motivo não tenha intenção de dirigir a palavra diretamente ao ouvinte (um chefe, esbravejando pela proposta feita pelo João, que está presente na reunião também, em vez de dirigir sua palavra a ele), a presença de F e O, junto ao engajamento de *Ad*, permitem defender que o proferimento foi concluído com sucesso, e que a postura rude de quem proferiu deve ser interpretada de outra forma, não interferindo no imperativo.

No segundo caso, por sua vez, é um caso de transpôr *Ad* a quem se dirige a ordem. Viu-se isso na situação do general ordenando que o marechal, ainda que este fora contra o ataque, ordenasse a invasão de certo território. O ato de ordenar segue um processo dentro da realidade linguística (NARROG, 2005), na qual é inquestionável, tanto para (5), quanto para (6). Imaginemos possíveis questionamentos sobre a ordenação:

- (7) **Chefe:** Eu ordeno que João saia daqui
João: Por que não diz na minha cara isso, chefe?
(8) **General:** Eu ordeno que aqueles homens comecem o ataque
Marechal: Quer que eu leve estas ordens a eles agora, senhor?

As perguntas revelam que houve, na verdade, um direcionamento, um engajamento de *Ad*, mesmo que não aparentemente.

Em se tratando, ainda, da questão de AFD ter estas possibilidades de uso, se usarmos construções interrogativas como *tag questions* do inglês, surgem os indexicais **vocês**, como já demonstrado ser o caso do sujeito de Φ_{imp} , com posição sintática firmada e tudo mais, segundo o núcleo jussivo de Zanuttini *et al.* (2012).

- (9) **Chefe:** Eu ordeno que João saia daqui, você não vai?
(10) **General:** Eu ordeno que aqueles homens comecem o ataque, vocês não me obedecerão?

Todavia, é por conta das condições α e β que se pode definir, dentro do campo pragmático, o porquê de haver o sucesso de seus usos: engajamento, *Ad* e a realização de todas as necessidades interpretativas, além da realização de uma ação extralinguisticamente. Copiamos os esquemas logo abaixo:

(α) - Esquema interpretativo de Φ_{imp}

F profere imperativo *p* qualquer na presença de O no ato comunicativo, para que:

- (vii) F e O compreendem que se trata de um imperativo;
- (viii) F e O sabem que não se trata de um estado epistêmico do mundo *p*;
- (ix) O é capaz de executar *p* em um tempo após seu proferimento;
- (x) O é a quem se dirige *p*, fazendo-o ser o destinatário (*Ad*) e agente (*Ag*) de *p*;
- (xi) O executa *p* após seu proferimento;
- (xii) Há mudança epistêmica do mundo após O executar *p*

E também:

(β) - Sobre *engajamento de Ad*:

- (iv) *Ad* é o mesmo que O no contexto comunicativo;
- (v) *Ad* é capaz de executar a ação do proferimento de *F*, isto é, consegue ser agente da ação (*Ag*);
- (vi) Havendo descumprimento ou de (i), ou de (ii), ou de ambos, o estado de *Ad* é inexistente, tornando o imperativo não realizável.

Relembrando: β tem que ocorrer α .iii e α .iv, pois é entre estes passos que o *engajamento de Ad* se consolida.

Retomando a sentença *Sai daqui*, teríamos pragmaticamente, para o Esquema α :

Esquema α

F profere imperativo *Sai daqui* na presença de O, no ato comunicativo, para que:

- (i) F e O compreendem que se trata de um imperativo;
- (ii) F e O sabem que não se trata de um estado epistêmico do mundo: *O não saiu daqui*;
- (iii) O é capaz de executar *sair daqui* em um tempo após seu proferimento;
- (iv) O é a quem se dirige *Sai daqui*, fazendo-o ser o destinatário (*Ad*) e agente (*Ag*) de *Sai daqui*;
- (v) O executa *Sai daqui* após seu proferimento – e.g., *Ad sai daqui*;

(vi) Há mudança epistêmica do mundo após O executar *Sai daqui*: O não está mais no local do ato comunicativo.

E para o Esquema β :

Sobre *engajamento* de *Ad*:

- (i) *Ad* é o mesmo que O no contexto comunicativo;
- (ii) *Ad* é capaz de executar a ação do proferimento de *F*, isto é, consegue ser agente da ação de *Sai daqui* (*Ag*);
- (iii) Havendo descumprimento ou de (i), ou de (ii), ou de ambos, o estado de *Ad* é inexistente, tornando o imperativo não realizável, e.g., *Ad* é capaz e realiza a ação *Sai daqui* posteriormente ao proferimento do imperativo.

4.2 Conclusão

Com o capítulo 4, pretendeu-se apresentar, na prática, todas as discussões, formalizações e propostas levantadas durante todo o texto.

Apresentamos, de maneira dividida, através dos três pontos de vista teóricos aqui (sintático, semântico e pragmático), as aplicações com alguns exemplos, além de certas adaptações conceituais quando necessárias.

Por conta disso, demonstramos como é viável a aplicação de todos os campos ao objeto em foco neste trabalho, e não só, apresentamos que a interface é, de fato, necessária para seu entendimento e interpretação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Pensamentos valem e vivem pela observação exata ou nova, pela reflexão aguda ou profunda; não menos querem a originalidade, a simplicidade e a graça do dizer.” (Machado de Assis, 1893)

Após a incursão pela interface de três campos dos estudos linguísticos, sendo eles Sintaxe, de cunho gerativa, a Semântica, de base formal, e a Pragmática, conectada à Semântica formal, a presente dissertação, por fim, alcança suas conclusões.

A atual dissertação lidou com um objeto que, até então, pouco se trabalhou ou analisou: os imperativos. E mais: os imperativos em português brasileiro. A discussão, ainda que sobre uma língua em específico, permite ampliações e generalizações além de apenas um sistema linguístico, já que se trata de um fenômeno presente em todas as línguas da Terra.

Outro ponto importante de se salientar é que o presente trabalho movimentou algumas teorias das áreas citadas, dividindo-as em capítulos exclusivos, para poder-se lidar segundo o qual com cada uma delas, com sua abrangência e finalidade, ou melhor, com seu escopo e capacidade de entender e avaliar o que se nomeou como Φ_{imp} .

Iniciou-se a partir da Sintaxe, em que os aspectos primordiais é que Φ_{imp} necessita de um operador abstrato em uma posição superior na hierarquia sintática (especificamente em C^0): [IMP]. A forma que foi dada como sua produção fonológica seria *Eu ordeno que realize, você, p*, forma que se refere a um ato de fala – o ato ilocucionário diretivo. Inclusive, [IMP] é composto por dois sub-operadores abstratos: [directive] e [irrealis]. Aquele, com a capacidade de gerar a força de Φ_{imp} , a diretiva, e contribuir na seleção de quem executará a ação (no caso, sempre uma 2ª pessoa, o ouvinte do ato comunicativo, também chamado de *addressee*, ou somente *Ad*); o segundo,

por sua vez, lida com a capacidade não realizada da ação que o imperativo almeja concretização após seu proferimento. A propósito: a restrição de sujeito de ϕ_{imp} tem sua explicação (também) pela Sintaxe, sendo possível defender a presença de uma cabeça funcional com nome de *Jussive head* (*Cabeça Jussiva*). A alocação de um elemento que coindexaliza com um pronome de 2ª pessoa (seja do singular, seja do plural), tem espaço e funcionalidade logo abaixo de C^0 onde se aloca [IMP].

O campo sintático não lidou apenas com ϕ_{imp} denominados canônicos, mas com formas, isto é, locuções imperativas típicas de PB: *‘Trata de’*, *‘Deixa de’*, *‘Para de’*, *‘Nem pensa em’*, *‘Nem me vem com’*, e até mesmo o desviante verbo *‘Pode’* (que se trata de um verbo modal de possibilidade por *default*) recebeu atenção para demonstrarmos que sim, ele tem a capacidade de ser usado como imperativo no português brasileiro.

Saindo do escopo sintático, adentrou-se à área da Semântica para lidar com o fenômeno. Para tal, propôs-se que ϕ_{imp} é um tipo de âncora de realidade, mais precisamente âncora de tempo: quando se profere um imperativo, há a necessidade de estabelecer um tempo de avaliação de que o estado epistêmico daquela ação ainda não é o caso, para um tempo em que estará realizada pelo ouvinte/*Ad*. O trabalho, através de uma perspectiva teórica, balizou o fato das âncoras de realidade e gerou a hipótese de haver dois ancoradores nas línguas: o de mundos possíveis, \mathcal{R} ; e o de tempos, \mathcal{C} , proposto pela primeira vez e batizado de *operador Cronos*. O símbolo e o nome são arbitrários, ainda que, por lidar com tempo, optou-se nomeá-lo como o titã da mitologia grega do tempo.

Neste campo, o semântico, as propostas e as discussões se estenderam por conta da atualização da Semântica formal a partir da Semântica Intensional, em que consegue lidar com sentenças que manejam mundos possíveis que não somente o mundo atual ($w^@$), mas sim infinitas possibilidades, sendo o mundo tido como real apenas mais uma. E não

somente, a relação entre mundos possíveis, tempos e proposições foi determinante para a Teoria do operador Cronos: um mundo w qualquer é um conjunto de proposições e , ao mesmo tempo, de tempos; uma proposição p qualquer é, da mesma forma, um conjunto de mundos possíveis e de tempos; por fim, um tempo t qualquer é um conjunto de mundos e de proposições. Através deste processo lógico, firmou-se a base de \mathfrak{C} .

Entretanto, não existe somente o imperativo canônico, mas existem duas formas que unem Φ_{imp} com outros tipos de sentenças: as ILCs (*imperative-like conditionals*), em que há a junção de imperativos e condicionais; e as ILUs (*imperative-like ultimatum*), em que vemos a junção entre imperativos e ultimatots (sentenças na forma declarativa).

Para lidar com estas formas complexas, argumentou-se o fato de que as primeiras têm a dependência interpretativa de mundos que concretizem as condições dadas pela Φ_{IF} , enquanto as segundas, mundos em que não se realiza a ação do ultimato Φ_{ULT} . A proposta final para estas construções foi argumentar que as ILCs são *condicionais afirmativas* (por terem que a condicional seja verdadeira necessariamente, isto é, as condições dadas para a realização do imperativo), enquanto as ILUs são *condicionais negativas* (por não se querer a realização das condições - se não respeitar a ordem, haverá uma consequência não agradável). Os termos *negativo* e *afirmativo* aqui são usados de forma distinta da tradição prescritivista, apenas com a intenção de dizer que um deve ser considerado (positivo) e outro não (negativo).

Além da capacidade de *engajamento* que é dada através do *shift pragmático*, a mudança da interpretação que a força diretiva de Φ_{imp} se modifica de uma força diretiva como a de *ter que*. É a partir da Pragmática que a restrição e seleção do sujeito é o *Ad*, uma 2ª pessoa: *Ad* é definido, compreende-se, no ato comunicativo, o proferimento feito por F e o entendimento de que O será quem executará a ação, ainda não realizada. É de

extrema importância, também aqui, que o estado de coisas seja aquele em que necessita da mudança que *Ad* promoverá. A agentividade, isto é, a capacidade de realizar a ação é outro fator com o qual o *engajamento* lida, como nos esquemas interpretativos α e β .

Portanto, a necessidade de uma interface para lidar com o objeto mostrou-se pertinente através dos capítulos lidando cada qual com seu campo e seu alcance sobre Φ_{imp} . A resposta para a pergunta *Que são imperativos?* não é definitiva, mas não pode escapar da junção de três campos de estudos para conseguir lidar com diversas facetas, formas e a função de Φ_{imp} .

Espera-se que, após tantas discussões, elucubrações, contestações e propostas, a presente dissertação haja oferecido novos meios de entender os imperativos no português brasileiro. Trilha-se, a partir de então, o caminho científico em que possibilita mais uma lente para se observar um fenômeno linguístico. Todo esmero e cuidado dirigiu-se à solução e promoção de dúvidas e questionamentos, a fim de ampliarem o conhecimento humano sobre suas línguas.

Por fim, o texto alcança suas últimas linhas cumprindo seu objetivo de, através de um método hipotético-dedutivo, colocar à luz os imperativos em português brasileiros e seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos.

APÊNDICE A - A hierarquia de Cinque (1999)

Tescari Neto (2008, p. 54) se baseia na hierarquia funcional de Cinque (1999). A hierarquia considera vários advérbios e suas respectivas posições sintáticas.

Reproduzimos a hierarquia como Tescari Neto (2008) apresenta em sua obra, a fim de orientar a leitura:

[*francamente* Modo_{ato} de fala [*felizmente* Modo_{avaliativo} [*evidentemente* Modo_{evidencial} [*provavelmente* Modalização_{epistêmica} [*uma vez* T (Passado) [*então* T (Futuro) [*talvez* Modo_{irrealis} [*necessariamente* Modalização_{necessidade} [*possivelmente* Modalização_{possibilidade} [*normalmente/geralmente* Asp_{habitual} [*novamente* Asp_{repetitivo I} [*frequentemente* Asp_{frequentativo} [*intencionalmente* Modalização_{volitiva} [*rapidamente* Asp_{celerativo} [*já* T (Anterior) [*no longer* Asp_{terminativo} [*ainda* Asp_{continuativo} [*sempre* Asp_{perfectivo(?)} [*só* Asp_{retrospectivo} [*soon* Asp_{proximativo} [*brevemente* Asp_{durativo} [*caracteristicamente(?)* Asp_{genérico/progressivo} [*completamente* Asp_{completivo(I)} [*tutto* Asp_{completivo} [*bem* Voz [*rápido/cedo* Asp_{celerativo(II)} [*de novo* Asp_{repetitivo(II)} [*frequentemente* Asp_{frequentativo(II)} [*completamente* Asp_{completivo(II)} (p. 54)

Apresentaremos exemplos com quase todos, desconsiderando os advérbios já apresentados de (42)-(47) acima (*'necessariamente'* (Modalização_{necessidade}), *'já'* (T (Anterior)), *'ainda'* (Asp_{continuativo}), *'possivelmente'* (Modalização_{possibilidade}) e *'normalmente/geralmente'*, (Asp_{habitual})). Desconsideramos também *'tutto'* (Asp_{completivo}) e *'bem'* (Voz), pois o primeiro não se alcançou uma tradução cabível e relevante, e o segundo seria uma construção de uma *Good Wishes*.

Os exemplos ficam:

- (1) ϕ_{imp+} Adv (Modo Ato de fala)
 - (a) * Saia **francamente**
 - (b) * **Francamente** saia
 - (c) **Francamente**, saia

Nota-se que a única forma válida junto a ϕ_{imp} é aquela com uma pausa, que ainda não oferece a interpretação pretendida pela hierarquia de Cinque (já que, para ser aceita aqui, ela precisa ser interpretada como um expressivo e um segundo turno de fala, não

iniciando um ato comunicativo).

Sobre '*felizmente*' e '*evidentemente*', tem-se:

(2) ϕ_{imp+} Adv (Modo Avaliativo)

- (a) * Saia **felizmente**
- (b) * **Felizmente** saia
- (c) # **Felizmente**, saia

(3) ϕ_{imp+} Adv (Modo Evidencial)

- (a) * Saia **evidentemente**
- (b) * **Evidentemente** saia
- (c) **Evidentemente**, saia

Em (2.a)-(2.c), o uso avaliativo é o *de modo feliz*, que causa um ruído com a presença do imperativo, pois não há interpretação possível, como na sentença *Felizmente, a prova acabou*, em que o advérbio serve para oferecer ao ouvinte qual a qualificação do fato (no caso, o falante está feliz por não ter mais a prova a ser feita).

Da mesma forma, '*evidentemente*' tem a mesma incapacidade que o advérbio anterior, excetuando com uma pausa, como em (3.c). Aqui, só seria possível como um segundo turno de fala, em que '*evidentemente*' venha como um termo que confirma que o falante está de acordo com o ouvinte antes de ordená-lo a sair.

Sobre '*provavelmente*', há:

(4) ϕ_{imp+} Adv (Modalização Epistêmica)

- (a) * Saia **provavelmente**
- (b) * **Provavelmente** saia
- (c) * **Provavelmente**, saia
- (d) */??? Saia **provavelmente** amanhã

Sobre '*provavelmente*', há a mesma interpretação, a nosso ver, de '*possivelmente*' (43.a, cap. 1), já que em ambos os casos ϕ_{imp} oferece uma certeza de ocorrer, o que os advérbios não permitem, causando agramaticalidade.

Quando tratamos dos advérbios de tempo, tanto passado como futuro, há

(5) ϕ_{imp+} Adv (T passado)

(a) * Saia **uma vez**⁶⁰

(b) * **Uma vez** saia

(c) * **Uma vez**, saia

(6) ϕ_{imp+} Adv (T futuro)

(a) Saia **então**

(b) **Então** saia

(c) **Então**, saia

Em (5) e (6), acontece algo que se esperava: para os advérbios de tempo passado, há sentenças consideradas agramaticais, pelo choque passado e futuridade do imperativo. Para os advérbios de tempo futuro, como vimos, é a orientação de ϕ_{imp} , e seu comportamento se parece com o de *'amanhã'*, *'ainda hoje'*, *'semana que vem'*, etc.

Por sua vez, (7) abaixo traz o advérbio *'talvez'*:

(7) ϕ_{imp+} Adv (Modo Irrealis)

(a) * Saia **talvez**

(b) * **Talvez** saia

(c) * **Talvez**, saia

O modo irrealis de *'talvez'*, dentro de nossa perspectiva, é quase idêntica ao que ocorre com *'possivelmente'* e *'provavelmente'*, não sendo surpresa sua incompatibilidade com ϕ_{imp} .

A seguir, apresentamos *'novamente'* e *'frequentemente'*:

(8) ϕ_{imp+} Adv (Aspecto Repetitivo)

(a) Saia **novamente**

(b) **Novamente** saia

(c) **Novamente**, saia

(9) ϕ_{imp+} Adv (Aspecto Frequentativo)

(a) * Saia **frequentemente**

(b) Saia **frequentemente** às tardes

(c) * **Frequentemente** saia

⁶⁰ Entendemos *'uma vez'* como um complemento adverbial de início de contos de fadas – *'Era uma vez'*, isto é, em um tempo muito longínquo. Se o considerássemos como *'uma vez'*, em que há outras vezes em que se pode sair, a sentença seria dada como bem formada e não receberia o *.

(d) * **Frequentemente**, saia

O modo repetitivo de (8) é cabível com Φ_{imp} pelo fato de, ainda que seja a repetição de uma ação (imaginemos que *Ad* já tenha recebido esta ordem várias vezes no dia), mas a projeção da ação ocorre normalmente.

Por sua vez, o que se tem em (9) é algo que está intimamente ligado aos advérbios '*normalmente*', '*habitualmente*' e '*geralmente*' (em (44.a)-(44.c), cap. 1)), que permitem Φ_{imp} com um complemento de sua habitualidade, que defendemos ser uma situação de sugestão, de forma que apenas (9.b) é tido como uma sentença sem problemas.

Abaixo, tem-se '*intencionalmente*':

(10) Φ_{imp+} **Adv** (Modalização Volitiva)

(a) * Saia **intencionalmente**

(b) * **Intencionalmente** saia

(c) **Intencionalmente**, saia

Em (10.a)-(10.b), o advérbio e Φ_{imp} não se combinam, o que ocorre em (10.c). Porém, avaliando contextualmente, só é possível defender que é uma sentença gramatical a partir do fato de ser uma resposta, um segundo turno de fala.

Em relação a '*rapidamente*':

(11) Φ_{imp+} **Adv** (Aspecto Celerativo)

(a) Saia **rapidamente**

(b) * **Rapidamente** saia

(c) **Rapidamente**, saia

O comportamento dele era esperado, como um modo de sair, parecido à leitura de '*normalmente*' em (44.c) (cap. 1), que comentamos ser uma forma de sair, não uma habitualidade ('*sair de modo normal*').

Ao aspecto terminativo abaixo, tem-se:

(12) Φ_{imp+} **Adv** (Aspecto Terminativo)

(a) * Saia **não mais**

- (b) * **Não mais** saia
- (c) **Não mais** saia à noite
- (d) * **Não mais**, saia

Para (12), a interpretação é plausível para (12.b)-(12.c), no caso de ser idêntico ao advérbio *'jamais'*, como um proibitivo, mais do que um terminativo. Por outro lado, (12.d) só seria possível se fosse, também, um segundo turno de fala, em que *'não mais'* estivesse conectado à informação anterior, não a Φ_{imp} .

Diferentemente do terminativo, o aspecto perfectivo e retrospectivo

(13) Φ_{imp+} Adv (Aspecto Perfectivo)

- (a) Saia **sempre**
- (b) **Sempre** saia
- (c) * **Sempre**, saia

(14) Φ_{imp+} Adv (Aspecto Retrospectivo)

- (a) Saia **só**
- (b) Saia **só** amanhã
- (c) **Só saia**
- (d) * **Só**, saia

funcionam de modo às leituras sempre dirigidas ao futuro. Em (13.c), a impossibilidade se dá pelo *'sempre'* e Φ_{imp} não estarem conectados, mas o advérbio referir-se a algum tipo de informação anterior.

Sobre (14), há uma ambiguidade: a interpretação de *'só'* como *'apenas'*, uma forma expressiva semelhante a *'fim de papo'* (*'Saia e fim de papo'*); e a interpretação adjetival, como *'solitário'* ou *'sozinho'* (*'Saia sozinho'*). Por conta do trabalho de Tescari Neto (2008), trataremos (14) como o primeiro caso.

Sendo assim, as sentenças são bem formadas e não sofrem nenhum tipo de ruído. (14.d), da mesma forma que outros exemplos acima, seria cabível não como um turno inicial de fala.

Aproximamos, a seguir, os aspectos proximativo e durativo:

(15) Φ_{imp+} Adv (Aspecto Proximativo)

- (a) Saia **em breve**
- (b) * **Em breve** saia

(c) **Em breve**, saia

(16) ϕ_{imp+} **Adv** (Aspecto Durativo)

- (a) Saia **brevemente**
- (b) * Brevemente saia
- (c) Brevemente, saia

Inicialmente, pensamos em tratá-los como idênticos. Todavia, compreendemos que não poderiam: *'em breve'* deve ser interpretado como algo próximo de acontecer (com semelhança, por exemplo, de um advérbio como *'daqui a pouco'*), e *'brevemente'* como um modo de duração (sair por um curto espaço de tempo). O comportamento de ambos é parecido, exatamente por receberem a leitura de futuro necessária para estarem juntos a ϕ_{imp} .

Por fim, os aspectos genérico e completivo:

(17) ϕ_{imp+} **Adv** (Aspecto Genérico)

- (a) Saia **caracteristicamente**
- (b) * **Caracteristicamente** saia
- (c) **Caracteristicamente**, saia

(18) ϕ_{imp+} **Adv** (Aspecto Completivo)

- (a) * Saia **completamente**
- (b) Saia **completamente** daqui
- (c) * **Completamente** saia
- (d) * **Completamente**, saia

Para (17.a), a interpretação cabível seria de modo (*'Saia de modo característico'*), em que é necessário um contexto anterior: saber que tipo de traje é necessário para sair, ou mesmo para se portar de determinada maneira durante a saída.

Sobre (18), sem um referencial de espaço, parece ser agramatical a junção com ϕ_{imp} . A interpretação de (18.c), no caso, seria *'Tire totalmente seu corpo daqui deste local'*, uma espécie de ênfase em que não se quer mais a mínima presença do ouvinte.

Por fim, que a condição exigida de ϕ_{imp} é dada pela Semântica, já que a orientação ao futuro é muito forte – e sensível – a qualquer mudança a partir de outro termo e é perceptível sintaticamente com o comportamento dos advérbios.

Outro fator que nos permite alegar ser semântico, e não sintático, é o fato de alguns advérbios serem permitidos somente com a presença de outros advérbios (ou locuções adverbiais) de T (Futuro). Semanticamente, Φ_{imp} é um tipo de âncora de realidade (KRATZER, 2015), ou melhor, de tempo, que fixa a interpretação de tempos (tempo do proferimento e de avaliação e o tempo de realização da ação imperativa), por isso consideraremos esta restrição dada pela Semântica, não pela Sintaxe.

Alguns aspectos mais são retirados dos exemplos: a impossibilidade de haver qualquer exemplo gramatical para *'francamente'*, advérbio de ato de fala, nos parece ser por haver já ocupado este nó por um SpeechActP, logo abaixo de CP em que está [IMP]. No caso dos exemplos com advérbios anteriores e com a pausa (marcada por vírgula aqui), entendemos que seja uma referência a algum conteúdo informacional anterior àquela ou mesmo um deslocamento sintático para ênfase, principalmente quando a forma Φ_{imp} + Adv é cabível.

APÊNDICE B - O percurso das formalizações semânticas

A formalização do imperativo, embora já elaborada por três diferentes autores (CONDORAVDI & LAUER, 2012; KAUFMANN, 2014; PORTNER, 2007), é necessária, por considerarmos que as existentes não supriam a intuição suficientemente. É por conta disso que houve algumas propostas de formalização antes da adotada como correta através da Teoria das Ancoragens (cf. 2.4.2).

Em um trabalho anterior (MASETTO, 2018),⁶¹ a tentativa se deu levando em consideração: (a) futuridade; (b) a presença de *Ad*; (c) a relação dos mundos sob o fator do tempo. Desta forma, propusemos a seguinte formalização:

$$\begin{aligned} \llbracket \Phi_{\text{imp}} \rrbracket^{w,g,t} = \lambda p. [\lambda w. \lambda w'. | w \text{ é o mundo de avaliação } \& w' \text{ é o mundo de realização da} \\ \text{ação } [\mathcal{R}_{(w)(w')} : w' <_p w [\lambda x. [\Phi_{\text{imp}}]_{(x)} | x = Ad(\mathcal{R}_{(w)(w')})] : \square \llbracket \text{FUT} \rrbracket^t | t' > t^0, t'_{(w')} \& t^0_{(w)} \\ [\Phi_{\text{imp}}(<_{Ad, w', t'}) = 1]]] \end{aligned}$$

Em que a paráfrase mais fiel seria: a interpretação de um imperativo equivale ao processo parametrizado de mundo, tempo e ordenação destes (fator *g*), tal que há uma proposição qualquer, além de dois mundos possíveis, em que o primeiro é o mundo de avaliação (no caso, do proferimento de Φ_{imp}) e o segundo é o mundo de realização da ação (mundo em que *Ad* executa Φ_{imp}).

Dessa forma, estes mundos estão relacionados através de um operador de mundos que determina a ordenação mais relevante entre eles ($w' <_p w$). Dentro desta relação, há um indivíduo que preenche o espaço de argumento de Φ_{imp} maneira que o indivíduo representa o *Ad* do contexto da relação dos mundos possíveis em questão. Por fim, sob a pressuposição da necessidade de que haja uma interpretação do futuro, sob o parâmetro *t* de tempo, tal que o tempo de realização da ação deve ser posterior ao do tempo do proferimento de Φ_{imp} , e cada tempo está inserido nos mundos possíveis dados anteriormente como mais salientes para avaliação.

⁶¹ A formalização é originária de um artigo entregue como trabalho final da disciplina *Introdução à Semântica referencial*, ocorrida em 2017/2.

Com tudo isso estabelecido, uma sentença imperativa é uma tripla ordenada, isto é, para ser uma sentença bem estruturada, necessita de três argumentos, que são: Ad , o mundo w' , de realização do imperativo, e de t' , tempo de realização da ação imperativa, então Φ_{imp} é verdadeiro nestas condições.

Embora, àquele tempo, nos parecera incorporar os aspectos intuitivos mais profundos, nos deparamos com certas circunstâncias que causam estranheza.

A proposta tinha como foco alguns aspectos com os quais hoje já estamos em desacordo: a parte final – [$\Phi_{imp}(\langle Ad, w', t' \rangle) = 1$] – era que nosso ponto de vista inicial sobre os imperativos se dava que eram predicados com tripla ordenada em sua constituição de argumentos. Estes argumentos eram Ad , w' e t' . No caso, é contraproducente defendê-lo, já que com a base intensional, w é um conjunto de proposições e de tempos (von FINTEL & HEIM, 2012). Dessa forma, perdíamos em economia por repetir elementos na formalização.

Outro aspecto sobre este trecho é que considerávamos como predicado, mas descartávamos qualquer noção de eventos. Não que tenhamos feito a inserção atualmente, mas a projeção de tempos aponta para um conjunto de eventos. Considerar t' como um argumento também foi um equívoco, pela própria repetição desnecessária.

A parte - $\Box \llbracket \text{FUT} \rrbracket^t \mid t' > t^0, t'_{(w')} \ \& \ t^0_{(w)}$ - carrega uma necessidade de imperativos: o tempo ser sempre direcionado ao futuro, a um tempo após o proferimento. Mas há restrição – não é qualquer tempo posterior, há uma necessidade, também, do proferimento ser efetuado no presente para um tempo em que se realiza a ação (ainda não executada). A partir de agora, damos aos imperativos sua definição segundo trabalhamos até então: Φ_{imp} são âncoras de realidade que ancoram tempo. A única constante de um imperativo é o $t^0 < t'$. Os mundos possíveis mudam. Os *addressees* mudam. Mas sempre que tiver um proferimento imperativo, $t^0 < t'$. E isso é possível por conta de alguns argumentos de von Fintel & Heim (2012) e Kratzer (2012; 2015). O grande problema está em considerar uma objeto como Φ_{imp} incorporado por outro, que é o futuro ([FUT]): a futuridade não é garantida pelo futuro, mas sim por um traço característico de relação entre tempos sob determinada restrição (a ancoragem de realidade dada por \mathfrak{C}).

Outro trecho - $\mathcal{R}_{(w)(w')} : w' <_p w$ – recebe severas modificações para a segunda formalização, exatamente por considerarmos que \mathcal{R} acima não é o operador de

ancoragem de realidade correto para Φ_{imp} , mas sim \mathfrak{C} . Outro equívoco é o trecho [$\lambda x. [\Phi_{\text{imp}}]_{(x)} \mid x = \text{Ad}(\mathcal{R}_{(w)(w')})$], em que se tentava mostrar a necessidade desse argumento ser *Ad*, e este *Ad* estar vinculado à relação \mathcal{R} entre os mundos possíveis – de avaliação e de realização da ação.

Antes de mais nada, a partir da ampliação para a Semântica Intensional, temos um processo interessante em voga: uma proposição equivale a um conjunto de mundos possíveis. Do mesmo modo, um mundo possível equivale a um conjunto de proposições. Automaticamente, uma proposição não é verdadeira somente em um único mundo possível.

Por conta desta possibilidade de equivalências, houve uma mudança e fez-se uma diferente proposta de formalização: a de que Φ_{imp} é uma âncora temporal, dentre as âncoras de realidade discutidas por Kratzer (2015), já que o imperativo tem duas características fortes: O executar a ação proposta por F, em um tempo futuro ao do proferimento.

Outro fator de extrema valia é que este passo serve de argumento, a partir da Semântica, do motivo de Φ_{imp} e modais serem distintos: aqueles ancoram tempo, estes ancoram mundos possíveis.

Dadas as características de Φ_{imp} , portanto, remodelamos a formalização em um segundo momento.

Através das noções intensionais, e do operador de relação de acessibilidade de mundos \mathcal{R} , que advém de Kratzer, mas é usado pelo texto de von Stechow e Heim (2012). \mathcal{R} é o símbolo de relação de acessibilidade de mundos possíveis. Proporemos \mathfrak{C} : a denotação da relação de acessibilidade de tempos.

Portanto, justificada a escolha, passemos ao processo. Explicações advirão da fórmula:

$$\llbracket \Phi_{\text{imp}} \rrbracket^{w, t, g} = (\lambda w. \lambda w' [w = \text{mundo de proferimento} \ \& \ w' = \text{mundo de realização de ação} \\ p \mid w' \prec_{\mathfrak{C}} w], \lambda p. [p \text{ é a proposição imperativa, } p = 1 \text{ em } w']) \text{sse } (t^0 \mathfrak{C}_{\text{sp}}^{\text{IMP}} t' \mid \square (t' \prec_p t^0))$$

A interpretação de um imperativo, sob os parâmetros de mundo possível, tempo e de ordenação destes, é igual a dois mundos possíveis, w e w' , em que o primeiro é o

mundo de proferimento do imperativo e o segundo ao de realização da ação da proposição imperativa, tal que estes mundos estão sob a condição de restrição dada por \mathfrak{C} , isto é, o tempo determina quais mundos são os mais relevantes. Disto, há uma proposição, ela é a proposição imperativa e ela é verdadeira em w' . Por fim, tudo isso deve ocorrer sob a condição dupla de se e somente se de que a relação dada pela restrição da âncora \mathfrak{C} , a partir da especificação de um imperativo e seu falante, é a de que tempos estão conectados restritamente sob a condição de que necessariamente o tempo de proferimento t^0 vem antes do tempo t' de realização da ação imperativa.

Ao proferir ϕ_{imp} , F faz com que O interprete, através dos parâmetros w , t e g , que a ação, necessariamente, não se realizará no mundo de avaliação, sendo o mundo do proferimento, mas sim em um mundo em que as condições são quase idênticas, excetuando pela execução de p por Ad , e não só, os mundos são selecionados, restringidos e ordenados pela âncora temporal Cronos, como condição necessária da proposição imperativa se concretizar. Os tempos a serem considerados são os do proferimento e outro tempo qualquer em que ocorre a efetivação da ação dada por ϕ_{imp} .

Há a seleção a partir de dois mundos: o de proferimento e o da realização da ação imperativa p . Costumeiramente, λw será preenchido por $w^{\textcircled{a}}$, por se tratar do mundo atual em que p não é verdadeiro.

$\lambda w'$ é o mundo possível melhor ranqueado pela relação de acessibilidade \mathfrak{C} , que selecionará um mundo relevante em que a sentença com Ad , o executor de p , será verdadeira. A passagem $w' <_{\mathfrak{C}} w$ demonstra que é uma condição a ser seguida necessariamente: w' é regido pela relação de tempos a partir de w , como se a interpretação ocorresse e w' fosse o primeiro mundo, ou o mais próximo de w .

A definição dada por λp é que a proposição a ser verificada não está no mundo de proferimento, está no mundo projetado e restringido por \mathfrak{C} e sua ordenação.

Inclusive, para encerrarmos, é válido lembrar que Ad é trazido somente pelos outros campos: a Sintaxe, com a *Cabeça Jussiva*; a Pragmática, com o *shift*, que engaja o Ouvinte a executar a ação do imperativo através do resultado do ato de fala, isto é, da força perlocucionária. À Semântica resta lidar com os aspectos de mundos, e mais precisamente, dos tempos que ϕ_{imp} condiciona.

Portanto, o percurso que se criou até a proposta atual de formalização foi este, apresentado aqui.

APÊNDICE C - *Good wishes*: são imperativos?

No livro *Imperative*, Jary & Kissine (2014) discutem que um forte contraexemplo dos imperativos seriam o que se chama de *Good Wishes* (GW), ou o bom-desejar. Elas seriam como em (1) e (2):

- (1) Amigo ao outro, este doente: Fica bem!
- (2) Tenha um bom dia

Nos exemplos acima, o ouvinte, ou *Ad*, não têm a capacidade agentiva de executar algo para que se possa melhorar o estado epistêmico (doença), seja do corpo doente, seja para o dia ficar melhor. Os participantes não são capacitados para executar a ação de transformação doença → saúde, ou de ruim → bom. Um dos argumentos seria que os imperativos não seriam, efetivamente, imperativos nos usos de GW.

Entretanto, a nosso ver, as *Good Wishes* funcionam como imperativos que têm a intenção ostensiva de explorar a Máxima Conversacional de Qualidade (GRICE, 1975), criando uma leitura implicatural para o proferimento. A interpretação cabível é uma implicatura, como '*Desejo que fique bem*' ou '*Faça o melhor para ter o melhor dia possível*'.

Uma réplica ao que propõem Jary & Kissine (2014), é o fato de que seu uso é claramente uma forma de expressar algo, mais do que servir como ordem, ou mesmo aconselhamento ou alerta. Eles têm forma de Φ_{imp} , mas há incapacidade em capturar e engajar *Ad*, através da força diretiva, para torná-lo o agente da ação. Seu uso é meramente uma extrapolação da forma-força padrão do imperativo, até mesmo sendo cabível defender que é um tipo de cristalização.

Se pensarmos em espanhol, por exemplo, o uso de uma GW seria com o suporte de *qué* inicial, como em (3) e (4), seguidas de construções muito similares em português brasileiro, em (5) e (6):

- (3) ¡Qué tengas buen día!
- (4) ¡Qué mejores!
- (5) Que tenha um bom dia!
- (6) Que fique melhor/melhore!

O suporte da partícula *qué* para o espanhol é algo que precisa ser testado em PB, mas não é estranha tal tipo de construção.

Por fim, uma outra forma que contribui para nosso argumento é o uso de imperativos em condições claras em que a ação não pode ser realizada. Se tivermos

- (7) Dois amigos na beira do abismo, um empurra e grita – *Voa!*
- (8) Um adulto comenta com o outro que tem 1,70m – *Seja⁶² mais alto*

A impossibilidade de um ser humano voar, ao menos naturalmente, é nítida, ficando claro que o uso imperativo nada mais serve do que para disparar algum tipo de humor, ou até mesmo, pensando em um contexto cênico, de crueldade em relação aos personagens.

Sobre ser mais alto, ainda que possível se pensarmos em elementos externos ao corpo humano, como sapatos ou saltos, naturalmente é inviável. É importante salientar que, “ademais, a evidência de que o imperativo é restrito para representar tipos de situação dinâmica é o fato de que, embora quando verbos estativos são usados como imperativos, sua interpretação é, geralmente, dinâmica” (JARY & KISSINE, 2014, p. 87)⁶³. Por exemplo, verbos como ‘*sair*’, ‘*estudar*’, ‘*parar de fumar*’, entre outros, geram a proposta de que algo deve acontecer. Inclusive, a característica de estativos (‘*ser mais alto*’, ‘*estar mais saudável*’), criam um tipo de interpretação estranha por conta de não haver uma dinamicidade.

Esta impossibilidade, da mesma forma que (30), causa humor, é uma exploração da Máxima Conversacional de Qualidade – é impossível de realização, F sabe disso, e mesmo assim profere Φ_{imp} inadvertidamente. São casos, assim como *Good Wishes*, que seu uso conta mais pelo efeito dado pela deleção de uma parte, de um outro tipo de ato de fala – ‘*Eu desejo que você p (fique bem)*’ - do que propriamente de Φ_{imp} .

⁶² Há uma forte possibilidade de verbos estativos serem problemáticos com imperativos, pois se são estado de algo, não se tem como modificar o quadro. Existe uma proximidade com o ‘*saber*’, já que temos o mesmo estranhamento do que os estativos. Aparentemente, esta impossibilidade está no fato de serem verbos não-agentivos.

⁶³ A tradução é livre em relação ao trecho – “*Further evidence for the view that the imperative is restricted to representing dynamic situation types is the fact that when stative verbs are used in imperatives, the interpretation is nevertheless generally dynamic.*”

APÊNDICE D - O uso de *Por favor*

Vemos como importante o fato de citarmos a colocação de '*por favor*' antecedendo (ou mesmo posposto) ao imperativo.

Se tivermos algumas sentenças imperativas com e sem a presença de '*por favor*'

- (1) Saia daqui
- (2) *Por favor*, saia daqui
- (3) Saia daqui, *por favor*
- (4) Leia o livro
- (5) *Por favor*, leia o livro
- (6) Leia o livro, *por favor*
- (7) Leia, *por favor*, o livro

a presença da construção de gentileza, quando vinculada a algum Φ_{imp} , serve como um modo de salientar a polidez da circunstância, já que um imperativo tem como padrão de força ilocucionária a força diretiva, que nada mais é do que, por *default*, '*ordem*'.

Os exemplos (8) e (9) trazem um problema, reforçando a teoria de que a interpretação de *conselho* ou *sugestão* é implicatural dada pela polidez: em ambos os casos, o uso de '*por favor*' antes do imperativo faz com que a sentença tenha ruído:

- (8) A: Como faço para ir ao centro?
B: #*Por favor*, pegue o trem 5
- (9) A: Como faço para passar nas provas?
B: #*Por favor*, estuda mais

O argumento de que seja um cálculo implicatural, inclusive, reforça-se exatamente pelo traço de não-destacabilidade das implicaturas, no caso, conversacionais particularizadas. Pela presença de '*por favor*' e o ruído nas sentenças, é possível argumentar que se tratam deste tipo de implicatura e não de outra.

Há contextos, todavia, que o uso de *por favor* reforsça o fato de que serve para consolidar questões de polidez, como um modo de amenizar todo o processo envolvido no imperativo. Isso é possível, pois, se houver mudança de prosódia, marcando entonacionalmente / p 'ur fa v 'or /, ou mesmo com a repetição contendo diminutivo, como em *por favorzinho*:

- (10) Pegue o livro para mim
- (11) *pOR faVOR*, pegue o livro para mim
- (12) *Por favor, por favorzinho*, pegue o livro para mim

Em que a apelação da amenização faz com que se torne um pedido, uma requisição, não uma ordem expressa, não uma demanda.

Concluindo: independente da posição em relação a Φ_{imp} , a mudança interpretativa ocorre para oferecer, por parte do falante, uma forma de ser respeitoso, de ser polido, não sendo capaz de afetar a interpretação de ordem. Ainda que não seja apenas para isso, já que, se pensarmos em uma prosódia irônica – da mesma forma que, como forma de deboche, um deputado se refere ao outro como vossa excelência sem o menor interesse de ser respeitoso.

De qualquer modo, *por favor* aponta para questões interessantes sobre noções de polidez que ficam claras no uso de Φ_{imp} .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**: revisada., ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009;

CHOMSKY, N. **Estruturas sintáticas**. Trad. e comentários de Gabriel de Ávila Othero e Sérgio de M. Menuzzi. Petrópolis: Vozes, 2015;

CONDORAVDI, C; LAUER, S. **Imperatives**: Meaning and illocutionary force. In: __ *Empirical issues in syntax and semantics*, v. 9, p. 37-58, 2012;

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985;

DAYAL, V. **Questions**. Oxford University Press. 2016;

DE ALMEIDA. N. M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1995;

DE OLIVEIRA, M. A. **Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea**. Edições Loyola, p. 149-201, 1996;

GRICE, H. P. **Logic and conversation**. In: _ *How to do things with words?* p. 41-58, 1975;

HAN, C. **The structure and interpretation of imperatives: mood and force in Universal Grammar**. Psychology Press, 2000;

JARY, M.; KISSINE, M. **Imperatives**. Cambridge University Press, 2014;

KAUFMANN, M. **Embedded imperatives across languages**: Too rare to expect, too frequent to ban. In: __ *Talk presented at the Colloquium Stony Brook*. p. 1-29, 2014;

KAYNE, R. **Facets of Romance past participle agreement**. In: *Parameters and Universals*. Oxford University Press, 2000

____. **Movement and silence**. Oxford University Press, 2005;

- KEARNS, K.. **Semantics**. Modern linguistics series. England: Macmillan, 2011;
- KRATZER, A. **What ‘must’ and ‘can’ must and can mean**. In: *Linguistics and philosophy*, v. 1, n. 3, p. 337-355, 1977;
- _____. **Chasing Hook: Quantified Indicative Conditionals**. In: *Conditionals, Probability, and Paradox: Themes from the Philosophy of Dorothy Edgington*, 2015.
- _____. **Modals and conditionals: New and revised perspectives**. Oxford University Press, 2012;
- LEECH, G. N. **Principles of Pragmatics**. Routledge, 2016;
- LEVINSON, S. C. **Pragmática**. Trad. Luis Carlos Borges e Anibal Mari. **São Paulo: Martins**, 2007;
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. V. **Novo manual de sintaxe**. Ed. Contexto, 2013;
- PORTNER, P. **The semantics of imperatives within a theory of clause types**. In: *Semantics and linguistic theory*. p. 235-252, 2004;
- POTTS, C. **Conventional implicature and expressive content**. In: *Semantics: An international handbook of natural language meaning*, v. 3., p. 2516-2536, 2012;
- _____. **Into the Conventional-Implicature Dimension**. *Philosophy compass*, v. 2, n. 4., p. 665-679, 2007;
- TESCARI NETO, A. **AdvPs de aspecto habitual como modalizadores inerentes: um estudo translinguístico**. 2008;
- von FINTEL, K; HEIM, I. **Lecture notes on intensional semantics**. MIT, 2002;
- ZANUTTINI, R.; PAK, M.; PORTNER, P.. **A syntactic analysis of interpretive restrictions on imperative, promissive, and exhortative subjects**. In: *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 30, n. 4, p. 1231-1274, 2012